

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

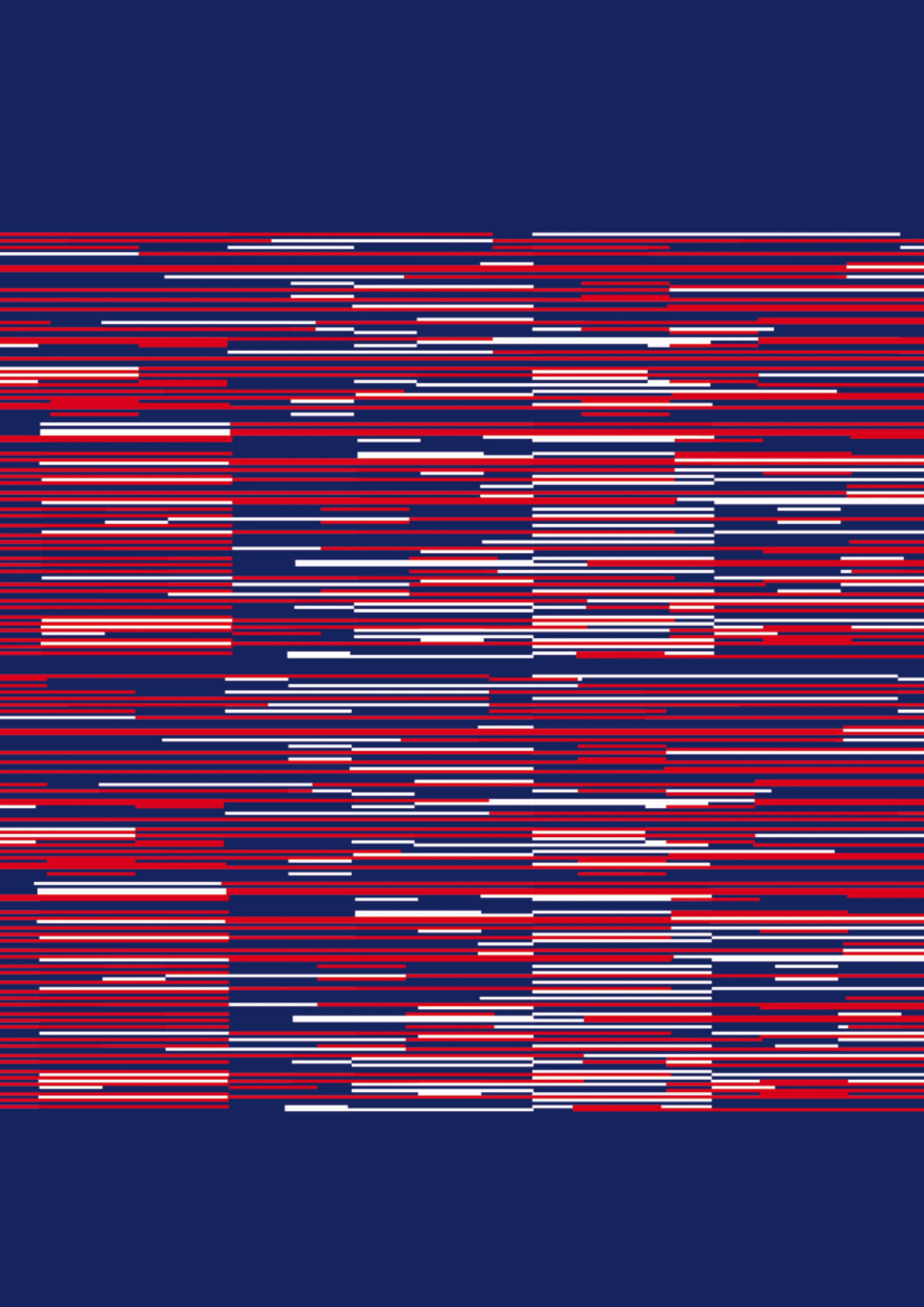
ENERGY
AS
THE
NEW
ART

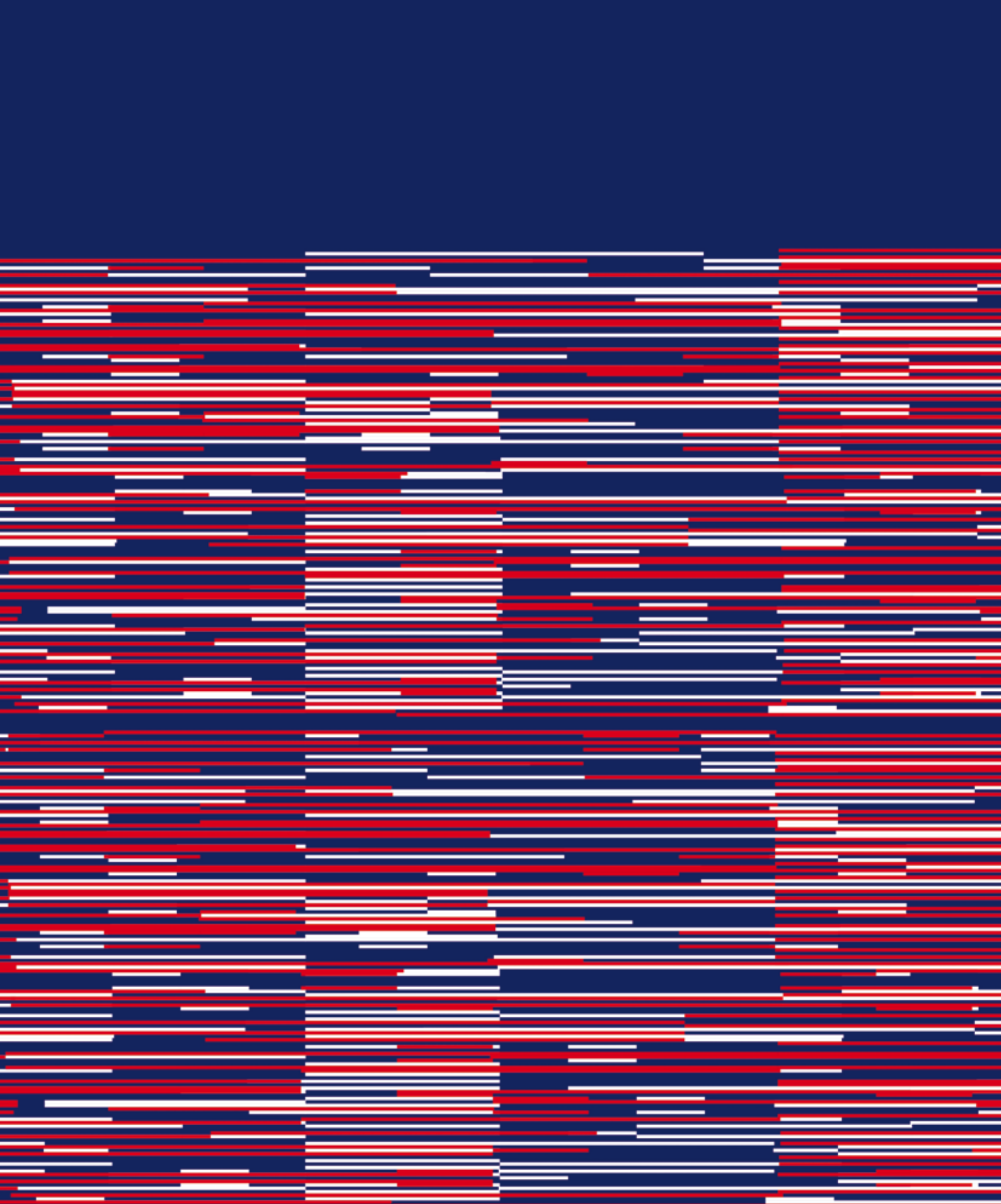
ENERGY
AS
THE
NEW
ART

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

Índice

Mensagem do Presidente	9
01 A Empresa	
A Visão da EDP Distribuição	16
Organização	17
Principais Indicadores Operacionais	19
Principais Indicadores Financeiros	20
02 Estratégia	
Enquadramento Macroeconómico	28
Enquadramento do Negócio	29
Enquadramento Legislativo e Regulatório	30
2016 em Revista	35
Perspetivas para 2017	37
Riscos e Incertezas Associados à Atividade	39
03 Desempenho	
Principais Iniciativas em 2016	44
Económico	51
Ambiente e Sustentabilidade	75
Stakeholders	79
Inovação	88
Factos Relevantes Decorridos Após o Exercício	94
04 Demonstrações Financeiras	100
05 Anexos	148





TECHNOLOGY
AS THE NEWART



João José
Saraiva Torres
Presidente do Conselho
de Administração

Mensagem do Presidente

Estimados *Stakeholders*,

O ano de 2016 foi um ano histórico no percurso da EDP Distribuição e do setor em Portugal. Em 2016 foi atingida a melhor qualidade de serviço alguma vez observada na rede distribuição em Portugal, traduzida num tempo de interrupção equivalente de 52 minutos.

Este desempenho tem um simbolismo importante pois é a face visível de um trabalho continuado, dos mais de três mil colaboradores da EDP Distribuição e seus prestadores de serviço, na procura constante de oportunidades de melhoria. Traduz também o compromisso dos acionistas com Portugal, demonstrado pelos três mil e duzentos milhões de euros investidos na última década em ativos de rede e em sistemas de informação, que foram essenciais para possibilitar este desempenho. É também de destacar que este resultado é conseguido através de uma subida generalizada do desempenho da rede a nível nacional, reduzindo as assimetrias entre regiões, independentemente do seu peso no consumo nacional.

Para além de operar a rede, a EDP Distribuição, através da operação do Portal de Mudança de comercializador, contribui de forma decisiva para o bom funcionamento do mercado. Em 2016, o mercado regulado foi responsável por apenas 9% da energia consumida, terminando o ano com menos de 25% dos clientes do setor. Em 2016 assinalou-se também um marco importante na maioridade do mercado de eletricidade, pelo facto de mais de metade das operações de mudança de comercializador terem ocorrido entre comercializadores do mercado livre, e não do mercado regulado para o mercado livre, como tradicionalmente.

Foi também um ano de continuação de alguns desafios, o mais marcante deles o do combate ao furto de energia. Em 2016, as perdas de energia na rede de distribuição desceram pelo terceiro ano consecutivo. Apesar da melhoria notória, este resultado permanece acima dos objetivos estabelecidos pelo regulador, e como tal continuará a ser alvo de um trabalho intenso e direcionado.

Em termos agregados, o desempenho na “Qualidade de serviço” e na “Redução das perdas na rede”, permitiu à empresa ser reconhecida em 2016 com 1,9 milhões de euros de incentivos regulatórios. No plano financeiro, 2016 foi um ano em que se acentuaram os ganhos de eficiência da operação, para valores historicamente baixos de custos operacionais, acompanhados pelo aumento da taxa de remuneração dos ativos, de 6,34% para 6,48%, o que permitiu uma melhoria global da rentabilidade da atividade.

Se 2015 tinha sido o ano de transição para uma nova forma de operar a rede, 2016 foi o ano do arranque de um processo irreversível da Digitalização da operação da rede de distribuição, do qual devo destacar quatro dimensões:

- Digitalização das operações com contadores: em 2016 foram instalados mais de 450 mil contadores inteligentes, o triplo de 2015, abrindo caminho para a recolha digital das leituras e para a realização remota de ordens de serviço nas instalações dos clientes.
- Digitalização da operação dos postos de transformação: em 2016 ficou completa a instalação de contagem remota em todos os postos de transformação e atingiu-se os 12 mil DTCs (*Distribution Transformer Controller*) instalados. Esta infraestrutura permite um nível de observabilidade sem precedentes da rede de baixa tensão, que tem sido acompanhado pelo aumento substancial do nível de sensorização dos ativos da rede de Baixa Tensão.
- Digitalização da Gestão de Ativos: O arranque em 2016 do programa de implementação de sistemas “JUMP” irá permitir a tomada de decisões de Gestão de Ativos com base na sua condição, com ganhos substanciais esperados em termos de produtividade. Algoritmos preditivos e analítica avançada (ex. *machine learning*) passarão a ser uma realidade.
- Digitalização da interação com o cliente: em 2016 foram desenvolvidas novas funcionalidades nas aplicações para *smartphone* da EDP Distribuição, promovendo uma comunicação mais direta e eficaz da EDP Distribuição com os seus clientes.

Cada uma destas quatro dimensões de “digitalização” implica mudanças profundas na forma de operar a empresa, e nas possibilidades que se criam para o seu futuro. Partindo dessa constatação, durante 2016 foi desenvolvida uma reflexão profunda sobre a organização das direções da EDP Distribuição mais diretamente envolvidas no ciclo de vida dos ativos

da rede. Desse trabalho, a formalizar durante 2017, resultou o desenho de uma empresa mais focada na gestão integrada do ciclo de vida dos ativos, potenciada por uma plataforma digital de redes.

Nas vertentes de sustentabilidade e continuidade de negócio o ano de 2016 veio dar seguimento ao trabalho e às boas práticas desenvolvidas nos anos anteriores. Foi aprovado o “Plano de Alargamento do Âmbito da Certificação Ambiental” até 2020, que se aplicará à totalidade das atividades executadas pela empresa e respetivas instalações, estando já certificadas 171 subestações, 58 postos de corte AT e MT e 15 Locais de Produção de Resíduos, abrangendo cerca de 1.500 colaboradores da 14 Unidades Organizativas.

No plano internacional 2016 foi um ano muito ativo, com a participação em 12 projetos, envolvendo 240 pessoas, entre os quais merece destaque o arranque do consórcio europeu InteGrid, coordenado pela EDP Distribuição e aprovado pela Comissão Europeia no âmbito do programa Europeu Horizon2020, com um orçamento de 15 milhões de euros e a decorrer entre 2016 e 2019.

À semelhança de 2015, 2016 foi um ano de intensa renovação geracional na EDP Distribuição. Durante este exercício verificaram-se 202 saídas de colaboradores, parcialmente compensadas por 120 entradas. Este processo de renovação tem permitido à empresa acelerar a convergência entre o perfil dos seus colaboradores e os desafios que hoje se colocam ao setor.

O ano de 2016 foi paradigmático do que tem sido o percurso da EDP Distribuição, onde a única constante é a mudança, cada vez mais rápida, numa tentativa incessante de servir cada vez melhor, e de forma mais eficiente, os seus *stakeholders* na sociedade Portuguesa.

Como habitual, despeço-me com uma nota de justificado otimismo em relação à capacidade da EDP Distribuição, e em concreto dos seus colaboradores, continuarem a dar uma resposta de excelência aos desafios que lhe são colocados, para prosseguir com a afirmação da EDP Distribuição como um pilar da melhoria da competitividade do setor elétrico e da economia nacional.



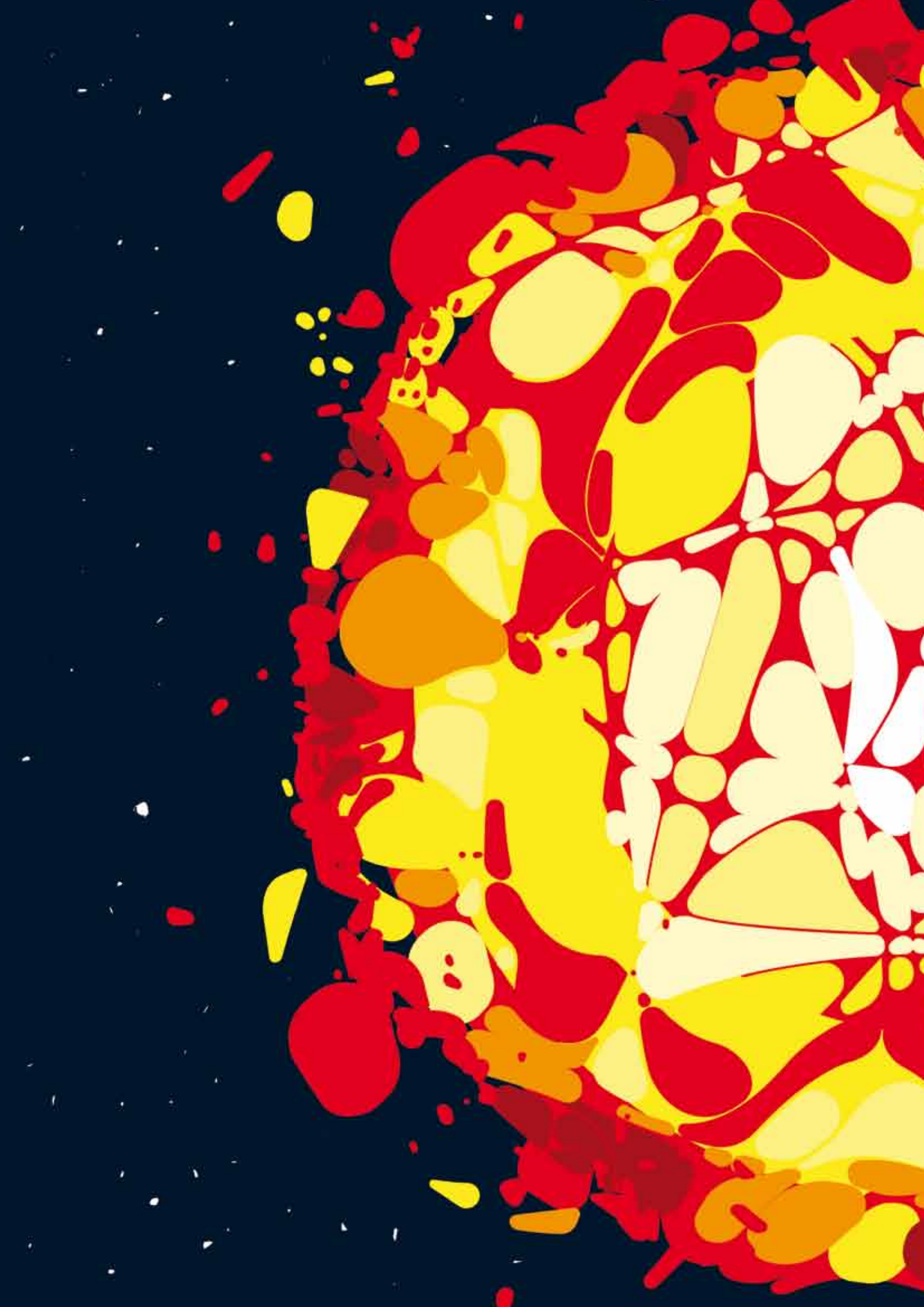
ENERGY
AS
THE
NEW
ART

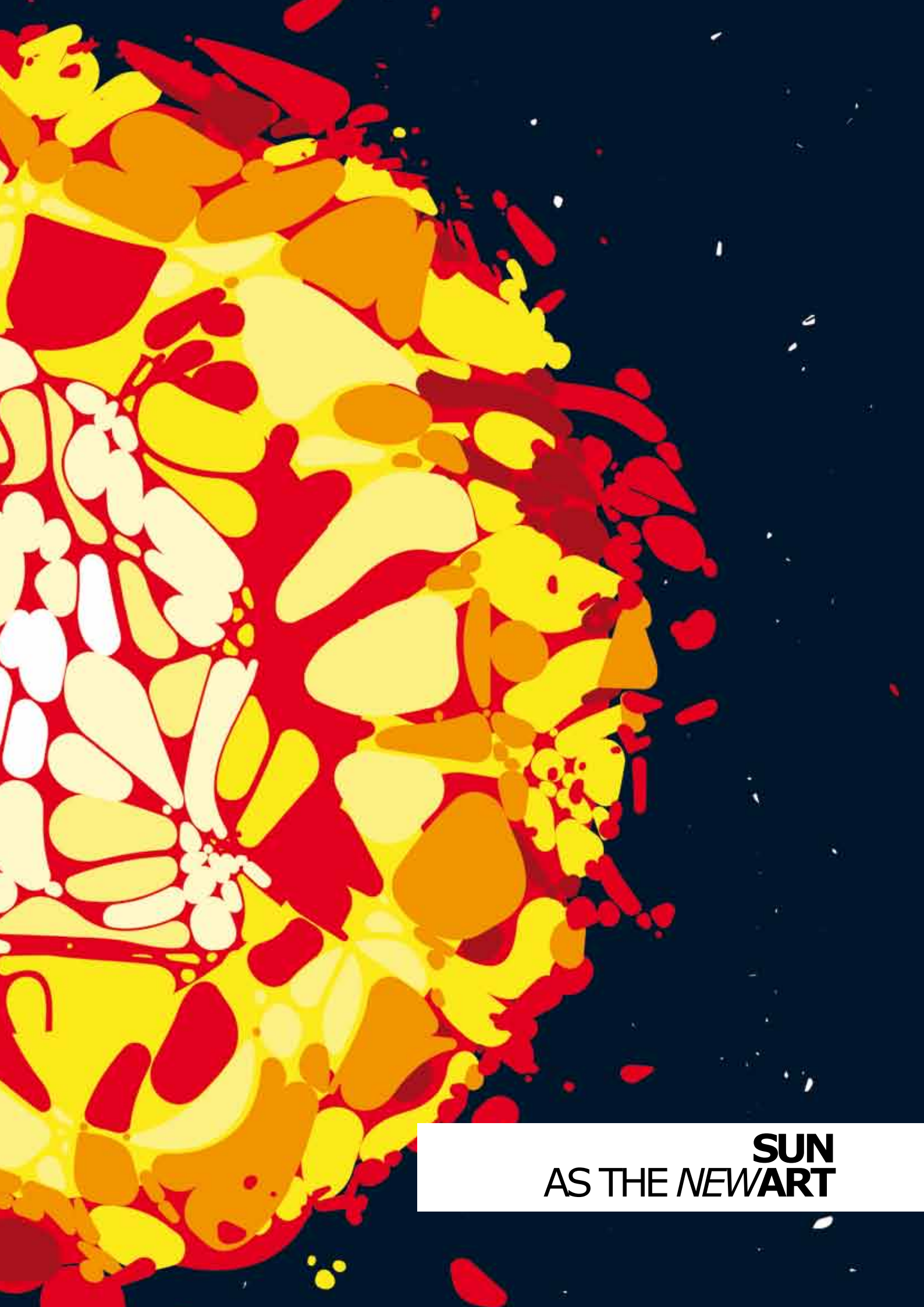
ENERGY AS THE *NEW* ART

01

A Empresa

A Visão da EDP Distribuição	16
Organização	17
Estrutura Organizativa	17
Órgãos Sociais	18
Principais Indicadores Operacionais	19
Principais Indicadores Financeiros	20





SUN
AS THE *NEW* **ART**

1. A Empresa

1.1 A Visão da EDP Distribuição

Ser o operador líder de redes de distribuição de eletricidade a nível ibérico e uma referência a nível europeu, reconhecido:

Acionista

Pela sua capacidade de gerar retorno atrativo do investimento a riscos controlados.

Clientes

Pela excelência da sua qualidade de serviço e da sua capacidade de relacionamento com os clientes.

Colaboradores

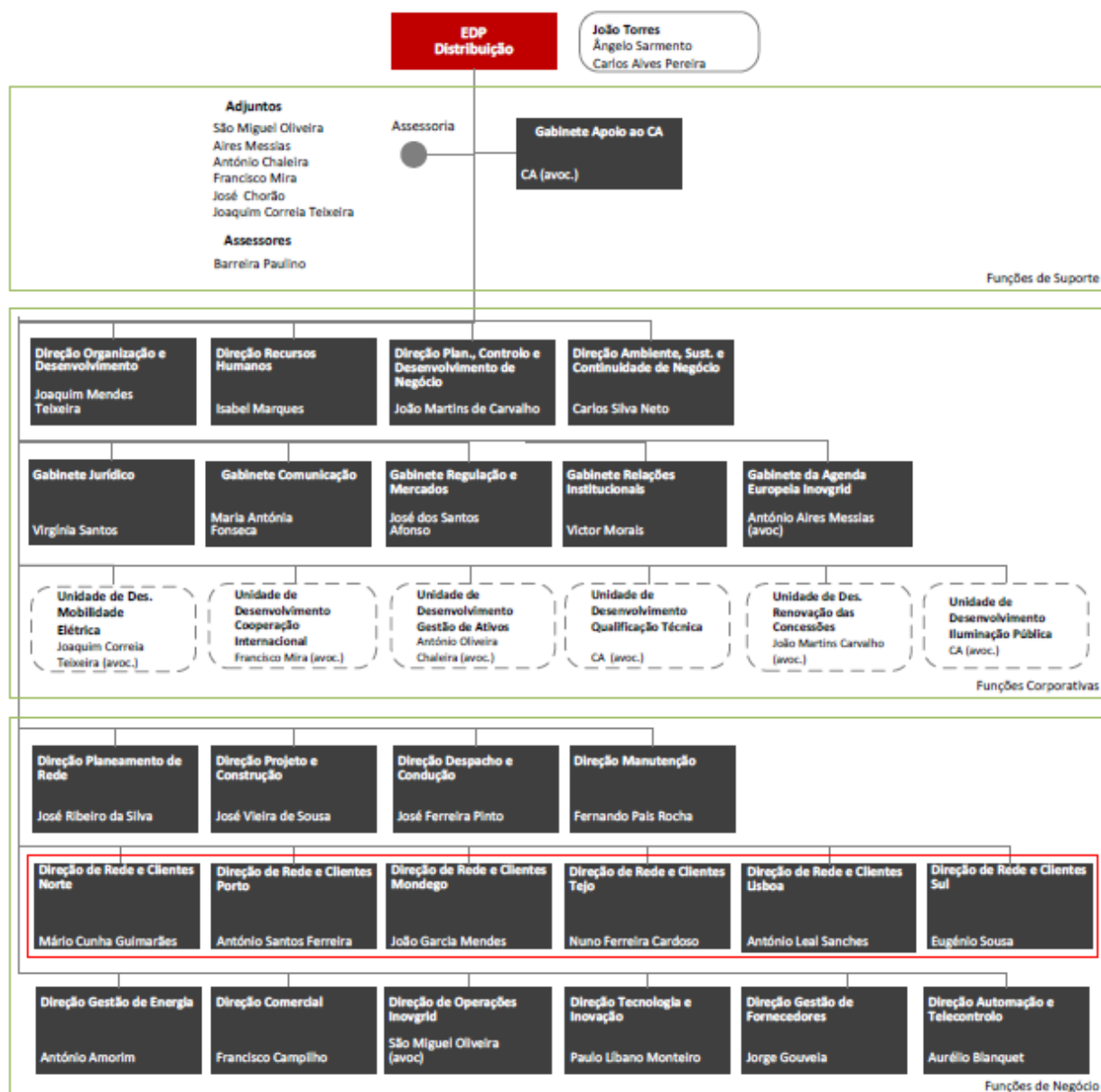
Pela elevada competência e nível de motivação das suas pessoas.

Meio envolvente

Pelas suas políticas transparentes de sustentabilidade e responsabilidade social.

1.2 Organização

1.2.1 Estrutura Organizativa



Orgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Maria Teresa Isabel Pereira, **Presidente**

Joana Monteiro Dinis, **Secretário**

Conselho de Administração

João José Saraiva Torres, **Presidente**

Ângelo Manuel Melo Sarmento, **Administrador**

Carlos Alves Pereira, **Administrador**

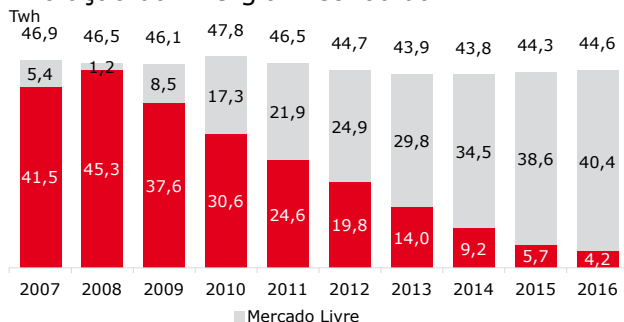
Órgão de Fiscalização

KPMG & Associados – SROC, S.A., representada por Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, **ROC Efetivo**

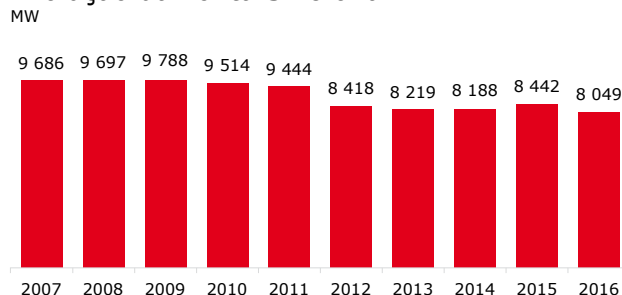
Susana de Macedo Melim de Abreu Lopes, **ROC Suplente**

1.3. Principais Indicadores Operacionais

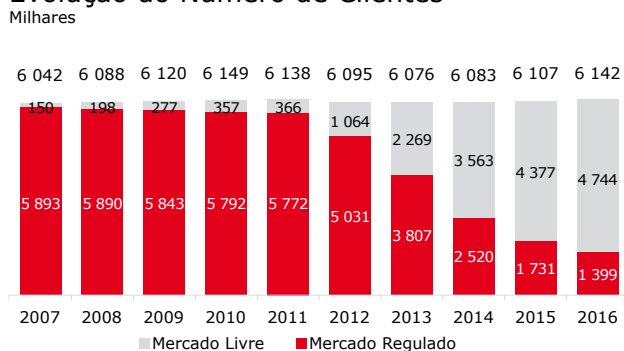
Evolução da Energia Distribuída



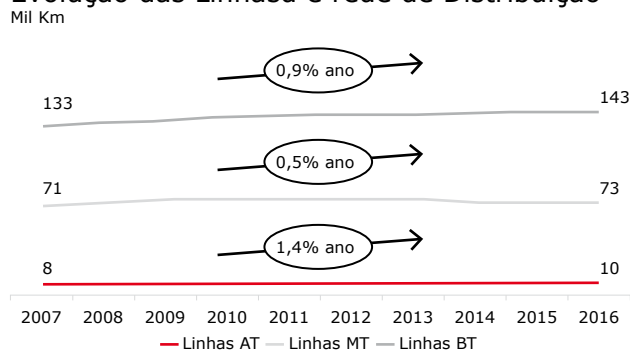
Evolução da Ponta Síncrona



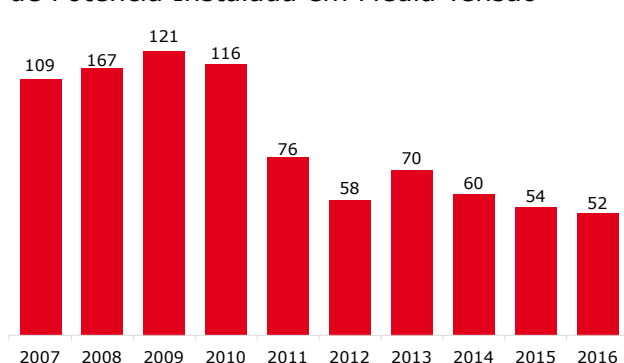
Evolução do Número de Clientes



Evolução das Linhas e rede de Distribuição

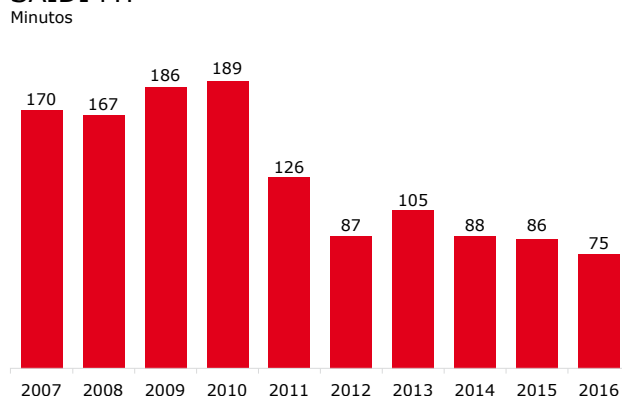


TIEPI - Tempo de Interrupção Equivalente de Potência Instalada em Média Tensão



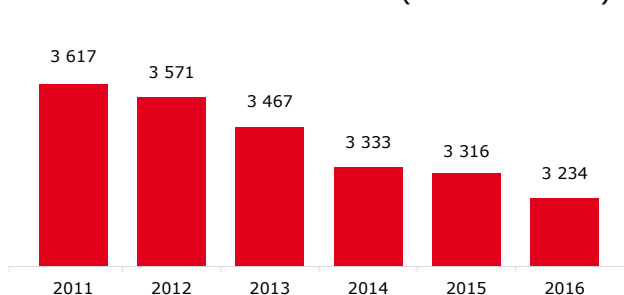
* Não inclui eventos extraordinários

SAIDI MT

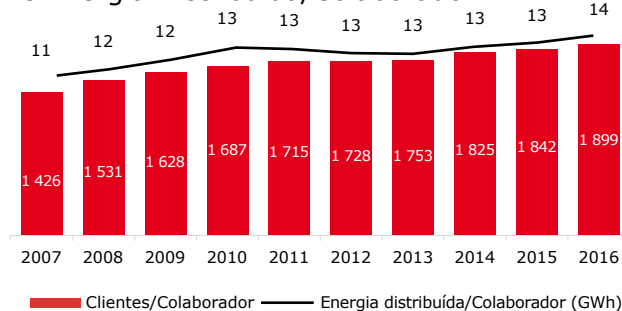


* Não inclui eventos extraordinários

Colaboradores em Exercício (Inclui Cedidos)



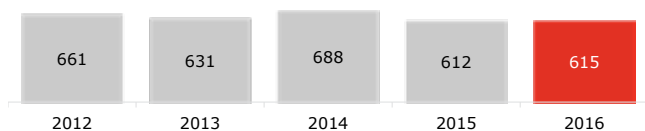
Clientes/Colaborador e Energia Distribuída/Colaborador



1.4 Principais Indicadores Financeiros

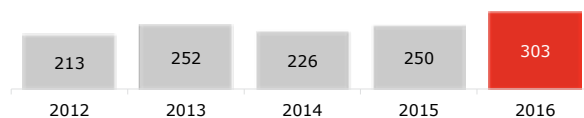
Resultados Operacionais Brutos

Milhões de euros



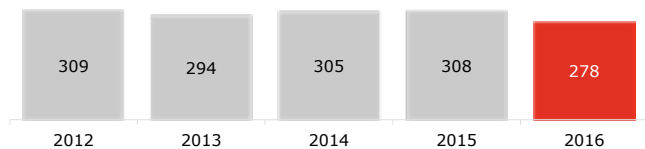
Resultado Líquido

Milhões de euros



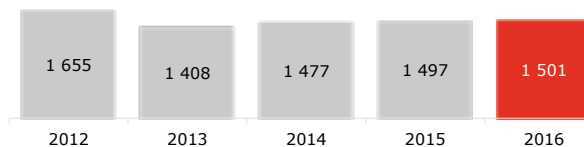
Investimento Operacional *

Milhões de euros



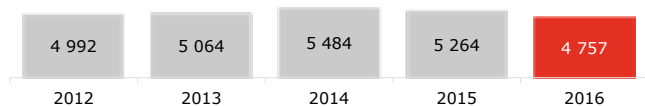
Dívida Líquida *

Milhões de euros



Ativo

Milhões de euros



* A Dívida Líquida e o Investimento Operacional encontram-se detalhados nas páginas 51 e 53, respetivamente.

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

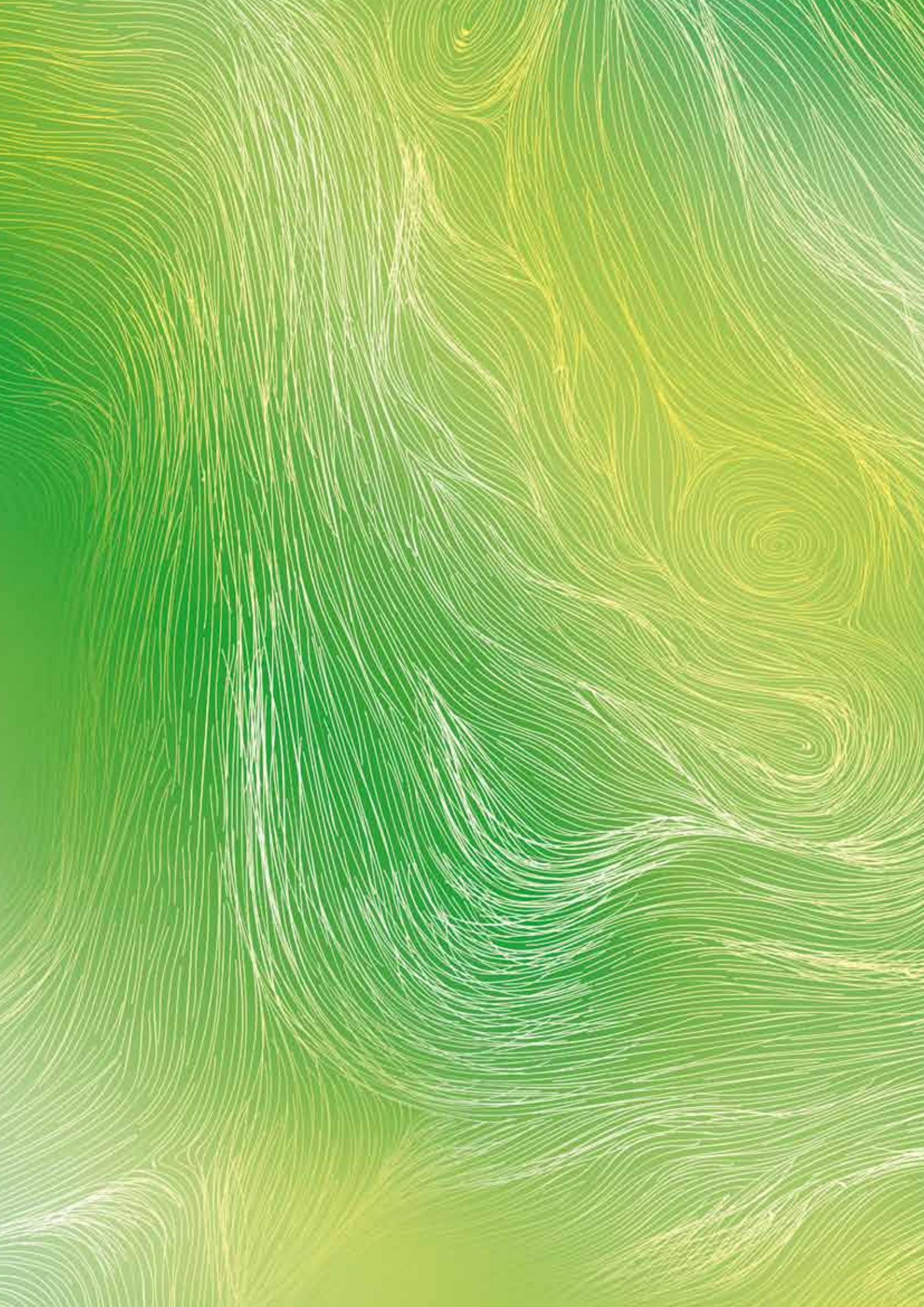
ENERGY
AS
THE
NEW
ART

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

ENERGY AS THE *NEW* ART

02 Estratégia

Enquadramento Macroeconómico	28
Enquadramento do Negócio	29
Enquadramento Legislativo e Regulatório	30
Legislação com Impacte na Atividade da Empresa	30
Regulamentação com Impacte na Atividade da Empresa	33
2016 em Revista	35
Perspetivas para 2017	37
Riscos e Incertezas Associados à Atividade	39



The background of the entire page is a complex, abstract pattern of fine, swirling lines. The lines are primarily green, with varying shades from a deep forest green to a bright, almost yellow-green. The pattern creates a sense of movement and depth, resembling a close-up of a textured surface or perhaps a stylized representation of wind or water currents. The lines are most concentrated in the upper and lower portions of the page, with a slightly more uniform green area in the middle.

WIND
AS THE *NEW*ART

2. Estratégia

2.1 Enquadramento Macroeconómico

Em 2016, a taxa de crescimento da economia portuguesa reduziu-se de 1,6% para 1,4%, fundamentalmente traduzindo a retração do investimento, o qual interrompeu a tendência de recuperação delineada entre 2014-2015. Em contraste, o consumo privado deverá ter-se mantido robusto e a procura externa líquida teve um contributo menos negativo do que em 2015, beneficiando do forte dinamismo do turismo. Este último fator terá sido igualmente determinante para a melhoria do mercado de trabalho, que se traduziu no aumento dos salários e na criação de emprego a um ritmo superior a 2015. No plano das finanças públicas, a recuperação da atividade económica, a par com o recurso a medidas de consolidação de cariz extraordinário, contribuíram para que o défice orçamental se reduzisse de 4,4% para níveis inferiores a 3,0% (2,1%, de acordo com as últimas previsões do Governo), o que deverá permitir a saída de Portugal do procedimento de défices excessivos.

Em 2016, a taxa de inflação média anual em Portugal foi 0,6%, 0,4 p.p. acima da média da área do euro e o valor mais elevado dos últimos quatro anos. A evolução dos preços agregados foi afetada, em sentido descendente, pela queda do preço do petróleo nos mercados internacionais e, em sentido ascendente, pelo agravamento da fiscalidade indireta e pela subida dos preços das atividades relacionadas com o turismo.

2.2 Enquadramento do Negócio

O setor elétrico em Portugal pode ser dividido em quatro atividades principais: Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização. A Produção e a Comercialização operam em regime de mercado, mantendo-se apenas a figura de comercializador regulado para os clientes de Baixa Tensão Normal (BTN). O Transporte e a Distribuição são operados num regime de concessões. A concessão de Transporte (Muito Alta Tensão) é explorada pela REN. A EDP Distribuição é a empresa responsável pela distribuição de eletricidade em Portugal, fazendo a ponte entre a REN e os comercializadores. Para exercer a sua atividade a EDP Distribuição detém:

- Concessão nacional da distribuição de eletricidade em Alta Tensão (AT) / Média Tensão (MT), renovada por 35 anos em 2009;
- Concessão para distribuição de eletricidade em Baixa Tensão. Atribuídas por cada município, com duração de aproximadamente 20 anos, mas com momentos de renovação diversos.

O negócio de distribuição de energia elétrica contempla essencialmente três tipos de atividades:

- Garantir o abastecimento de eletricidade: escoar a energia dos produtores e abastecer os clientes do comercializador, cumprindo os objetivos regulatórios em termos de qualidade de energia, número e duração das interrupções de energia; repor o fornecimento em caso de avarias na rede;
- Garantir a expansão e a fiabilidade da rede: planejar, desenvolver, operar e manter a rede de distribuição; efetuar ligações à rede de distribuição de clientes e de produtores;
- Fornecer serviços aos comercializadores: mudanças de comercializador (*switching*), cortes, alterações de potência, leituras, entre outros.

A remuneração da atividade de distribuição é definida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) para períodos regulatórios de 3 anos. De forma simplificada, a remuneração da EDP Distribuição pode ser dividida em 3 parcelas:

- Recuperação de custos não controláveis: custos não passíveis de ser alterados por intervenção da EDP Distribuição;
- Recuperação de custos controláveis: custos em relação aos quais o Regulador entende existir alguma possibilidade de otimização por parte da EDP Distribuição e que podem ou não ser aceites na totalidade pelo regulador, normalmente sujeitos a metas de eficiência;
- Amortização e Remuneração do ativo regulatório: compensação pelo investimento realizado em ativos regulatórios, acrescidos de uma remuneração indexada às OTs da República Portuguesa a 10 anos.

O valor resultante da soma destas parcelas representa a totalidade de proveitos da EDP Distribuição, que é posteriormente convertido numa tarifa de uso de redes de distribuição (URD).

Adicionalmente à remuneração da sua operação, a EDP Distribuição pode também ser alvo de incentivos ou penalizações, em função do seu desempenho a nível de disponibilidade da rede e perdas.

Para além de desempenhar as suas obrigações com excelência, a EDP Distribuição também reconhece o seu papel como agente facilitador do desenvolvimento do setor elétrico e da relação dos clientes com o consumo de energia.

2.3 Enquadramento Legislativo e Regulatório

No ano de 2016 foi aprovada legislação no âmbito do setor elétrico com impacto na atividade da EDP Distribuição. Iremos destacar os diplomas mais relevantes.

2.3.1 Legislação com Impacte na Atividade da Empresa

Fiscalidade

- Orçamento do Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

É determinado, no âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto, e para efeitos de aplicação da taxa do imposto municipal sobre imóveis, que as empresas de eletricidade enviem obrigatoriamente aos municípios, até ao dia 1 de outubro de cada ano, uma lista anualmente atualizada da ausência de contratos de fornecimento ou de consumos baixos, por cada prédio urbano ou fração autónoma, através de comunicação eletrónica ou outro suporte informático.

O regime de atribuição de incentivos à garantia de potência disponibilizada pelos centros eletroprodutores ao sistema elétrico nacional, com vista à redução de custos para o Estado e para os consumidores, será avaliado, no prazo de 3 meses.

- Contribuição extraordinária sobre o setor energético (Lei n.º 159-C/2015, de 30 de dezembro)

A contribuição extraordinária sobre o setor energético mantém-se em vigor durante o ano de 2016.

De referir que, o Programa de Estabilidade 2016-2020, publicado em abril de 2016 pelo Governo Português, não faz referências explícitas à CESE. O Conselho de Finanças Públicas (CFP) na sequência de diversos contatos com o Ministério das Finanças, foi informado que existe o pressuposto que a CESE se mantenha até 2020, reduzindo-se a partir de 2017 para cerca de 60% do valor previsto para 2016.

- Reavaliação do ativo (Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro)

Cria um incentivo à reavaliação do ativo fixo tangível afeto ao exercício de atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, bem como das propriedades de investimento e de elementos patrimoniais de natureza tangível afetos a contratos de concessão, impulsionando-se, em paralelo, a sua reavaliação de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, designadamente, para reforço de capitais próprios. Para o efeito, sujeita-se a reserva de reavaliação fiscal a uma tributação autónoma especial e, em contrapartida, permite-se aos sujeitos passivos abrangidos a dedução fiscal dos acréscimos de depreciação dos ativos objeto de reavaliação. A reavaliação fiscal dos elementos afetos à atividade das empresas realizada ao abrigo do presente decreto-lei é facultativa, sendo reportada, para os sujeitos passivos cujo período de tributação coincide com o ano civil, a 31 de dezembro de 2015, e produzindo efeitos, em termos de depreciações, a partir do exercício de 2018.

Sistema Elétrico Nacional

- Seleção e reconhecimento da entidade nacional inspetora de instalações elétricas - ANIIE (Portaria n.º 27-B/2016, de 16 de fevereiro)

Procede à terceira alteração à Portaria n.º 662/96, de 14 de novembro, que aprova o Regulamento da Atividade e Reconhecimento da Associação Nacional Inspetora de Instalações Elétricas, o Regulamento da Atividade das Entidades Regionais Inspetoras de Instalações Elétricas e o Regulamento para a Seleção e Reconhecimento das Entidades Regionais Inspetoras de Instalações Elétricas.

- Entidade inspetora de instalações elétricas (Portaria n.º 97-A/2016, de 20 de abril)

Fixa o prazo para ser promovido o concurso público destinado a selecionar a entidade que exercerá as competências cometidas à associação nacional inspetora de instalações elétricas (ANIIE), devendo ser promovido até 31 de dezembro de 2016.

- Desconto da tarifa social de eletricidade (Despacho n.º 5138-B/2016, de 14 de abril)

Determina que o desconto a aplicar nas tarifas de acesso às redes de eletricidade, aplicável a partir de 1 de julho de 2016, previsto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 172/2014, de 14 de novembro, deve corresponder a um valor que permita um desconto de 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade, excluído o IVA, demais impostos, contribuições, taxas e juros de mora que sejam aplicáveis.

- Aplicação automática da tarifa social de energia elétrica (Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2016, de 6 de junho)

Cria as condições para a aplicação automática da tarifa social de energia elétrica e de gás natural, determinando a troca de informações entre os serviços competentes da Administração Pública, a partir de 1 de julho de 2016. Nesse sentido são mandatados os membros de Governo com as tutelas pelas áreas da modernização administrativa, finanças, segurança social e energia para aprovarem e homologarem os protocolos que regulam o acesso e transmissão de informação entre os diversos serviços e organismos da Administração Pública, no processo de aplicação do novo regime da tarifa social de fornecimento de eletricidade e gás natural. São igualmente mandatados os membros do Governo com responsabilidade pelas áreas da modernização administrativa e da energia para aprovar a minuta de protocolos e respetivos anexos entre o Gestor do Processo de Mudança de Comercializador de energia elétrica e de gás natural, a Direção-Geral de Energia e Geologia e a Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

- Tarifa social de energia elétrica (Portaria n.º 178-B/2016, de 1 de julho)

Estabelece os procedimentos, o modelo e as condições necessárias à atribuição automática da tarifa social de fornecimento de energia elétrica a clientes economicamente vulneráveis.

A validação de elegibilidade para a Tarifa Social é efetuada de forma centralizada e automática pela DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia). A DGEG informa os comercializadores via Operador da rede Distribuição (ORD)/Gestor do Processo de Mudança de Comercializador de Eletricidade (GPMC) sobre os clientes que são elegíveis, sem necessidade de pedido por parte do cliente junto do comercializador, não invalidando, contudo, essa possibilidade.

Trimestralmente a DGEG envia informação atualizada sobre clientes elegíveis para beneficiar da Tarifa Social. A legislação continua a prever a possibilidade de o pedido ser efetuado pelo cliente junto do comercializador. A EDP Serviço Universal informa os clientes e aplica automaticamente o desconto da Tarifa Social na fatura. O desconto ASECE é eliminado a partir de 1 julho 2016.

Adicionalmente, o cliente pode requerer, junto da segurança social e da Autoridade Tributária, respetivamente, comprovativo da sua condição de elegibilidade como beneficiário da Tarifa Social, ou comprovativo de vulnerabilidade económica que ateste a existência de rendimento total anual igual ou inferior ao rendimento anual máximo e entregá-lo junto do seu comercializador de energia elétrica.

- Remuneração do serviço de interruptibilidade (Portaria n.º 268-A/2016, de 13 de outubro)

Procede à alteração da Portaria n.º 592/2010, de 29 de julho, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 1308/2010, de 23 de dezembro, 71/2011, de 10 de fevereiro, 200/2012, de 2 de julho, 215-A/2013, de 1 de julho, e 221/2015, de 24 de julho, e define os critérios de elegibilidade para efeitos de remuneração da interruptibilidade. A presente Portaria dá nova redação ao artigo 5.º da Portaria n.º 592/2010, de 29 de julho, que estabelece as condições aplicáveis ao serviço de interruptibilidade, a prestar por um consumidor de eletricidade ao operador da rede de transporte, bem como o regime retributivo do referido serviço e as penalizações associadas a eventuais incumprimentos, no sentido de harmonizar as condições de interruptibilidade no mercado ibérico. Prevê norma transitória relativa ao

ajustamento do atual modelo do serviço de interruptibilidade no Sistema Elétrico Nacional que deverá ser ajustado ao Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL).

Eficiência Energética

- Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia - PPEC (Despacho n.º 3739/2016, de 14 de março)

Aprova os critérios de avaliação relacionados com objetivos e instrumentos de política energética, revogando o Despacho n.º 3317/2013, de 1 de março. O presente despacho entrou em vigor no dia 15 de março de 2016, e aplica-se à campanha do PPEC de 2017-2018. Neste âmbito, foi publicado em 16 de fevereiro de 2016 no portal da internet da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) o aviso de abertura das candidaturas para aceder aos fundos disponibilizados através do Plano de Promoção da Eficiência Elétrica (PPEC) para o período 2017-2018.

- Produção em cogeração (Portaria n.º 173/2016, de 21 de junho)

Estabelece os termos e condições para a atribuição de potência de injeção de energia elétrica em determinado ponto da RESP aplicáveis no âmbito da modalidade especial do regime de remuneração da produção em cogeração titulado por licença, os procedimentos aplicáveis à atribuição, alteração e extinção do registo da microgeração, independentemente do regime remuneratório aplicável, bem como da aceitação da comunicação prévia com prazo, aplicável à cogeração de pequena dimensão (CPD) enquadrada na modalidade geral do regime remuneratório, bem como os termos da entrega ao Comercializador de Último Recurso (CUR) da energia produzida que não seja consumida na unidade de utilização associada, no âmbito da produção para autoconsumo de eletricidade aplicável a instalações de cogeração até determinados limites de potência instalada.

Mobilidade Elétrica

- Instalações de carregamento em edifícios (Portaria n.º 220/2016, de 10 de agosto)

Estabelece as potências mínimas e as regras técnicas a que devem satisfazer as instalações de carregamento de veículos elétricos em edifícios e outras operações urbanísticas. Revoga a Portaria n.º 252/2011, de 27 de junho.

- Pontos de carregamento (Portaria n.º 221/2016, de 10 de agosto)

Estabelece as regras, em matéria técnica e de segurança, aplicáveis à instalação e funcionamento dos pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos.

- MOBI.E. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2016, de 1 de setembro)

O Governo procedeu à conclusão da 1.ª fase da Rede Piloto MOBI.E, com a instalação dos 124 pontos de carregamento normal e 50 pontos de carregamento rápido em falta, e ao lançamento da 2.ª fase, composta por 404 pontos de carregamento normal, a instalar até ao final de 2018. O alargamento da rede MOBI.E será financiada no âmbito do programa de incentivos PO SEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – do Portugal 2020, com recurso a fundos comunitários, sendo a comparticipação nacional assegurada pelo Fundo Ambiental.

Serviços Públicos Essenciais

- Serviços públicos essenciais – restituição de cauções (Decreto-Lei n.º 7/2016, de 22 de fevereiro)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de junho, prorrogando o prazo para a apresentação, pelos consumidores, dos pedidos de restituição do valor das cauções dos serviços públicos essenciais.

Ambiente

- Equipamentos elétricos e eletrónicos (Decreto-Lei n.º 30/2016, de 24 de junho)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) com o objetivo de contribuir para a proteção da saúde humana e do ambiente, incluindo a valorização e a eliminação, ecologicamente corretas, dos resíduos de EEE, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva Delegada (UE) 2015/573 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015, a Diretiva Delegada (UE) 2015/574, da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 e a Diretiva Delegada (UE) 2015/863 da Comissão, de 31 de março de 2015.

- Campos eletromagnéticos (Resolução da Assembleia da República n.º 210/2016, de 28 de outubro)

Recomenda ao Governo a regulamentação da Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro, sobre a proteção contra exposição humana aos campos elétricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos elétricos.

- Gestão de resíduos (Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro)

Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens, à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo a Diretiva 2015/1127, da Comissão, de 10 de julho de 2015, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, que aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.

2.3.2 Regulamentação com Impacte Na Atividade da Empresa

Perfis de perdas, perfis de consumo, perfis de produção e perfis para instalações de autoconsumo

Os perfis aplicáveis em 2016 foram aprovados pela ERSE através da Diretiva n.º 1/2016, de 8 de janeiro.

A metodologia de aplicação dos perfis de perdas consta do Regulamento do Acesso às Redes e às Interligações. Por sua vez, as metodologias de aplicação dos perfis de consumo, de produção e de autoconsumo constam do Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de energia elétrica.

Normas complementares para prestação de informação à ERSE ao abrigo do artigo 22.º do regulamento do acesso às redes e às interligações (RARI)

Nos termos previstos no artigo 22.º do RARI, a ERSE publicou a Diretiva n.º 2/2016, de 8 de janeiro, que aprovou a Norma Complementar n.º 2 do RARI, relativa à informação a prestar à ERSE pelo operador da RND e operadores das redes de distribuição em BT.

No que respeita aos níveis de tensão MAT, AT e MT, a informação a disponibilizar à ERSE deve caracterizar individualmente o equipamento de rede em exploração a 31 de dezembro do ano anterior, bem como as respetivas entradas e saídas de exploração de equipamento ao longo do ano, abrangendo subestações, linhas e cabos, e outro equipamento relevante. Para o nível de tensão BT, a informação sobre as classes de ativos identificadas deve ser desagregada por concelho, devendo ser individualizada no caso dos postos de transformação.

A disponibilização de informação com o nível de detalhe exigido pela ERSE representa um importante desafio para a EDP Distribuição, que conduziu à decisão de proceder à modernização dos sistemas de informação.

Regulamento relativo à designação dos membros do conselho consultivo da ERSE

Nos termos previstos nos Estatutos da ERSE foi aprovado o Regulamento n.º 132/2016, de 8 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à designação e características dos membros do Conselho Consultivo.

Regulamento relativo à designação dos membros do conselho tarifário da ERSE

Nos termos previstos nos Estatutos da ERSE foi aprovado o Regulamento n.º 149/2016, de 11 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à designação e características dos membros do Conselho Tarifário.

Guia de medição, leitura e disponibilização de dados

Na sequência da aprovação do Regulamento da Mobilidade Elétrica em 2016, a ERSE introduziu algumas alterações ao Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados relacionadas com a mobilidade elétrica, que foram aprovadas através da Diretiva n.º 5/2016, de 26 de fevereiro.

Normas complementares do setor elétrico

Através da Diretiva da ERSE n.º 7/2016, de 11 de março, foram aprovadas as normas complementares de relato económico-financeiro para efeitos de cálculo tarifário previstas no Regulamento Tarifário e no RARI.

Procedimentos previstos no guia de medição, leitura e disponibilização

Na sequência das propostas apresentadas pela EDP Distribuição, a ERSE, através da Diretiva n.º 11/2016, aprovou os procedimentos previstos no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados sobre as seguintes matérias:

- Verificação e parametrização dos equipamentos de medição do consumo em instalações com Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC);
- Valores de consumo médio anual e desvios padrão a considerar nos procedimentos fraudulentos.

Informação aos comercializadores sobre a data de faturação do acesso às redes

A Diretiva n.º 14/2016, de 26 de julho, veio estabelecer que os operadores de rede devem informar os comercializadores, relativamente a cada um dos pontos de entrega das respetivas carteiras, sobre a data de faturação do acesso às redes.

2.4 2016 Em Revista

Marcos relevantes para o negócio

Prorrogação do contrato de concessão no Município de São João da Madeira

O contrato de concessão da distribuição de energia elétrica em BT no Município de São João da Madeira, celebrado em 30 de dezembro de 1986 e prorrogado até 30 de setembro de 2016, foi agora prorrogado pelo período de 1 ano, com início em 1 de outubro de 2016, automaticamente renovável, até 5 anos.

Assinatura do novo Anexo I do Contrato de Concessão das Redes em Baixa Tensão

A EDP Distribuição reviu o Anexo I do Contrato de Concessão e assinou, em setembro de 2016, um Protocolo com a ANMP, que introduz a luminária LED como material de uso corrente nas seguintes circunstâncias: (1) estabelecimento de rede nova, (2) substituição de luminárias de vapor de mercúrio e (3) substituição de luminárias de vapor de sódio obsoletas.

App EDP Distribuição

Foi disponibilizada para *download* a aplicação "EDP Distribuição" onde é possível comunicar leituras ou reportar falhas de energia. A App possibilita ainda o acompanhamento no despiste da avaria e, se necessário, indica se se deve ligar para a linha de apoio técnico. Permite também saber as últimas no "Infocenter" ou encontrar a Loja ou Agente mais perto.

Novo Centro de Supervisão da EDP Distribuição

Este é um novo projeto que visa a operação conjunta de diversas plataformas tecnológicas de suporte ao negócio da EDP Distribuição. O objetivo é assegurar as atividades de supervisão, gestão, operação e manutenção de sistemas e infraestruturas de informação operacionais, tais como: Sistemas Inteligentes, Telecomunicações, Automação, Telecontrolo e Cibersegurança; Infraestrutura Inovgrid; Combate à fraude, disponibilização de dados de energia ao mercado e execução de operações comerciais e ativos técnicos das Redes AT, MT e Subestações.

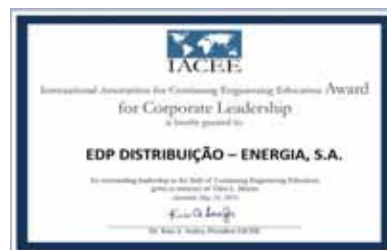
Sucesso na Certificação Ambiental da EDP Distribuição

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da EDP Distribuição encontra-se certificado pela Norma NP EN ISO 14001, desde abril de 2009. Entre os dias 29 de fevereiro e 11 de março realizou-se a Auditoria Externa de Acompanhamento do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), da EDP Distribuição, pela entidade certificadora *Lloyd's Register*. A auditoria, apesar de bastante extensa, decorreu de uma forma muito positiva, não tendo sido registada qualquer não conformidade nas instalações e atividades auditadas.



EDP Distribuição reconhecida com Prémio Internacional

A EDP Distribuição recebeu um prémio internacional que reconhece a aposta da empresa na promoção do desenvolvimento contínuo dos seus colaboradores na área da engenharia. O "Award for Corporate Leadership in Continuing Engineering Education" foi recebido durante a 15ª *World Conference of Continuing Engineering Education* que decorre no Porto, na Porto Business School. O galardão foi atribuído pela IACEE



(*International Association for Continuing Engineering Education*), uma organização não-governamental e sem fins lucrativos.

EDP Distribuição obtém certificação na área da Inovação

A EDP Distribuição é a primeira *utility* nacional a obter a certificação na área da Inovação. A empresa candidatou-se a esta certificação com base na implementação, desenvolvimento e consolidação do Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (SGIDI) que tem vindo a funcionar como catalisador de ideias, potenciando a criação de projetos de I&D e a sua dinamização na organização,

aproveitando e desenvolvendo generalizadamente o conhecimento interno. A certificação, conferida pela *Société Générale de Surveillance, S.A.* (SGS), após verificação da conformidade de todos os requisitos constantes da NP4457.

EDP Distribuição vencedora nos Prémios da revista "Construir"

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil, acolheu em Lisboa uma iniciativa do jornal "Construir" que reconheceu a EDP Distribuição nas categorias para que foi nomeada, "Arquitetura – Melhor Projeto Privado" e "Imobiliário – Melhor Edifício de Escritórios" com o imóvel da EDP Distribuição em Andrinhas, Leiria.



Eventos e Iniciativas

Encontro da EDP Distribuição 2016

A Sala Tejo do Meo Arena acolheu mais de 900 pessoas, entre colaboradores da EDP Distribuição e convidados, no dia 12 de maio, um dia de trabalho diferente e rico em termos de partilha da visão e do Plano de Negócios da Empresa.

7º Encontro de Segurança

"Segurança como modo de vida" foi o lema do 7º Encontro de Segurança da EDP Distribuição, organizado pela Direção de Rede e Clientes Tejo (DRCT) e que teve lugar na cidade de Elvas.

Entrega de Credenciais aos Prestadores de Serviço

Foram entregues a todos os Adjudicatários da Empreitada Contínua 2015, as novas Credenciais atribuídas pela EDP Distribuição aos trabalhadores dos Prestadores de Serviço Externo. Esta credencial deverá ser apresentada sempre que solicitada, aos colaboradores da EDP Distribuição que desempenham atividades de auditoria ou acompanhamento de obras, auditores externos credenciados pela Empresa, entidades oficiais e aos clientes com quem estes técnicos contactam.

Cooperação Portugal/Cabo Verde

A EDP Distribuição forneceu, a título absolutamente gracioso, 110 luminárias e respetivas lâmpadas de vapor de sódio ao Município da Boa Vista, uma das circunscrições administrativas que integram a Ilha da

Boa Vista, uma das 10 ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde.

Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis

A EDP Distribuição, no âmbito da constante promoção das atividades realizadas pela sociedade civil, nomeadamente a ligada à investigação, tanto empresarial como universitária, foi uma das empresas patrocinadoras deste evento realizado no espaço do Teatro Circo, em Braga.

João Torres faz a abertura do CIRED 2016

João Torres esteve presente, na qualidade de presidente da EDSO for *Smart Grids*, no *Workshop CIRED 2016*, que se realizou em Helsínquia.

O encontro, que tem lugar a cada dois anos, teve como tema "*Electrical networks for society and people*", e foi aberto pelo Presidente da EDP Distribuição com uma comunicação designada "*Digital DSOs: key to move smartly towards the Cities of the future*".

Dark Sky no Alqueva

A reserva *Dark Sky* Alqueva é a primeira região do mundo a obter o certificado *Starlight Tourism Destination* pela *Starlight Foundation* suportada pela Unesco, the *World Tourism Organisation* e IAC. A EDP Distribuição também se associou ao projeto e na aldeia da Cumeada todas as luminárias da iluminação pública são LED com o foco dirigido para o solo. A intensidade da luz é controlada remotamente, sendo possível conseguir uma luminosidade entre 10 a 100%, bem como, desligar as luzes para uma observação mais cuidada do céu.



EDP Distribuição na Semana Europeia de Mobilidade

A EDP Distribuição marcou presença na Semana Europeia da mobilidade, com um *stand*, na iniciativa "Em Lisboa, de veículo elétrico". O evento pretendeu promover o contacto com o grande público, mostrando as soluções existentes no mercado no que respeita à oferta de veículos elétricos e ao seu abastecimento, e aos projetos a decorrer na cidade de Lisboa, como o projeto *sharing cities*, da qual a EDP Distribuição é parceiro.

2.5 Perspetivas para 2017

A estratégia adotada pela EDP Distribuição baseia-se em três pilares - i) risco controlado e a qualidade excelente, ii) eficiência superior e a iii) inovação e a evolução sustentada - que tem permitido responder aos desafios e ao contexto de negócio da empresa.

O ano de 2017 será um ano importante na preparação do novo período regulatório 2018-2020, estando a EDP Distribuição empenhada em dar contributos para a melhoria das condições regulatórias que permitirão o desenvolvimento sustentado da empresa. Ainda em termos regulatórios, a EDP Distribuição aguarda a aprovação do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD) 2017-2021 e irão iniciar-se os trabalhos preparatórios para a elaboração do PDIRD 2019-2023.

No que respeita à política de investimento, o foco da empresa estará em assegurar níveis adequados de segurança do abastecimento energético e a melhoria da qualidade de serviço. Para tal, serão adaptadas soluções que proporcionem, quer uma melhoria de eficiência energética e económica, expressas pela redução da energia de perdas, quer uma melhoria da qualidade técnica do serviço prestado aos clientes e a redução das assimetrias entre regiões, independentemente do seu peso no consumo nacional, expressa pela redução de interrupções do fornecimento e respetiva duração, assegurando a plena satisfação do aumento dos consumos nas condições regulamentares de segurança de pessoas e bens.

O plano de investimentos de 2017 prevê a instalação de 600 mil EDP *Boxes* (EB), das quais 419 mil em campanha, focadas no preenchimento a 100% do perímetro urbano das capitais de distrito (exceto Lisboa e Porto, a 50%). Em paralelo serão instalados quase 3 mil *Distribution Transformer Controller* (DTC) que permitirão concluir o programa de Postos de Transformação (PTs) considerados prioritários, abranger os PT correspondentes ao plano de EB de 2017 e antecipar em 6 meses os PT correspondentes ao plano de EB para 2018. Na iluminação pública (IP), a EDP Distribuição aumentou a sua previsão de investimento médio anual de IP para 2017 em cerca de 70%. A EDP Distribuição elaborou um plano de instalação de 120 mil luminárias LED que abrangerá os 278 Municípios para 2017.

O ano de 2017 será de continuação da política de redução de perdas, com a criação de novos pontos de controlo e a otimização dos existentes, a potencialização da infraestrutura InovGrid no segmento BTN e o reforço dos serviços assegurados pelo Centro de Supervisão. Existe assim a expectativa de que o valor das perdas não técnicas mantenha a tendência de decrescimento que se tem observado nos anos mais recentes. Foram também desenvolvidos estudos específicos e iniciado um projeto para deteção de anomalias do consumo, envolvendo o desenvolvimento, teste e implementação computacional. Neste projeto serão utilizadas técnicas de *clustering* e algoritmos de análise de séries temporais e perspetiva-se que a sua operacionalização venha a ocorrer durante o ano de 2017. Adicionalmente, pretende-se que em 2017, os estudos analíticos contribuam significativamente para a identificação de potenciais fragilidades no ciclo de receita, complementando a análise assegurada pela ferramenta analítica RAID, assegurando-se, desta forma, um controlo mais abrangente e eficaz de todo o ciclo de receita.

Ao nível dos sistemas de informação, irá continuar a aposta na modernização dos sistemas de informação, por forma a suportar a massificação das *smartgrids* e a respetiva supervisão das infraestruturas e da rede. Para responder a estes desafios, irá continuar o programa para modernização dos processos e sistemas associados à gestão de ativos e à gestão comercial. No ano de 2016 foi concluída a especificação do novo AMI (*Advanced metering infrastructure*) que servirá de suporte à gestão da infraestrutura InovGrid. Dos requisitos definidos faz parte a implementação de alarmística inteligente, que permitirá a análise e correlação de eventos para a identificação de padrões suspeitos. Prevê-se que este AMI entre em produtivo ainda no primeiro trimestre de 2017, o que significará a disponibilização dos alarmes complexos de deteção de fraude em tempo real.

Após a renovação do primeiro contrato de concessão de Baixa Tensão no município de São João da Madeira, o ano 2017 assinala o termo do contrato de concessão de Baixa Tensão no município de Lisboa. Neste tema, a EDP Distribuição irá prosseguir o seu trabalho de acompanhamento junto das entidades externas competentes, para encontrar as melhores soluções para o sistema elétrico. Adicionalmente, a empresa irá realizar um acompanhamento e gestão ativa dos desenvolvimentos associados à criação do novo Operador Logístico de Mudança de Comercializador (OLMC).

A EDP Distribuição assume um papel de responsabilidade perante todos os seus *stakeholders*, continuando o seu trabalho de aprofundamento do relacionamento com os seus clientes e fornecedores.

Ao nível da sustentabilidade, a EDP Distribuição pretende reforçar a cultura de segurança nas suas atividades, através da implementação de iniciativas e campanhas de sensibilização dos colaboradores próprios e de Prestadores de Serviços Externos (PSEs), orientadas para as atitudes e comportamentos e prosseguir o alargamento e consolidação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e adaptá-lo às maiores exigências da nova versão da norma ISO 14001, versão de 2015. Adicionalmente, a empresa pretende reforçar o alinhamento com os organismos ambientais (APA, ICNF, entre outros) e as parcerias com as ONGA, através do envolvimento em projetos comuns (LIFE, POSEUR, CTALEA, entre outros).

Relativamente ao capital humano, a empresa continuará a adaptar-se ao contexto de mudança, onde se manterá a tendência de redução de efetivos, pelo que se dará continuidade à formação intensiva no local de trabalho e treino em ambiente de simulação, no âmbito do processo de retenção de conhecimento e desenvolvimento de competências. Este desenvolvimento será focado no reforço da ligação intergeracional com o objetivo da promoção da cultura da empresa.

O ano 2017 será seguramente mais um ano exigente e desafiante, tendo em conta as prioridades definidas pela empresa, mas sempre focado na concretização da visão de ser um operador líder de redes de distribuição de eletricidade a nível ibérico e uma referência a nível europeu, implementando uma cultura de garantia de qualidade e de serviço ao cliente.

2.6 Riscos e Incertezas Associados à Atividade

Em 2017, a economia portuguesa deverá registar um aumento do ritmo de crescimento, sendo suportado principalmente pela componente externa (exportações líquidas), no entanto a procura interna também deverá registar um crescimento real. Relativamente à inflação estima-se uma aceleração em 2017 que decorrerá, em larga medida, da recuperação esperada dos preços dos bens energéticos, em linha com a evolução assumida para o preço do petróleo.

Ao nível dos riscos regulatórios, a EDP Distribuição está sujeita a alterações legislativas e regulamentares (designadamente pacotes setoriais, alterações de modelos regulatórios, legislação ambiental, taxas e impostos). Este risco é gerido através de um acompanhamento e preparação contínua dos vários *dossiers*, bem como da adopção de uma postura construtiva e cooperante na discussão dos mesmos, permitindo antecipar e minimizar a materialização dos impactos.

Um desvio de 1% nas quantidades totais de energia distribuída em Alta, Média e Baixa tensões e no número médio de clientes, tem um impacte próximo de 1,5 e de 1,1 milhões de euros respetivamente nos proveitos resultantes desta atividade, podendo variar em função da estrutura da energia entregue por nível de tensão.

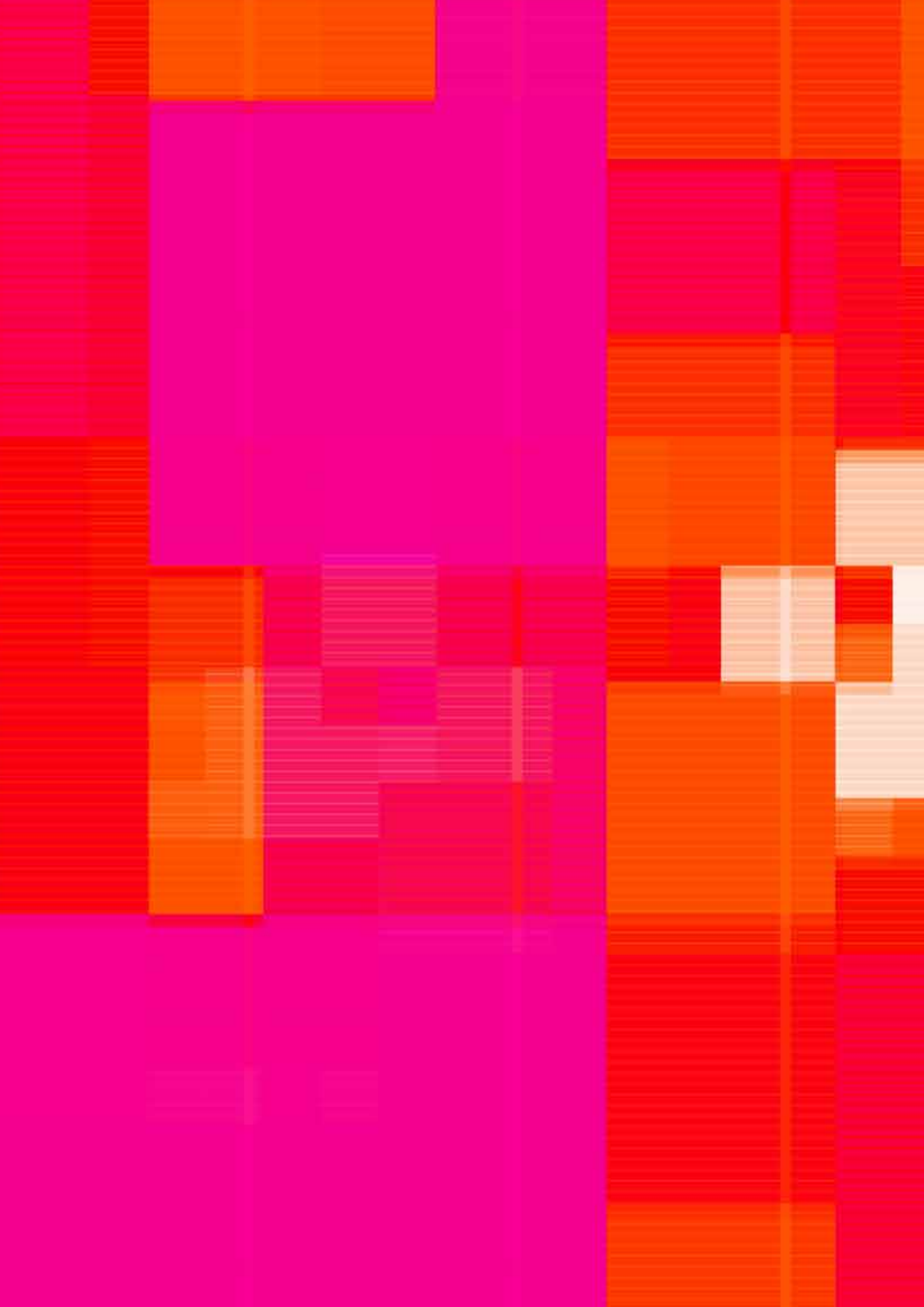
Por outro lado, uma vez que as concessões municipais, outorgadas pelos 278 municípios de Portugal Continental, para exploração das redes de distribuição de eletricidade em BT atingem o seu termo entre 2017 e 2026, estando a grande maioria prevista terminar em 2021 e 2022, o Governo submeteu à Assembleia da República, em setembro de 2016, uma Proposta de Lei relativa à organização dos procedimentos de concurso público a ser lançados para a sua reatribuição. O modelo consagrado pelo Governo na Proposta de Lei assenta numa lógica de agregação dos municípios em áreas territoriais e de concentração temporal dos referidos procedimentos numa data comum pré-estabelecida (possibilidade de antecipação do concurso para 2019).

Apesar do ativo corrente ser inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considera não existir um efetivo risco de liquidez na Empresa, derivado do facto de esta estar inserida no Grupo EDP, tendo por esse meio suporte do seu acionista e acesso a fontes de financiamento para suprir as suas necessidades correntes se tal se revelar necessário.

ENERGY AS THE *NEW* ART

03 Desempenho

Principais Iniciativas em 2016	44	Sensorização, Conectividade e Cibersegurança	92
Plano de Implementação de Smart Grids	44		
Incorporação de LED nas Tecnologias		Factos Relevantes	
Correntes de Iluminação Pública	44	Decorridos Após o Exercício	94
Projeto Opex	45		
Revenue Assurance e Combate à Fraude	45		
Sistemas Informáticos	46		
Projetos Europeus	49		
Económico	51		
Desempenho Operacional	51		
Desempenho Financeiro	71		
Ambiente e Sustentabilidade	75		
Stakeholders	79		
Recursos Humanos	79		
Autarquias	85		
Fornecedores	86		
Inovação	88		
Inovgrid	88		
Investigação, Desenvolvimento e Inovação	88		
Mobilidade Elétrica	91		





INNOVATION
AS THE *NEW*ART

3. Desempenho

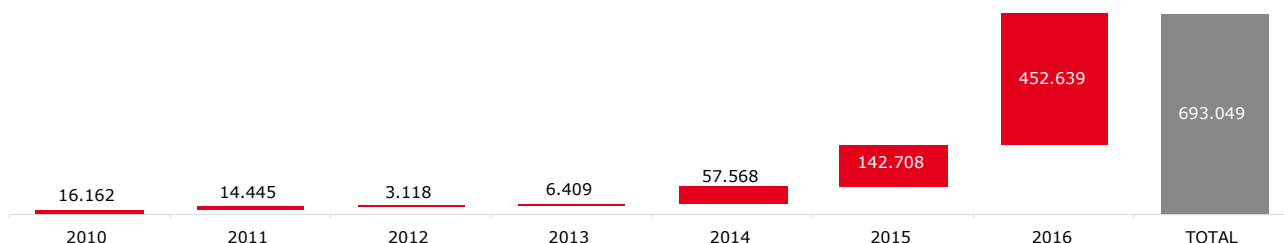
3.1 Principais Iniciativas em 2016

3.1.1 Plano de Implementação de Smart Grids

Em 2016 foram instalados 453 mil contadores inteligentes EDP Box (EBs), enquanto que a instalação de *Distribution Transformer Controller* (DTC) em 2016 atingiu as 4.724 unidades. A execução da instalação foi realizada de forma equilibrada nas várias Direções de Rede de Clientes, tendo sido atingidos os objetivos quantitativos globais estabelecidos para o ano de 2016. Em termos acumulados estão instaladas um total de 693 mil EB.

Evolução da Instalação de EB - Por Ano

#



No final de 2016, 35% dos locais de consumo do perímetro urbano das capitais de distrito têm EB instalada (325 mil EB instaladas face a 920 mil locais de consumo).

Quanto aos DTC, em termos acumulados estão instalados um total de 12.075 DTC, predominantemente na tecnologia PLC Prime.

Ao longo do ano, foram efetuados cerca de 25 mil inquéritos de satisfação do cliente relativos à campanha de instalação de EB, nos quais mais de 90% dos clientes demonstraram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a instalação.

3.1.2 Incorporação de LED nas Tecnologias Correntes de Iluminação Pública

Em 2016, a tecnologia LED e a sua instalação na rede de Iluminação Pública (IP) em Portugal Continental foi um dos temas que marcou a agenda da EDP Distribuição.

Os Municípios têm vindo a demonstrar um forte empenho na redução da fatura energética associada à IP e uma grande apetência por tecnologias eficientes como o LED. A política energética nacional contempla igualmente objetivos ambiciosos de aumento da eficiência energética no consumo, para os quais a iluminação pública pode contribuir de forma relevante.



A tecnologia LED tem evoluído significativamente nos últimos anos, tornando-se mais madura, tanto do ponto de vista técnico, como de mercado, com reflexo positivo na diversidade de oferta e nos preços.

Neste contexto, a EDP Distribuição reviu o Anexo I do Contrato de Concessão e assinou, em setembro de 2016, um Protocolo com a ANMP, que introduz a luminária LED como material de uso corrente nas seguintes circunstâncias: (1) estabelecimento de rede nova, (2) substituição de luminárias de vapor de mercúrio e (3) substituição de luminárias de vapor de sódio obsoletas.

A adoção do LED pela EDP Distribuição permite garantir que esta tecnologia é introduzida na rede seguindo critérios de racionalidade técnica e económica, com uma adequada normalização da tecnologia e com um volume que permite beneficiar de importantes economias de escala. O investimento na modernização da IP dá um contributo positivo para o valor e sustentabilidade do negócio da EDP Distribuição.

Face a este contexto de mudança, a EDP Distribuição envolveu alguns dos seus *stakeholders*, nomeadamente Câmaras Municipais, Comunidades Intermunicipais e Agências de Energia num seminário sobre a tecnologia LED na iluminação pública, realizado no final de 2016.

3.1.3 Projeto Opex

O OPEX é um projeto transversal ao Grupo EDP cujos principais objetivos são a otimização de processos, a eliminação dos desperdícios e o estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua caminhando para a excelência.

Em 2016 iniciou-se a 4ª fase do projeto - OPEX IV, que se desenvolve até 2018 e que, na EDP Distribuição, engloba 14 iniciativas de reforço de eficiência nas áreas de manutenção, recursos humanos, serviços ao Cliente, deslocações e comunicações, objetivando a captação de poupanças anuais, crescentes, que culminarão em 23 milhões de euros no ano 2018, face aos valores de 2014 (ano de referência).

Neste primeiro ano, a boa evolução do OPEX IV na EDP Distribuição permitiu evidenciar poupanças de 13 milhões de euros face ao ano de referência, superando, em 2,1 milhões de euros, o objetivo anual fixado.

3.1.4 Revenue Assurance e Combate à Fraude

No período 2011-2013 assistiu-se a um aumento do valor das perdas totais na rede nacional de distribuição (RND), culminando com um valor de 11,22 % no ano de 2011. O valor das perdas totais é um dos indicadores de desempenho do operador da rede de distribuição (ORD), para o qual o regulador estabelece incentivos e penalizações. O não cumprimento das metas estabelecidas implica penalizações para a EDP Distribuição, algo que tem acontecido desde 2011.

Com vista a inverter esta situação, a EDP Distribuição definiu uma estratégia integrada para a redução do valor das perdas na rede, que resultou na criação de iniciativas e medidas que incidem em todas as fases do ciclo de gestão de contagens (instalação/intervenção, leitura, procedimentos e recursos humanos).

Como resultado da estratégia adotada, assistiu-se em 2014 ao inverter da tendência de crescimento das perdas globais, registando-se um decréscimo de 0,9 pontos percentuais face ao ano anterior. Em 2015, verificou-se novamente o decréscimo do valor global de perdas relativamente ao ano homólogo. Em 2016 a tendência de descida manteve-se, fixando-se no valor total de 9,5%.

No ano 2016 destaca-se a criação do Departamento de Garantia de Receita e Antifraude na Direção de Gestão de Energia, que se enquadra no propósito de reforçar a estratégia adotada pela EDP Distribuição. O departamento composto pelas áreas de "Estratégia Analytics" e pelo "Centro de Supervisão" tem como áreas de atuação prioritárias a realização de estudos e a utilização de ferramentas analíticas que permitam a identificação de casos suspeitos de fraude, a implementação de medidas e ações que potenciam a deteção de fraudes e a supervisão e coordenação do processo de combate à fraude.

Em termos das ações no terreno específicas para a verificação de instalações com suspeitas de irregularidades, houve em 2016 uma mudança do paradigma, onde a origem destas ações passa a ter na sua maioria origem em métodos analíticos, em detrimento dos anteriores métodos indiciários.

Em termos de resultados globais, no ano 2016 foram detetados 55 mil casos de fraudes, o que corresponde a um aumento de 48% relativamente ao ano anterior. A identificação destes casos teve uma contribuição estimada para a redução do valor de perdas de mais de 130 GWh. Estes resultados incluem os casos detetados no âmbito de ações de rotina, onde existe o processo implementado para a identificação, correção e report (autos) de fraudes.

Estudos e Ferramentas Analíticas

A evolução dos sistemas de informação e da infraestrutura de contagem, possibilitou o acesso a uma maior quantidade e diversidade de dados, que, aliado a uma maior capacidade analítica, possibilitam um combate à fraude mais eficaz e com uma aplicação mais eficiente dos recursos disponíveis.

Neste enquadramento a EDP Distribuição prosseguiu com o desenvolvimento e otimização de pontos de controlo na ferramenta analítica RAID, de forma a garantir a monitorização de todo o ciclo de receita “meter-to-cash”. Estão atualmente implementados 47 pontos de controlo, abrangendo o controlo da fraude, operações, metering/leituras, faturação e equipamentos que possibilitam a monitorização e análise destes processos através da disponibilização de indicadores e alertas.

Centro de Supervisão

A abertura do Centro de Supervisão da EDP Distribuição em 2016 constituiu um facto de assinalar. Esta unidade tem como principais atividades a gestão centralizada da alarmística de deteção de fraude, gerada pelos diversos pontos de controlo, a definição e o planeamento das ações de inspeção, assim como a coordenação das operações de inspeção no terreno.

O Centro de Supervisão garante ainda a disponibilização e o controlo da informação crítica de gestão e de operação de todo o processo de combate à fraude.



No ano 2016, o Centro de Supervisão gerou 30.163 Ordens de Serviço (OS) para a inspeção de instalações, com base na análise e tratamento dos alarmes provenientes dos diversos sistemas, tais como RAID – *Revenue Assurance*, Qualidade de Ligações (alarmes da central telecontagem), notas dos leitores, MDU (modelo de dados unificados) e denúncias. Deste universo, foram detetados 4.636 autos casos de fraude (que representa uma taxa de sucesso de 22%), correspondentes a uma energia valorizada de 25,86 GWh e uma valorização total de 4,8 milhões de euros. A identificação destes casos teve uma contribuição estimada para a redução do valor de perdas de 9,3 GWh.

3.1.5 Sistemas Informáticos

Sistemas de Informação

A EDP Distribuição, em linha com as suas congéneres, está a investir de forma significativa em Sistemas de Informação, procurando explorar o potencial da digitalização da economia, adaptando-se à alteração do paradigma tecnológico (automação, Big Data, gestão de ativos, etc..) para dar cumprimento, com qualidade e eficiência, às exigências regulatórias e às expectativas dos agentes de mercado.

Os novos desafios decorrentes da disseminação das *smart grids*, do objetivo de efetuar a gestão do ciclo de vida dos ativos em conformidade com a norma ISO 55000, da segregação da gestão do operador de rede de distribuição (ORD) e do comercializador de último recurso (CUR), entre outros, em conjunto com alguma obsolescência estrutural dos sistemas de informação atuais, decorrentes da sua idade, determinaram a necessidade da criação de um novo referencial de processos e sistemas de informação, alinhado com as melhores práticas internacionais.

Novos Processos e Sistemas do Operador de Rede de Distribuição

Para fazer face aos múltiplos desafios colocados ao setor, foi lançado em 2015 um programa estruturante que se estima que termine em 2019, para modernização dos processos e sistemas associados à gestão de ativos e à gestão comercial (Programa JUMP). Este programa permitirá reformular a gestão de ativos (permitindo disponibilizar nova e mais informação nas vertentes técnica, contabilística, geográfica e lógica), como também renovar o atual sistema de gestão comercial do operador de rede.

Os sistemas resultantes do programa JUMP, a serem disponibilizados de forma faseada, vêm trazer benefícios para diferentes *stakeholders*, sejam eles Clientes finais (acesso a novos serviços e melhoria dos níveis de serviço); o Sistema Energético Nacional (melhoria da gestão técnica da rede e da gestão do ciclo de vida dos ativos), Produtores (melhor informação de fluxos de energia e facilitação da relação com o mercado), Concedentes (melhor nível de informação dos ativos afetos à concessão), Comercializadores (possibilidade de oferta de novos serviços e informação mais completa sobre consumos) e Regulador / Sociedade (melhor nível de informação e maior flexibilidade na resposta a alterações regulatórias).

Durante o ano de 2016 foi concluída a definição da arquitetura de referência e os vários protótipos para validação da solução tecnológica, recorrendo às melhores práticas e a soluções *standard* de mercado. O desenho detalhado dos processos a implementar já se encontra concluído, estando em desenvolvimento as especificações funcional e técnica que dão resposta aos processos desenhados e que se pretendem alinhadas com as práticas de referência. O Programa conta com o envolvimento direto de mais de 400 pessoas, encontrando-se em curso um contínuo e alargado processo de gestão da mudança, que prepara e sustenta a mudança da organização no âmbito desta transformação.

Evolução das Smart Grids

O conceito das redes inteligentes de energia elétrica - *smart grids* – decorre da necessidade de adaptação e modernização das redes de energia, seguindo critérios de eficiência, sustentabilidade, capacidade, otimização de recursos e fiabilidade. A transição para modelos integrados de redes, com a instalação de contadores inteligentes capazes de comunicar de forma remota e bidirecional, trazem grandes desafios na gestão e aproveitamento útil do volume de dados. Estes desafios estão a ser endereçados através de projetos de implementação de sistemas conexos e interdependentes entre si e que apoiam na gestão da infraestrutura de redes inteligentes, na gestão de dados de energia e na gestão da rede de baixa tensão.

Gestão da Infraestrutura de Redes Inteligentes (AMI)

Está em curso a evolução da solução de AMI (*Advanced Metering Infrastructure*) que suporta a gestão da infraestrutura de redes inteligentes, i.e., a comunicação com as EDP Boxes (EB) e os concentradores de comunicações (DTC) e a integração com os demais sistemas da empresa.

Esta solução contempla dois módulos: (i) o Head-End (SysGrid), encontra-se em utilização corrente e é responsável pela gestão e execução no terreno das comunicações com os equipamentos de diferentes fabricantes; (ii) a Supervisão (GridControl), com uma instalação experimental no terreno, permite efetuar a monitorização e controlo da infraestrutura de contadores inteligentes, em tempo real e com um elevado número de equipamentos.

Este novo módulo vem assegurar a disponibilidade e performance da infraestrutura, facilitar a integração de dados e/ou desencadear ações para outros sistemas e suportar a monitorização e controlo da rede elétrica de baixa tensão e dos novos dispositivos inteligentes de sensorização, gestão da procura e veículos elétricos, ou seja, introduz o conceito de gestão das "*smart grid of things*", que começa a fazer parte dos ecossistemas das empresas distribuidoras.

Gestão de Dados de Energia (EDM)

Dadas as limitações de escalabilidade dos sistemas atuais e a necessidade de responder ao acréscimo de dados gerados pela *smart grid* da EDP, levou ao compromisso da empresa no investimento em sistemas de gestão de energia e gestão da medida (EDM).

O EDM (*Energy Data Management*), atualmente em fase piloto, centraliza e trata a informação associada a dados de energia. Trata-se de um projeto pioneiro que permite obter vantagens ao nível da gestão e consolidação dos dados de contagens, redução de tempo operacional de tratamento de dados, melhoria das capacidades de previsão da procura e na deteção de fraudes.

A solução EDM é suportada em cinco módulos principais: (1) receção e validação de todos os dados de energia dos clientes (mais de 6 milhões de pontos de entrega); (2) estimativa da energia consumida de acordo com a regulação; (3) disponibilização de dados para o mercado e para o sistema de faturação; (4) deteção de anomalias de consumo; (5) análise do balanço energético.

Em 2016 foi concluído o desenho da solução e a implementação dos três primeiros módulos, estando em curso os testes de aceitação. Em paralelo, tem sido desenvolvido o desenho e a adaptação das funcionalidades analíticas dos últimos dois módulos indicados anteriormente.

Gestão Avançada da Rede de Baixa Tensão (ADMS)

Uma solução ADMS (*Advanced Distribution Management System*) é uma plataforma que permite gerir e otimizar a rede de distribuição de energia, através de um conjunto de processos e aplicações que automatizam a reposição do serviço e otimizam a performance da rede. Estes sistemas agregam informação de diferentes fontes para que possam tomar decisões de forma autónoma, sem intervenção humana, e informar os vários utilizadores, internos e externos da organização. Algumas das funções mais relevantes desempenhadas por estes sistemas são: localização, isolamento e restauro de avarias na rede; conservação através de redução de tensão; gestão de recursos de energia distribuídos (energias renováveis); otimização da relação de energia reativa; gestão da procura; gestão de infraestrutura para suporte ao veículo elétrico.

A EDP Distribuição, atenta aos desafios associados à acomodação de crescentes recursos de energia distribuídos, à resiliência da rede perante desastres naturais, ao enquadramento de alterações regulatórias que promovem a eficiência da rede e à própria renovação em curso dos sistemas informáticos, iniciou um processo de avaliação das principais soluções de ADMS existentes no mercado possam dar resposta a estas preocupações. Durante o próximo ano serão implementadas provas de conceito e escolhida a solução definitiva.

Mobilidade das Operações e Digitalização dos Processos

A mobilidade é cada vez mais uma área de relevo em empresas com uma forte componente de operações no terreno, tal como a EDP Distribuição. A força de trabalho das equipas operacionais, dotadas de tecnologias inovadoras, procuram maximizar os benefícios que advêm da sua utilização: redução de custos; melhoria da qualidade da informação; aumento dos níveis de segurança; aumento da visibilidade sobre os trabalhos em curso; disponibilização de mais informação aos clientes. Neste contexto fizeram parte do plano de mobilidade de 2016 um conjunto de iniciativas para melhorar a eficiência operacional e o controlo das operações no terreno, das quais destacamos:

- O Multivendor, atualmente em fase de *roll out* para todo o país, que vem automatizar os processos de comunicação e operação das equipas no terreno com os contadores que possuem um protocolo de comunicação tipificado. Deste modo, através do equipamento móvel (pda) utilizado para registar os dados da execução das ordens de trabalho, as equipas passam a parametrizar e recolher as leituras de alguns dos principais tipos de contadores de diferentes fabricantes;
- O GAME (Gestão de Acessórios, Materiais e Existências), cujo piloto está em fase de conclusão, vem aumentar a visibilidade e o controlo dos ativos de contagem ao longo de toda a cadeia de valor.

A relação com os vários *stakeholders* assume um papel central nas prioridades da EDP Distribuição. O EDP Distribuição Digital é um projeto transformacional na relação com todos os *stakeholders* que vem trazer simplicidade e celeridade nos processos; disponibilizando dados de forma segura; melhorando a experiência de utilização do cidadão e do consumidor, proporcionando uma interação integralmente digital e inclusiva (e.g. com funcionalidades adaptadas para invisuais).

Organizado em várias fases, para obtenção de benefícios imediatos, o projeto tem vindo a disponibilizar serviços adicionais ao Site, à APP e ao *Messaging System* (SMS) da EDP Distribuição. Com a sua implementação as relações com o distribuidor de energia ficam mais simplificadas.

Gestão da Informação e Analítica Avançada

Os dados são um ativo importante da organização devendo ser transformados em conhecimento útil para o negócio e em valor para o cliente.

Em linha com este princípio, foi definido o Modelo de Dados Unificado da EDP Distribuição (MDU EDPD), o qual pretende ser independente dos sistemas operados e deverá incorporar a informação relevante de negócio da empresa num repositório único - DataLake – potenciador do surgimento de novos projetos na área de reporting, analytics, qualidade de dados, entre outros.

Durante o ano foram desenvolvidos sistemas relevantes na área de analítica dos quais se destaca o SIGO – Sistema de Informação e Gestão de Operações, um conjunto de dashboards operacionais que irão permitir ter uma visão transversal e atualizada das atividades que estão a decorrer. De realçar ainda a realização de diversas análises avançadas recorrendo a estas novas tecnologias, como por exemplo – a identificação dos ativos afetados, direta ou indiretamente, pelos incêndios ocorridos em Portugal e avaliar a sua relação com os incidentes na rede, com o apoio de ferramentas de análise de informação geoespacial.

O percurso que a EDP Distribuição está a fazer nesta área pretende criar um ecossistema de soluções analíticas que dão mais autonomia às diversas unidades organizativas e seus utilizadores para explorarem e desenvolverem análises avançadas sobre os dados e assim acrescentarem valor à atividade.

3.1.6 Projetos Europeus

Em 2016, promoveu-se e organizou-se diversas iniciativas, na resposta aos desafios do setor a nível europeu, com forte envolvimento do negócio com mais de 225 colaboradores de diversas Direções e Unidades de Negócio nos Projetos FP7 e H2020 que atingiram um montante acumulado de 175 milhões de euros (cerca de 124 milhões de euros em curso). Foram também aprovados dois projetos (InteGrid, Intensys4EU) e iniciados novos projetos (*Sharing Cities*, *Resccue*) renovando o portfólio existente após encerramento com sucesso de diversos projetos (*Sustainable*, *evolVDSO*, *PlanGridEV*, *Grid+Storage*), partilhando com os vários parceiros novos conceitos e soluções no domínio das redes e cidades inteligentes, com forte envolvimento das comunidades servidas, evidenciando o papel central do DSO enquanto Data Manager, Market Facilitator e Flexibility Service Provider.



Como atividades principais na Área do Observatório e Desenvolvimento de Plataformas Europeias, destaque para a participação via EDSO (Associação Europeia de DSOs) nos diversos Comitês e no Grid+Storage, concluído em 2016, contribuindo para a ETIP SNET R&I ROADMAP 2016-2025 no desenvolvimento da estratégia europeia SET Plan, relativas às redes inteligentes do futuro. Adicionalmente, o arranque em 2017 do projeto Intensys4EU cujo objetivo será o desenvolvimento de um roteiro europeu de inovação na área da energia, que permita uma visão integrada e uma contribuição direta para as políticas europeias do setor da energia.

A nível da Gestão e Controle de Projetos, Modelos e Parcerias, melhorou-se o Modelo de Governo dos Projetos Europeus, tendo encerrado o Projeto PlanGridEV, visando antecipar o *roll out* massivo de Veículos Elétricos, estudando novos métodos de planeamento de redes, maximizando a integração de energias renováveis e propondo um plano de exploração dos resultados obtidos. No âmbito do armazenamento de energia, destaque para o projeto Sensible, que tem como objetivo demonstrar os benefícios dos sistemas de armazenamento de energia na gestão mais eficiente da rede de distribuição com penetração crescente da energia distribuída de origem renovável, desenvolvendo as ações para iniciar em 2017 a demonstração em Valverde – Évora.

Na área do Smarting InovGrid, procurou-se potenciar os novos papéis do DSO antecipando os novos desafios que se colocam ao planeamento das cidades inteligentes com a crescente digitalização no relacionamento com cidadãos e

comunidades, contribuindo para o desenho de novos modelos de negócio, como no *Sharing Cities* em que Lisboa, cidade *lighthouse*, irá implementar sistemas articulados com uma infraestrutura inteligente de gestão de energia. O projeto SusCity, no âmbito do programa MIT Portugal/ Fundação Ciência e Tecnologia, com uma visão das melhores práticas europeias na criação de valor das plataformas urbanas e o projeto InSmart contribuem para uma definição estratégica das cidades do futuro. Merece também destaque a participação em eventos com relevância internacional como o Workshop CIRED2016, Helsinki, a reunião CIRED *Directing Committee* no Porto e a preparação do CIRED 2017. O EUW2016 em Barcelona e o Innogrid2020 em Bruxelas foram outros eventos em que a EDP Distribuição evidenciou a sua visão integrada na liderança e desenvolvimento de novas soluções para o setor.

No Planeamento e Desenvolvimento de Soluções de Rede e de Cidades Inteligentes, desenvolveu-se funcionalidades avançadas para a gestão da rede, antecipando tendências futuras e integrando ferramentas inovadoras que permitem preparar a EDP Distribuição para uma realidade com grau de complexidade crescente. Temas como a integração massiva de energias renováveis na rede de distribuição, a utilização da flexibilidade dos consumidores para maior eficiência na operação, a gestão e análise dos dados gerados são alguns dos principais eixos de atuação de projetos como o Sustainable, cuja demonstração em Évora foi finalizada, com protótipos instalados sobre a infraestrutura Inovgrid testando novos algoritmos em redes reais envolvendo clientes, com resultados entregues em áreas como previsão de geração e carga, estimação de estados da rede ou controlo de tensão. Com o evolVDSO, testou-se ferramentas que exploram a flexibilidade da rede de distribuição e permitem ao operador ter uma visão mais integrada das ações para maximizar a eficácia dos operadores. Com o Upgrid, na demonstração em Lisboa, implementou-se uma nova plataforma de interface com novas formas de interação com os agentes de mercado. Submeteu-se ainda novas propostas ao programa Europeu Horizonte 2020, onde se destaca a proposta do InteGrid, aprovada pela CE, em que EDP Distribuição vai coordenar até 2020, um consórcio de 14 parceiros de 8 países, com um orçamento de 15 milhões de euros, para demonstrar a uma escala alargada novos conceitos de redes inteligentes.

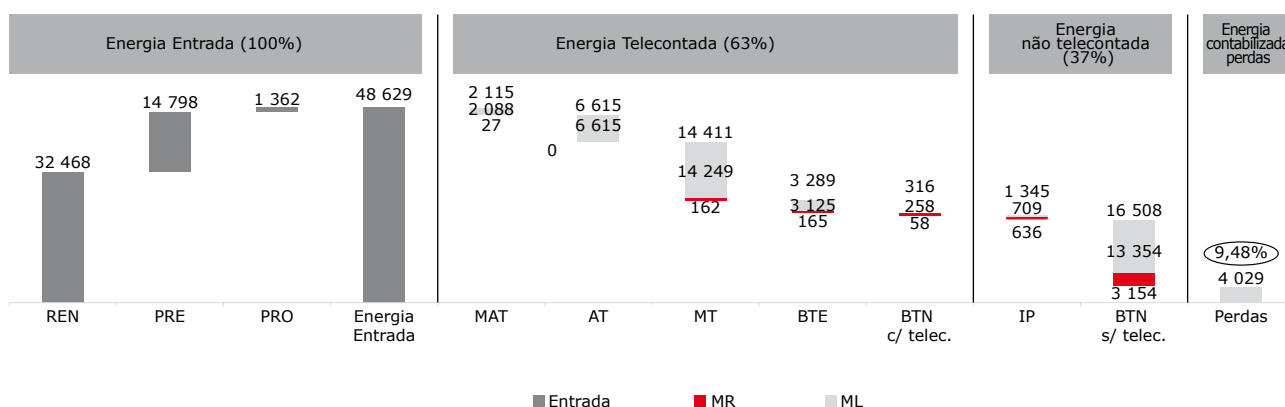


3.2 Económico

3.2.1 Desempenho Operacional

3.2.1.1 Energia Distribuída

Em 2016, a energia entrada na Rede de Distribuição foi de 48,6TWh o que corresponde a uma subida de 0,5% face ao ano anterior, sendo de realçar o peso de 30% da Produção em Regime Especial (PRE) no total da energia entrada. O consumo telecontado correspondeu a 63% da energia total distribuída. No final de 2016, as perdas em relação à energia entregue representam 9,48%.

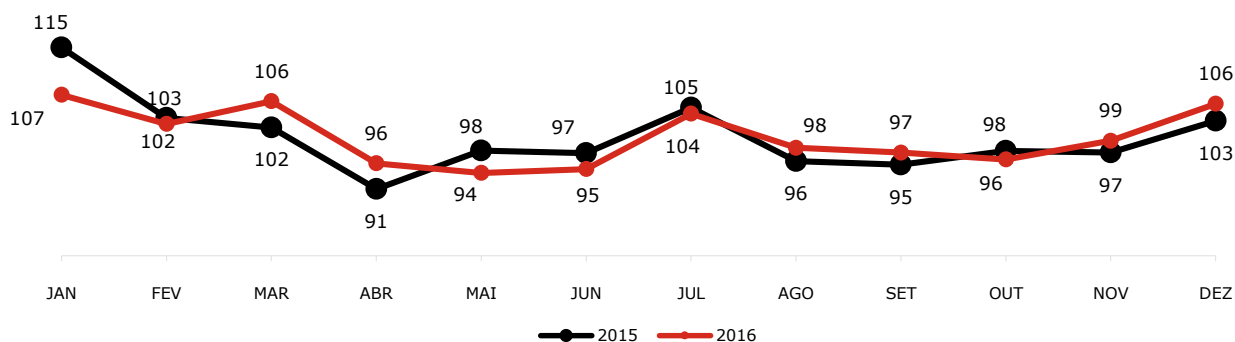


O valor da ponta Síncrona foi de 7.491 MW e ocorreu no dia 17 de fevereiro às 19 horas e 30 minutos. A maior contribuição da PRE ocorreu no dia 7 de março pelas 10 horas registrando um valor de 4.307 MW. No que diz respeito ao saldo PRE/Ponta, esta registou o seu mínimo no dia 14 de fevereiro, pelas 4 horas e 30 minutos, com um valor de 206 MW.

A distribuição mensal desta energia tem o mesmo perfil verificado no ano anterior, revelando uma amplitude do consumo de aproximadamente 14%.

Energia Distribuída Mensal

(base 100 = média mensal)



A energia distribuída para alimentação dos consumos dos clientes em 2016 aumentou em todos os trimestres face ao período homólogo, totalizando 44,6 TWh, conduzindo a um aumento do consumo total de 0,7%.

Por níveis de tensão, verificam-se comportamentos distintos entre os níveis mais altos nomeadamente Muito Alta Tensão (MAT) e Alta Tensão (AT) que apresentou uma queda de 2,2%, tendo a Média Tensão (MT) crescido 0,9%. No nível de tensão MAT verificou-se uma redução do consumo devido a operações de manutenção em três clientes. No nível de tensão AT verifica-se uma descida no consumo, devido à passagem de um cliente para o regime de autoconsumo em abril, com retroativos desde fevereiro. Sem esta alteração, o consumo neste nível de tensão teria um crescimento de cerca de 1,1%.

Sabia que...

O efeito da temperatura teve um impacto em 2016 de mais 401 GWh.

Relativamente à evolução verificada para os níveis mais baixos designadamente Baixa Tensão (BT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Iluminação Pública (IP), com uma predominância de consumos domésticos, verifica-se um aumento de 1,8% face ao ano anterior.

Balanco de Energia Elétrica (GWh)	2015	2016	Var.
Energia Entrada na Rede de Distribuição ⁽¹⁾	48 392	48 629	0,5%
Perdas da Distribuição	4 114	4 029	-2,1%
Energia Saída da Rede de Distribuição	44 278	44 599	0,7%
Muito Alta Tensão	2 174	2 115	-2,7%
Alta Tensão	6 753	6 615	-2,0%
Média Tensão	14 281	14 411	0,9%
Baixa Tensão Especial	3 278	3 289	0,3%
Baixa Tensão	16 434	16 824	2,4%
Iluminação Pública	1 358	1 345	-1,0%

⁽¹⁾ Inclui consumos MAT

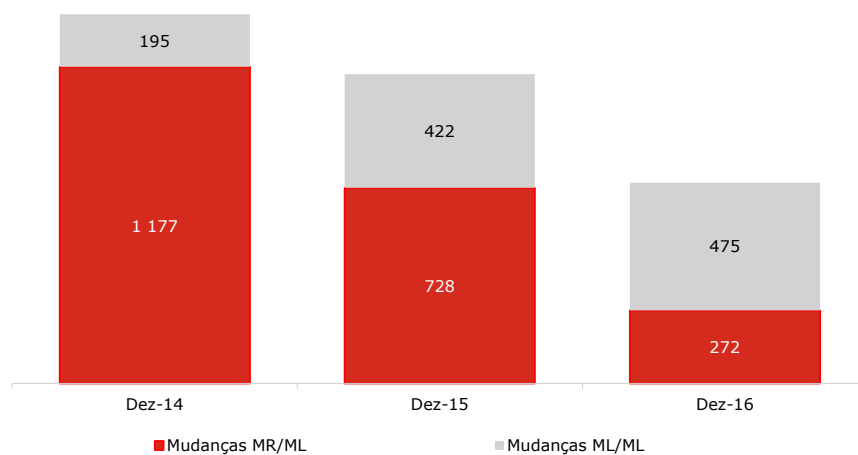
Em termos de distribuição de energia apresenta-se abaixo a repartição entre os dois mercados, sendo de destacar o crescimento do peso do mercado livre.

Distribuição de Energia (GWh)	2015	2016	Var.
Distribuição de Energia ao Mercado Regulado	5 675	4 202	-26,0%
Muito Alta Tensão	21	27	26,3%
Alta Tensão	0	0	-
Média Tensão	255	162	-36,5%
Baixa Tensão Especial	236	165	-30,2%
Baixa Tensão	4 209	3 212	-23,7%
Iluminação Pública	954	636	-33,3%
Distribuição de Energia ao Mercado Livre	38 603	40 397	4,6%
Muito Alta Tensão	2 153	2 088	-3,0%
Alta Tensão	6 753	6 615	-2,0%
Média Tensão	14 026	14 249	1,6%
Baixa Tensão Especial	3 042	3 125	2,7%
Baixa Tensão	12 225	13 611	11,3%
Iluminação Pública	404	709	75,6%

De acordo com o processo de liberalização do mercado de eletricidade em curso, mantém-se o aumento significativo do consumo no Mercado Livre (ML) por contrapartida do consumo no Mercado Regulado (MR). É particularmente visível esta migração dos consumos entre mercados no segmento dos clientes do nível de tensão Baixa Tensão Normal (BTN), de acordo com o calendário para este processo estabelecido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Migração de Clientes em BTN

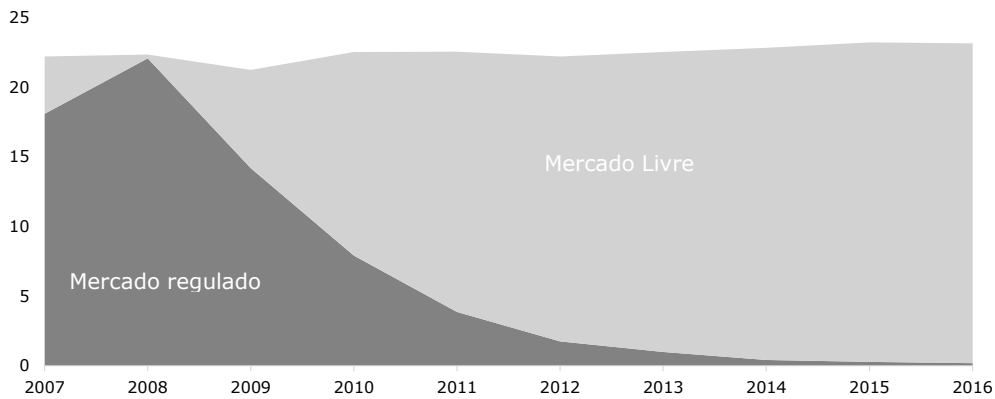
Mil



A evolução do consumo de energia elétrica nos últimos anos repartido por mercados está representada nos gráficos seguintes, sendo visíveis as diferentes etapas do processo de liberalização em função dos diferentes segmentos de clientes.

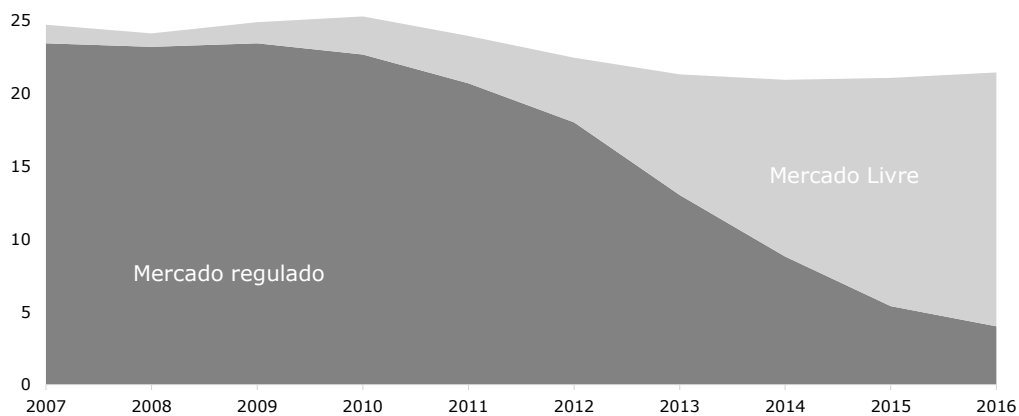
Evolução da Energia Distribuída (MAT, AT e MT)

TWh



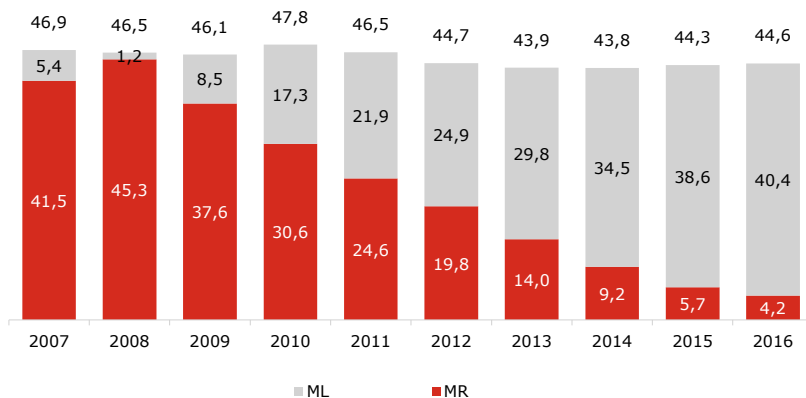
Evolução da Energia Distribuída (BT)

TWh



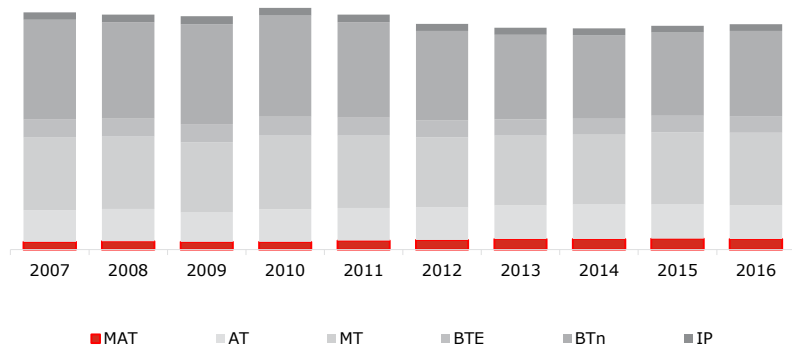
Evolução da Energia Distribuída

TWh

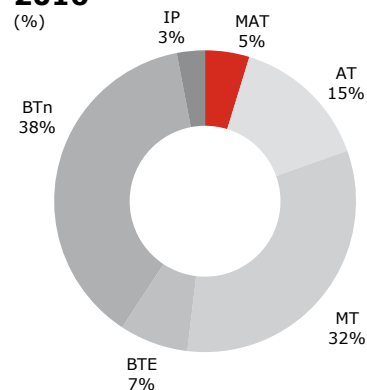


A estrutura dos consumos por nível de tensão mantém-se praticamente constante face a 2015, tendo-se fixado o peso das entregas em Baixa Tensão Normal (BTn) nos 38%.

Estrutura por Nível de Tensão



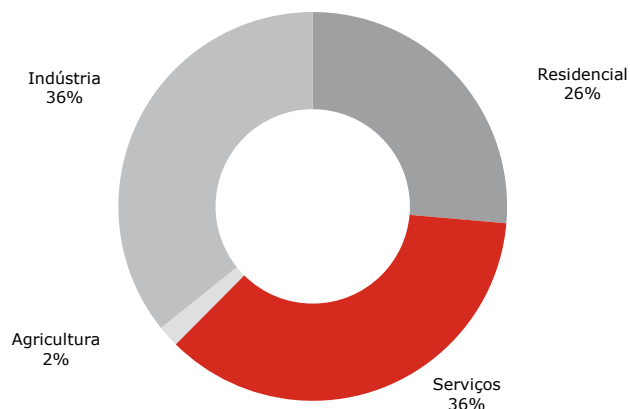
Estrutura do Consumo por Nível de Tensão em 2016



A repartição da energia distribuída em função do setor de atividade económica está representada no gráfico seguinte mantendo-se sem alterações significativas comparativamente com o ano anterior.

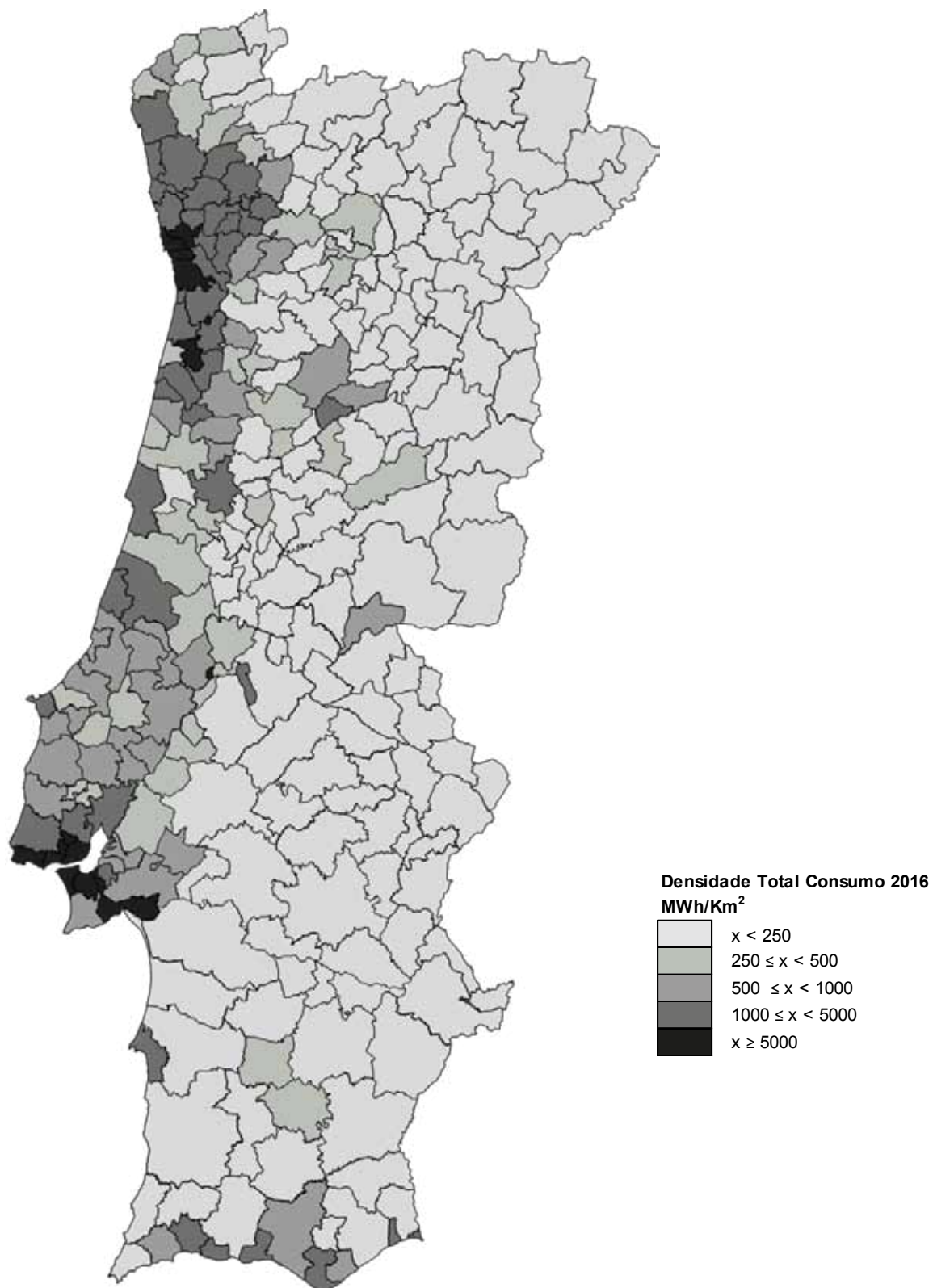
Estrutura do Consumo por Setor

(%)



A distribuição regional em Portugal Continental dos níveis de procura de energia elétrica, representada pela densidade dos consumos em cada município, mantém o mesmo perfil de anos anteriores com maior concentração no litoral centro e norte do país e nas periferias das grandes cidades.

Densidade do Consumo de Energia



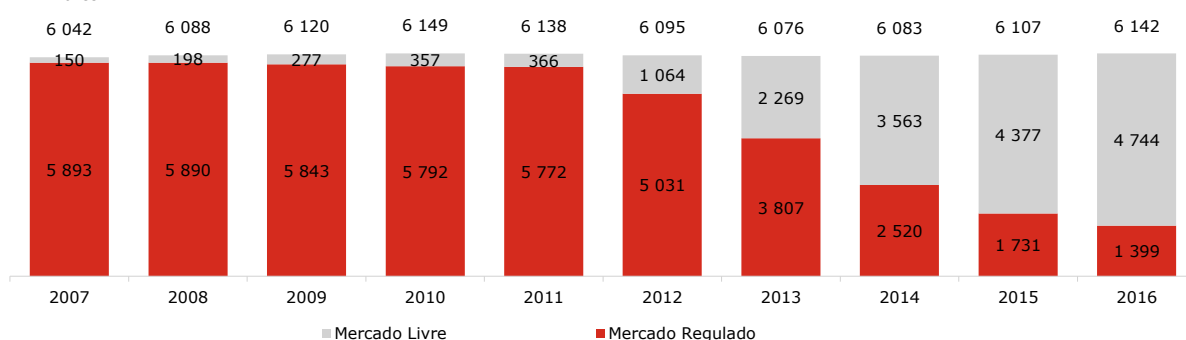
3.2.1.2 Clientes

O ano de 2016 confirmou a tendência crescente na evolução do número de clientes registando-se um acréscimo de 0,6% face ao registado no ano anterior. Em dezembro de 2016, a EDP Distribuição detinha 6,1 milhões de clientes.

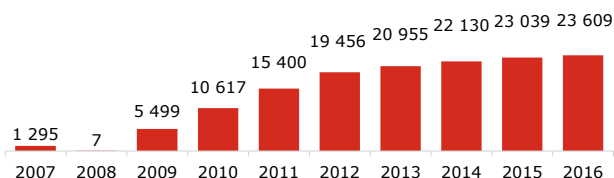
Em termos absolutos, esta evolução positiva deve-se à inversão da tendência dos últimos anos no número de clientes de Baixa Tensão Normal (BTN) claramente predominante no *mix* de números de clientes dos outros níveis de tensão.

Evolução do Número de Clientes

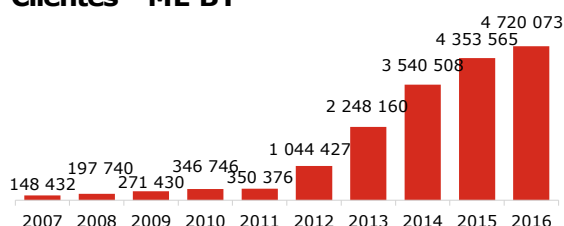
Milhares



Evolução do Número Total de Clientes – ML MAT+AT+MT



Evolução do Número Total de Clientes - ML BT



O número de clientes no final de 2016, repartido por mercados e por níveis de tensão é o seguinte:

	MR	ML	Total
MAT (Muito Alta Tensão)	0	72	72
AT (Alta Tensão)	3	297	300
MT (Média Tensão)	958	23 240	24 198
BTE (Baixa Tensão Especial)	2 150	32 929	35 079
BTN (Baixa Tensão Normal)	1 370 863	4 651 320	6 022 183
IP (Iluminação Pública)	24 717	35 824	60 541
Total	1 398 691	4 743 682	6 142 373

Tal como em anos anteriores, em 2016, a estratégia estabelecida pela Empresa continuou a basear-se numa prestação de serviços assente em rigorosos critérios de qualidade, com o objetivo de garantir a total satisfação dos utilizadores das redes.

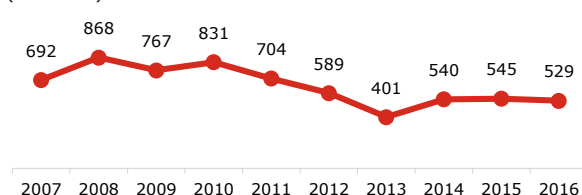
Continuam a ter extrema importância os contactos estabelecidos, de modo presencial, com os clientes MAT, AT, MT e alguns BTE, e entidades representativas de Empresas e Clientes, pela equipa de Gestores de Cliente (Empresariais e Produtores), que procuram apresentar as melhores soluções e facilitar a resolução dos diversos problemas que se colocam aos Clientes e Produtores, quer em termos de ligações à rede, quer na mitigação dos impactos provocados por perturbações registadas nas redes elétricas.

Neste âmbito, em 2016, foram realizadas 6.474 visitas, tendo sido percorridos 573.318 km pela equipa de Gestores de Cliente para efetuar as mesmas.

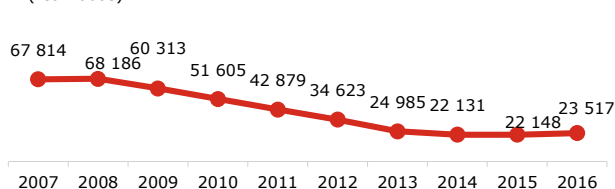
Complementarmente, merecem destaque as visitas de cerca de cem representantes de Clientes mais sensíveis, aos centros de despacho e condução e ainda, os vários seminários realizados sobre qualidade de energia em parceria com as Associações Empresariais.

Em termos operacionais, o número de novas ligações, ao nível de Baixa Tensão (BT), apresenta um crescimento de 6,1% em linha com a evolução verificada no número de clientes no final do ano. Ao nível de Média Tensão (MT) verificou-se uma ligeira queda não refletindo a inversão da tendência de crescimento verificada nos últimos anos.

Novas Ligações MT
(realizadas)



Novas Ligações BT
(realizadas)



Comercializadores

A EDP Distribuição no seu duplo papel de operador da rede de distribuição em AT, MT e BT e de Gestor do Processo de Mudança de Comercializador, mantém com o comercializador uma relação muito próxima, pelo que realizou várias ações de âmbito específico para discussão e divulgação de questões de interesse para o setor, das quais se destaca:

- Tarifa social de eletricidade e CAV reduzida (nos clientes que beneficiam de tarifa social) - na sequência das alterações legislativas introduzidas, foi realizada uma reunião conjunta com o envolvimento da EDP Distribuição, DGEG, operadores de Rede exclusivamente em Baixa Tensão e Comercializadores, para garantir a operacionalização das medidas necessárias para facilitar o acesso de todos os consumidores elegíveis ao benefício, sem provocar perturbações no normal funcionamento do setor, protocolo DGEG/AMA/GPMC;
- Tarifas dinâmicas no acesso às redes AT, MT e MAT – apresentação do projeto piloto a desenvolver;
- Instalação de EDP Box a pedido do comercializador – apresentação do projeto e operacionalização do processo;
- Apresentação do PDIRD 2017-2021.

Para além destas reuniões temáticas, foram ainda realizados outros eventos para debate de questões de caráter operacional como: faturação da tarifa de acesso às redes, melhorias no processo de mudança comercializador (atualização do modelo de dados), bem como realização de consultas para apresentação de parecer à ERSE (Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados).

Ligação de Produtores

No contexto da política comunitária foi promovida a produção em regime especial no nosso País, tendo sido definidas as condições técnicas de ligação à rede de distribuição de energia, além de ter sido garantida a compra de energia emitida para a rede, de acordo com processos remuneratórios definidos em vários diplomas legais. Nos últimos tempos tem-se assistido a uma nova tendência, com o aparecimento de promotores com projetos de produção em regime especial, sem remuneração garantida, com intenções de vender a energia produzida através de mercados organizados.

São atualmente considerados neste regime os seguintes tipos de Produtores:

- Aproveitamentos hidroelétricos até 10 MVA de potência instalada;
- Produtores cujas fontes de energia são renováveis, resíduos industriais ou urbanos;
- Produtores de cogeração (calor e eletricidade);
- Miniprodutores (aplicável só em instalações existentes);
- Microprodutores (aplicável só em instalações existentes);
- Unidade de Pequena Produção (UPP) (aplicável em MT e BT);
- Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) (aplicável em AT, MT e BT).

Unidades de Pequena Produção e Unidade de Produção Para Autoconsumo

As Unidades de Pequena Produção (UPP) consistem em instalações de produção de eletricidade a partir de energias renováveis, baseada em uma só tecnologia de produção, cuja potência de ligação à rede seja ≤ 250 kW.

Este regime de Pequena Produção é regulado pelo DL 153/2014 de 20 de outubro e vem substituir os regimes da Microprodução (revogando o DL 363/2007 de 2 de novembro, alterado pela Lei 67-A/2007 de 31 de dezembro e pelos DL 118-A/2010 de 25 de outubro e DL 25/2013 de 19 de fevereiro) e da Miniprodução (revogando o DL 34/2011, de 8 de março, alterado pelo DL 25/2013).



A contagem da eletricidade produzida por uma UPP é feita por telecontagem, mediante contador bidirecional, ou contador que assegure a contagem líquida dos dois sentidos, autónomo do contador de consumo.

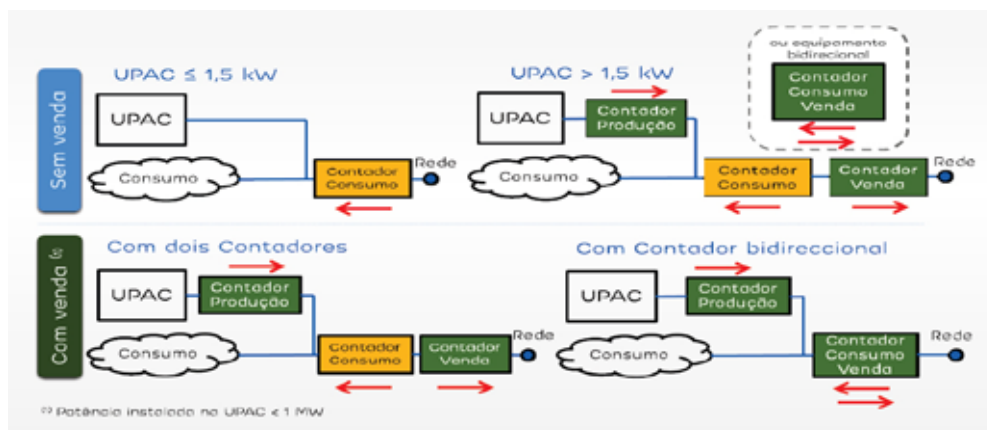
No final de 2016 estavam ligadas cerca de 160 UPP, todas de fonte solar, superando os 4,2 MW de potência instalada. Durante o ano foram efetuados 378 registos para novas UPP, atualmente em carteira, com uma capacidade instalada superior a 21 MW.

As Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) consistem em instalações de produção de eletricidade, destinada ao consumo na instalação de utilização associada à respetiva unidade produtora, com ou sem ligação à rede elétrica pública, baseada em tecnologias de produção renováveis ou não renováveis. A UPAC é instalada no local servido pela instalação de utilização. Este regime de produção para autoconsumo é regulado pelo DL 153/2014 de 20 de outubro.

De forma a assegurar uma atuação atempada, a EDP Distribuição tem defendido a necessidade de todos os titulares de instalações com produção para autoconsumo comunicarem previamente ao operador de rede a sua intenção de instalação de uma UPAC para que seja efetuada uma verificação aos equipamentos de medição.

Sempre que a energia proveniente de uma UPAC tenha origem em fonte de energia renovável, a capacidade instalada nesta unidade não seja superior a 1 MW e a instalação de utilização se encontre ligada à RESP, o produtor pode celebrar com o Comercializador de Último Recurso (CUR) um contrato de venda da eletricidade produzida e não consumida ou vender em mercado. Caso a capacidade instalada na unidade seja superior a 1 MW terá obrigatoriamente de vender em mercado.

A contagem da energia total produzida por uma UPAC com potência superior a 1,5 kW é feita por telecontagem, devendo o equipamento de contagem previsto encontrar-se capacitado para o efeito, e com as características que permitam a integração com a unidade central de telecontagem do ORD.



Em 2016, foram registradas mais de 680 UPAC (com potência superior a 1,5 kW ou com venda do excedente de produção à rede) perfazendo um total de potência instalada superior a 32 MW, sendo que 80% pretende a injeção de excedentes para a rede. Atualmente encontram-se ligadas mais de 560 UPAC com capacidade de 22,7 MW, sendo predominante a fonte de produção solar.

Quanto a UPAC com potência entre 200W e 1,5 kW e sem venda do excedente de produção à rede (carecem apenas de mera comunicação prévia), foram registradas 6.061 instalações durante 2016 perfazendo um total de cerca de 5MW.

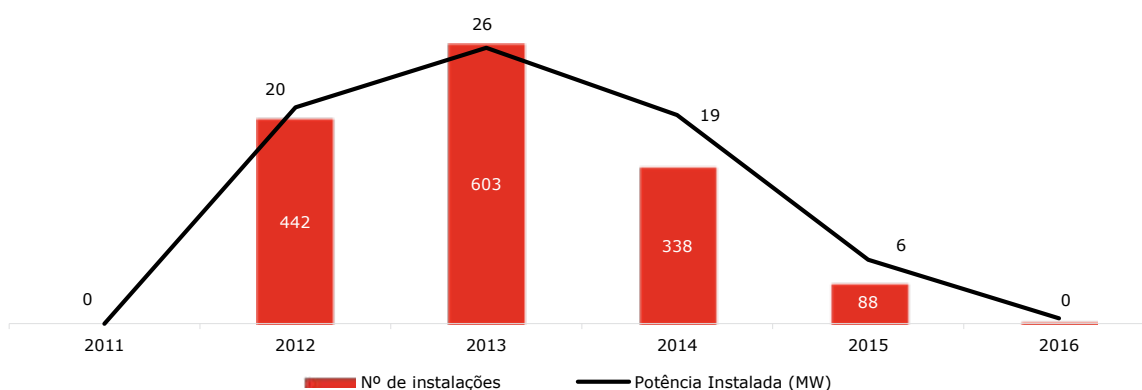
Miniprodução

A ligação destas instalações enquadra-se na Estratégia Nacional para a Energia (ENE2020) e está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 34/2011 de 8 de março.

Foram definidos três escalões distintos associados a este tipo de clientes de acordo com a potência de ligação, (i) escalão I até 20 kW, (ii) escalão II de 20 kW a 100 kW e (iii) escalão III de 100 kW a 250 kW e baseiam-se, individualmente, num único tipo de produção.

Número de Instalações de Miniprodução Ligados por Ano

(Nº Instalações e Potência em MW)



Foram ligados à Rede de Distribuição, durante o ano, 5 novas instalações deste tipo (88 em 2015) com uma potência instalada de 490 kW (5,8 MW em 2015), sendo a produção do tipo fotovoltaica.

A evolução verificada nos últimos anos, à semelhança das outras instalações deste tipo, reflete as alterações legislativas que têm sido implementadas.

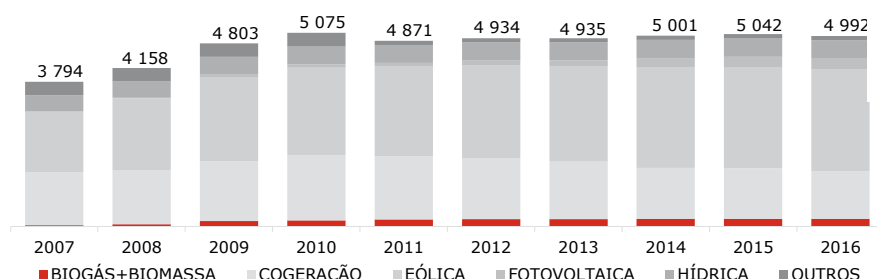
Produção em Regime Especial (PRE)

Após o pico verificado em 2010 e 2011, o número de instalações deste tipo ligadas à Rede de Distribuição sofreu uma redução significativa associada às alterações legislativas entretanto verificadas, mantendo-se praticamente constante desde esse ano, à exceção do ano de 2013 em que o número de ligações foi menor.

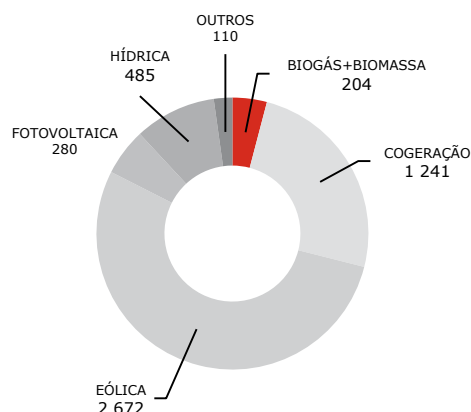
Durante o ano de 2016 foram ligadas 9 instalações (14 no ano anterior) com uma potência instalada de 25,3 MVA (40,1 MVA em 2015), predominando a energia fotovoltaica como tecnologia de produção.

Potência Total de PRE Instalada por Tipo de Produção

MVA

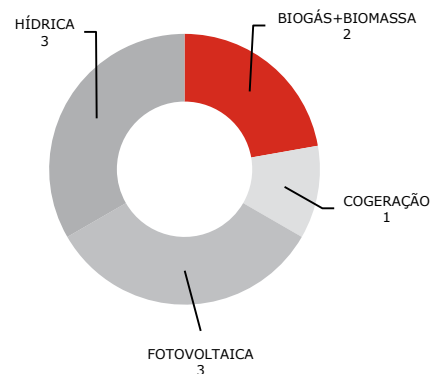
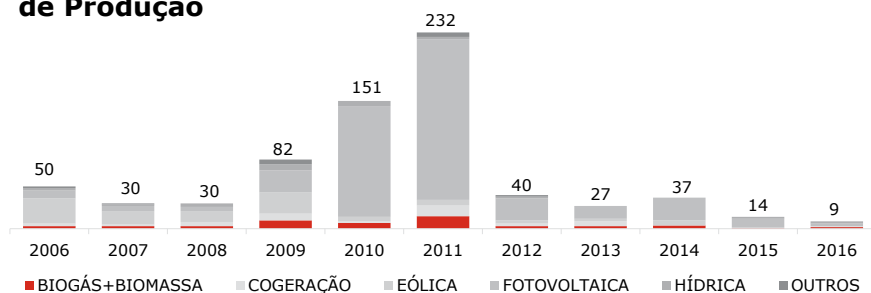


Potência Total de Pre Instalada por Tipo de Produção 2016



Número de Instalações de PRE Ligados em 2016 por Tipo de Produção

Número de Instalações de PRE Ligados por Ano por Tipo de Produção



No final do ano estavam ligadas, à Rede de Distribuição, 1.004 instalações de PRE como resultado das novas ligações e das desligações concretizadas no ano, mantendo assim o número do ano anterior, com uma potência total instalada de 4.992 MVA (5.042 MVA em 2015). O tipo de produção predominante é o Eólico logo seguido da Cogeração, do Hídrico e do Fotovoltaico.

De acordo com a legislação atual, os promotores que pretendam constituir um processo para obtenção de licença de produção junto das entidades competentes, necessitam da informação sobre a existência de capacidade de receção e as condições de ligação à rede emitida do operador da rede. Nesse sentido, a EDP Distribuição, no ano de 2016 respondeu a 150 pedidos de informação sobre a capacidade de receção e condições de ligação à rede. Esta informação tem uma validade de 8 meses pelo que 15 promotores solicitaram novo parecer durante o ano. Desta forma, em 2016, os 150 pedidos respondidos correspondem a 135 instalações, cuja potência total ultrapassa os 1.893 MW.

Operadores da Rede de Distribuição Exclusivamente em Baixa Tensão

Os Operadores de Rede exclusivamente em Baixa Tensão (atualmente existem 10 ORDbt), são um stakeholder com quem a EDP Distribuição mantém uma relação muito próxima, quer pelo fato de também serem Operadores de Rede BT quer por prestarem um serviço de interligação com a sua rede MT, uma vez que estes têm uma atuação muito próxima das comunidades locais e a regulamentação do setor elétrico prevê que a operação e resolução de questões do setor seja realizada por acordo entre as partes.

Dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela EDP Distribuição, na dupla função de Operador da Rede de Distribuição em AT, MT e BT e de Gestor do Processo de Mudança de Comercializador, foram realizadas no ano de 2016, as seguintes interações com estes parceiros: visita ao Centro de Despacho e Condução com reunião de debate de questões relacionadas com a exploração da rede, visita ao Call Center, consultas para apresentação de parecer à ERSE (GLMDD), etc e reuniões temáticas para debate de questões específicas de interesse comum (faturação de tarifa de acesso, tarifa social, etc.).

Serviços a Operadores de Telecomunicações

As concessionárias de serviços públicos, designadamente as que atuem na área do transporte e distribuição de energia elétrica, estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações eletrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumba, em condições de igualdade e não discriminação, eficiência, transparência, neutralidade tecnológica e não subsidiação cruzada entre setores, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos.

Na sequência da elaboração, em 2015, do regulamento para acesso a apoios da rede BT a Operadores de Telecomunicações e do Protocolo para cedência de fibra ótica da rede da EDP Distribuição, no ano de 2016 foi realizada a operacionalização desses documentos.

3.2.1.3 Gestão de Ativos

Caracterização dos Ativos de Rede

As quantidades dos ativos da Rede de Distribuição no final do ano, descritos pelos seus principais tipos, estão indicadas no Quadro seguinte:

Rubrica	Unid	2016
Subestações		
Unidades	nº	434
Transformadores	nº	766
Potência instalada	MVA	17 671
Linhas (inclui ramais)	km	82 558
Aéreas	km	67 596
AT (60/132 kV)	km	8 990
MT (6/10/15/30 kV)	km	58 606
Cabos Subterrâneos	km	14 962
AT (60/132 kV)	km	526
MT (6/10/15/30 kV)	km	14 436
Postos de Transformação		
Unidades	nº	68 255
Potência instalada	MVA	20 370
Redes BT (km)		142 834
Aéreas	km	109 291
Subterrâneas	km	33 543

Nota: Instalações e equipamentos no estado de exploração e desligado/reserva

As quantidades indicadas e a respetiva evolução são o resultado da concretização dos diferentes programas de planeamento de redes e de satisfação da procura de energia elétrica, associados a um planeamento cuidado com o objetivo de otimizar o desempenho da Rede em termos de eficiência e uma cada vez melhor qualidade de serviço.

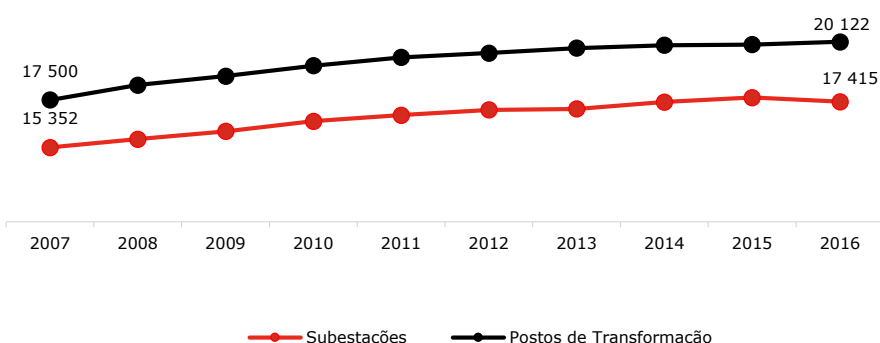
O número de subestações em serviço no final do ano é o resultado da ligação de uma nova Subestação AT/MT, a retificação de uma subestação MT/MT e a retirada de serviço de uma Subestação MT/MT. Este movimento insere-se no plano de reestruturação da Rede de Alta Tensão (AT) e da Rede de Média Tensão (MT), que inclui a normalização dos diferentes patamares de tensão nesta última rede e a consequente diminuição no número das instalações nela inserida.



As potências instaladas em subestações e em postos de transformação tiveram uma evolução de 1,7% e 1,5% ao ano nos últimos 10 anos em resultado dos diferentes estudos inseridos no programa de melhoria da qualidade de serviço e redução de perdas.

Potência Instalada em Exploração

MVA



No âmbito do programa de Automação de subestações prosseguiu-se com a instalação de 26 novos Sistemas de Proteção, Comando e Controlo (SPCC), dos quais 12 foram colocados ao serviço, com a substituição de 29 Unidades Remotas de Teleação e Automatismos (URTA), das quais 12 entraram em exploração, e com o *upgrade* funcional dos Automatismos/ Proteções em 55 Subestações AT/ MT, de onde se destaca a implementação de 18 kits mínimos de Automatismos. No final do ano, além de totalmente telecomandado, cerca de 85% do parque de subestações da EDP Distribuição estava totalmente automatizado.

Ao nível do programa de automação da Rede MT foram instalados, em 2016, 113 novos Órgãos de Corte de Rede (OCR) e telecomandados 149 PTs, o que se permitiu um total de 6.600 pontos acumulados em operação.

Dando seguimento à estratégia de implementação da localização de defeito nas redes MT, deu-se continuidade ao programa de instalação de sensores de corrente em OCR existentes, com o arranque do projeto em 94 aparelhos, o que permitirá dotar dessa funcionalidade metade do parque de OCR da EDP Distribuição. Complementarmente instalou-se ainda a função localização de defeitos em Unidades de Proteção de painéis de linha de MT de 20 subestações, dando assim início a um plano mais alargado que envolve 139 instalações e que deverá estar concluído em 2018. De realçar que todos os SPCCs existentes já dispõem desta funcionalidade.

Política de Investimento

Como Operador da Rede de Distribuição, a EDP Distribuição tem a obrigação de assegurar a alimentação das cargas e a ligação de produtores, tendo em vista a satisfação dos consumos em condições técnicas adequadas de acordo com as exigências regulamentares, nomeadamente em termos de qualidade de serviço e segurança, procurando

simultaneamente o aumento da eficiência da rede e o retorno dos investimentos, tendo sempre presente as orientações de políticas energéticas nacionais.

O investimento necessário para assegurar esta missão insere-se numa política de investimentos da Empresa seguida nos últimos anos, suportada num conjunto de estudos de Planeamento de Redes cujas obras a realizar, se podem caracterizar do seguinte modo:

- Investimento Obrigatório: obras de investimento inerentes à ligação de novos clientes e produtores, incluindo loteamentos e urbanizações. Considera ainda todas as obras necessárias à criação de condições na rede para a alimentação dos consumos e/ou receção da energia e as obrigações estabelecidas nos contratos de concessão com os municípios;
- Investimento de Iniciativa da Empresa: obras de investimento inerentes à manutenção e melhoria das condições de funcionamento da Rede. Neste âmbito incluem-se os aumentos de capacidade existente, a reabilitação de instalações que se encontram desadaptadas face às exigências técnicas atuais e a instalação de aparelhos telecomandados na Rede MT.

O Investimento de Iniciativa da Empresa é definido tendo em consideração a racionalidade técnico-económica, as exigências de qualidade de serviço técnica impostas pelo Regulamento de Qualidade de Serviço bem como os incentivos à sua melhoria e à redução da energia de perdas expressos no Regulamento Tarifário, assim como os objetivos inerentes à manutenção e melhoria das condições de alimentação de clientes pré-existent e preocupações ambientais. Encontra-se caracterizado em diversos Programas de Investimento, cada um deles de âmbito específico e com impacto num ou mais dos seguintes cinco vetores: (i) segurança de abastecimento, (ii) qualidade de serviço, (iii) eficiência da rede, (iv) eficiência operacional e (v) acesso a novos serviços.

O fator ambiental condiciona de forma significativa o projeto das instalações, principalmente no que se refere às respetivas localizações, sobretudo com as subestações, e ao estabelecimento de linhas subterrâneas em zonas de maior densidade populacional.

Os estudos de desenvolvimento da Rede têm também de levar em consideração o provimento de capacidade de ligação suficiente para satisfazer os pedidos conhecidos, os quais estão associados às metas de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis ou de cogeração definidas no âmbito do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e ao Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 (Estratégia para a Eficiência Energética - PNAEE 2016) e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020 (Estratégia para as Energias Renováveis – PNAER 2020). É também tido em conta o Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, que, nomeadamente, estabelece disposições em matéria de eficiência energética e cogeração, criando obrigações para os operadores de rede de distribuição, e ainda o regime de Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) que visa promover a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Adicionalmente, o crescente incremento da produção descentralizada de eletricidade em Baixa Tensão (microprodução e miniprodução) e o impacto dessa produção no funcionamento das Redes de Baixa Tensão são acompanhados com desenvolvimentos previstos no âmbito do projeto InovGrid, destinado a implementar funcionalidades avançadas de gestão da Rede de Distribuição.

Ainda no âmbito das redes inteligentes, a EDP Distribuição dá continuidade a um conjunto de investimentos que contribuem para esta evolução nas quatro categorias que enquadram esta visão, como a sensorização e monitorização, a automação e telegestão, telecomunicações e cibersegurança e a automação do processamento e análise de dados que visam transformação de rede elétrica pela aplicação generalizada de tecnologias digitais para melhorar a eficiência e/ou o desempenho da rede.

O planeamento da Rede de Distribuição tem também de estar coordenado com o planeamento da Rede Nacional de Transporte de forma a assegurar a coerência entre os projetos nas duas redes, nomeadamente no que diz respeito às ligações entre as mesmas.

Como detentora da concessão da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade em Média e Alta Tensão em Portugal Continental e das Redes de Distribuição em Baixa Tensão em todos os municípios de Portugal Continental, a EDP Distribuição está obrigada a realizar de dois em dois anos o Plano de Desenvolvimento e Investimento Quinquenal da Rede de Distribuição (PDIRD), conforme estabelecido em legislação publicada em 2012. Este plano deve estar coordenado com o planeamento da Rede de Transporte e tem por base a caracterização técnica da Rede e da oferta e procura de energia elétrica atuais e previstas. O PDIRD é enviado, de acordo com a legislação, em cada ano par para a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) para apreciação, que por sua vez o remete à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) após eventuais alterações, sendo submetido posteriormente a consulta pública. No fim do processo, o PDIRD é sujeito a aprovação pelo Governo.

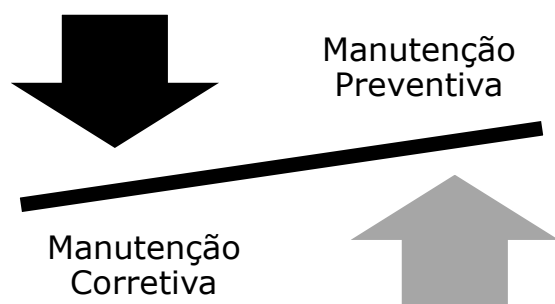
Foi entregue à DGEG, a proposta de PDIRD 2017-2021, estando a decorrer o período de apreciação da mesma. A EDP Distribuição procede à implementação da estratégia de investimentos na Rede Nacional de Distribuição de acordo com o descrito no PDIRD 2015-2019.

Política de Manutenção

A EDP Distribuição está comprometida com uma Política de Manutenção baseada em metodologias e estratégias que garantam o desempenho eficiente, seguro e sustentável dos seus ativos, otimizando o ciclo de vida dos mesmos.

As políticas e critérios de manutenção sustentam-se cada vez mais na monitorização da condição técnica dos ativos e na identificação e avaliação dos respetivos riscos associados, permitindo, por um lado, atuar na altura certa, isto é, antes das falhas ocorrerem, assegurando um bom desempenho dos seus ativos técnicos com custos justificados e risco controlado e por outro definir e sustentar planos de reabilitação de renovação de ativos priorizados em função no nível de risco.

Esta abordagem tem vindo a revelar-se de grande importância para garantir uma melhoria contínua nos níveis de Qualidade de Serviço Técnica (QST), maximizando a disponibilidade dos mesmos, reduzindo o número de falhas e minimizando as interrupções no fornecimento de energia elétrica aos clientes, bem como para controlar e mitigar o nível de risco dos seus ativos.



Um maior esforço de manutenção preventiva dirigida aos ativos, mais expressivo no caso dos ativos com índice de saúde menos satisfatório, tem conduzido a uma redução das ações de manutenção corretiva.

Paralelamente, a EDP Distribuição faz uma aposta clara na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, processos e metodologias, numa perspetiva de promover o desenvolvimento de

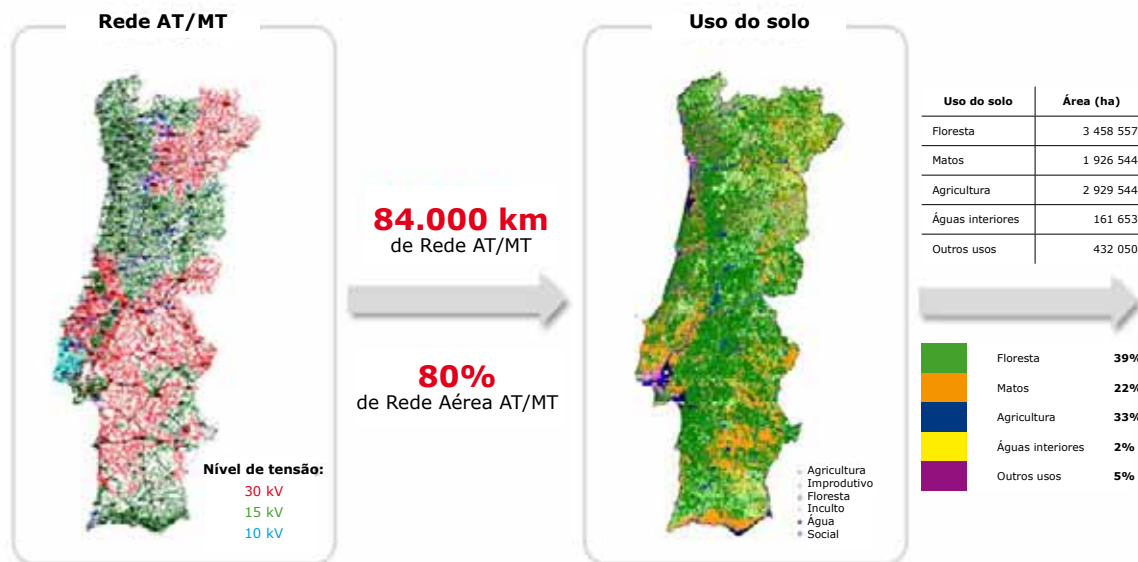
novas soluções, técnicas e tecnológicas, e a incorporação de práticas de excelência que se traduzam em melhorias do desempenho dos ativos técnicos e permitam a redução dos custos de manutenção.

A aposta na sensorização, através da integração de métodos *online* de monitorização da condição dos ativos técnicos, tem vindo a revelar-se decisiva para a adoção de uma manutenção mais preditiva baseada na sintomatologia dos ativos técnicos, possibilitando uma atuação mais criteriosa e também permitindo capturar poupanças ao nível da manutenção preventiva sistemática por via de uma redução da periodicidade dessas ações.

É neste contexto que a EDP Distribuição tem vindo a identificar, desenvolver e testar um conjunto de sensores para monitorização de variáveis críticas de ativos para suporte a planos de manutenção preditiva.

Faixas de Proteção

Em Portugal a área ocupada por floresta corresponde a cerca de 60% do território, pelo que uma grande percentagem de rede aérea AT/MT cruza zona florestal. Dos 84.000 km de rede de Alta (AT) e Média Tensão (MT), cerca de 67.000 km são em traçado aéreo e destes, 26.000 km estão estabelecidos em zona florestal.



Como operador da rede de distribuição, a EDP Distribuição obriga-se a manter e gerir estes ativos técnicos garantindo o cumprimento da legislação aplicável, nomeadamente no integral cumprimento do Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta e Média Tensão (RSLEAT).

A Empresa procede à monitorização da condição técnica da Rede Aérea AT/MT através da realização de inspeções visuais, termográficas e com medição por laser de distâncias dos condutores aos obstáculos, sobretudo por via aérea através de helicóptero. Em função da avaliação efetuada, prioriza e estabelece planos de manutenção com o intuito de assegurar a boa exploração da rede, nomeadamente garantindo as distâncias regulamentares dos condutores às árvores.

A Manutenção das Faixas de Proteção das Linhas Aéreas AT/MT é determinada em função das inspeções efetuadas à rede AT/MT. Anualmente, a EDP Distribuição efetua inspeções visuais e termográficas com medição de distâncias a ≈14.000 km de rede aéreas AT/MT.

Em 2016, a EDP Distribuição efetuou ações de manutenção da faixa de proteção em aproximadamente 4.351 km de Rede Aérea AT/MT o que representa aproximadamente 17% da Rede AT/MT estabelecida em zona florestal.

Estas intervenções têm contribuído para tornar as linhas aéreas de média e alta tensão mais resilientes a fenómenos atmosféricos adversos, os quais têm ocorrido com maior frequência.

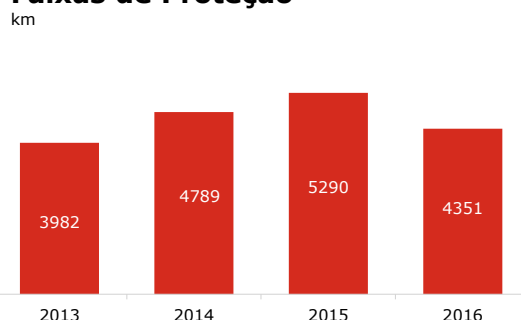
Rede Secundária de Faixa de Gestão de Combustível

A EDP Distribuição é também responsável pela gestão de combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 12,5m, para Linhas Aéreas de Alta Tensão, e 7,5m, para Linhas Aéreas de Média Tensão para cada um dos lados, nos troços de rede que integram a Rede Secundária de Faixa de Gestão de Combustível conforme definido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Estas ações enquadram-se no Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI), visando (i) a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo, (ii) a redução dos efeitos da passagem de incêndios protegendo de forma passiva a rede de distribuição de energia elétrica, (iii) o isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Em 2016 procedeu-se à constituição/reconstituição de 4.577ha de Rede Secundária de Faixa de Gestão de Combustível, cumprindo integralmente com o definido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Faixas de Proteção



3.2.1.4 Qualidade de Serviço

Qualidade de Serviço Técnica

No capítulo da Qualidade de Serviço de Âmbito Técnico, em 2016 continuou a verificar-se a tendência de melhoria contínua dos indicadores de continuidade de serviço, sendo que o indicador Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada média MT (TIEPI MT) terá atingido, mesmo, o melhor valor de sempre.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores de continuidade de serviço:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
TIEPI MT (minutos)	116	75	58	70	60	54	52
END (GWh)	7,8	5,1	4,0	4,7	4,1	4,0	3,5
SAIFI MT (nº)	3,6	2,4	1,7	2,0	1,8	1,8	1,7
SAIDI MT (minutos)	189	126	87	105	88	86	75
SAIFI BT (nº)	4,0	2,5	1,9	2,0	1,6	1,5	1,5
SAIDI BT (minutos)	222	134	98	109	77	77	70

Nota:

- Para determinação dos indicadores de continuidade de serviço são consideradas interrupções previstas e acidentais, incluindo interrupções com origem na Rede Nacional de Transporte e excluindo eventos excecionais.

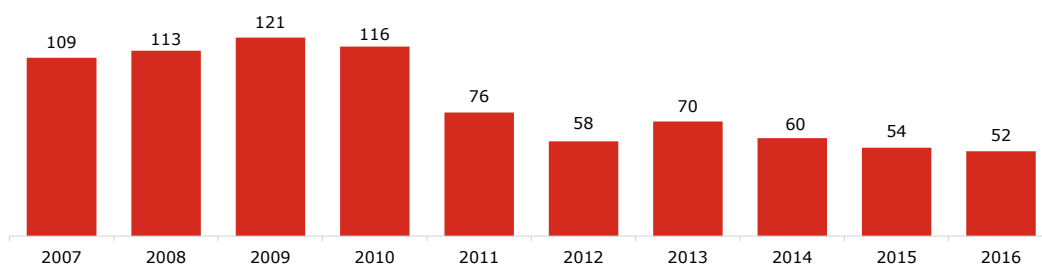
- Valores provisórios, determinados em janeiro de 2017, sujeitos a alteração em função da classificação de eventos excecionais em curso.

Para o bom desempenho da rede de distribuição, em termos de continuidade de serviço, têm contribuído os investimentos específicos e os planos criteriosos de manutenção dos ativos de rede, bem como os projetos de modernização e automatização das redes AT, MT e BT.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do TIEPI MT nos últimos 10 anos, evidenciando bem a tendência de melhoria deste indicador geral de continuidade de serviço.

TIEPI

Minutos

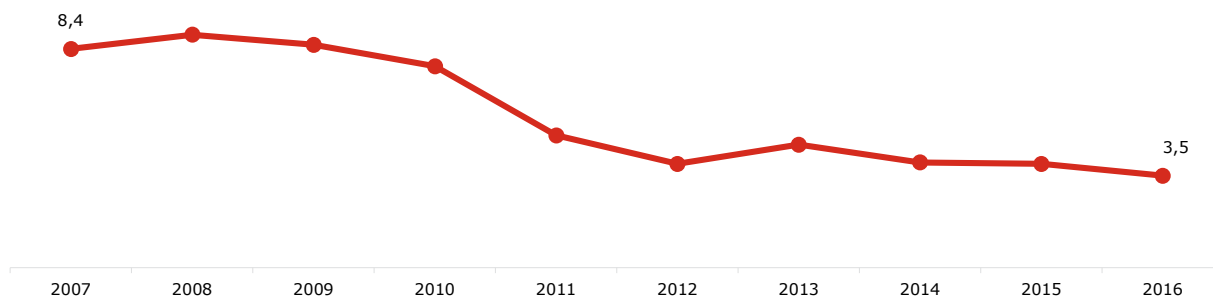


* Não inclui eventos extraordinários

Os restantes indicadores gerais de continuidade de serviço, nomeadamente, a Energia Não Distribuída (END), a frequência média de interrupções do sistema (SAIFI) e a duração média das interrupções do sistema (SAIDI), nos 3 níveis de tensão AT, MT e BT, têm igualmente acompanhado a tendência de melhoria consistente do indicador TIEPI MT, conforme se apresenta nos gráficos seguintes.

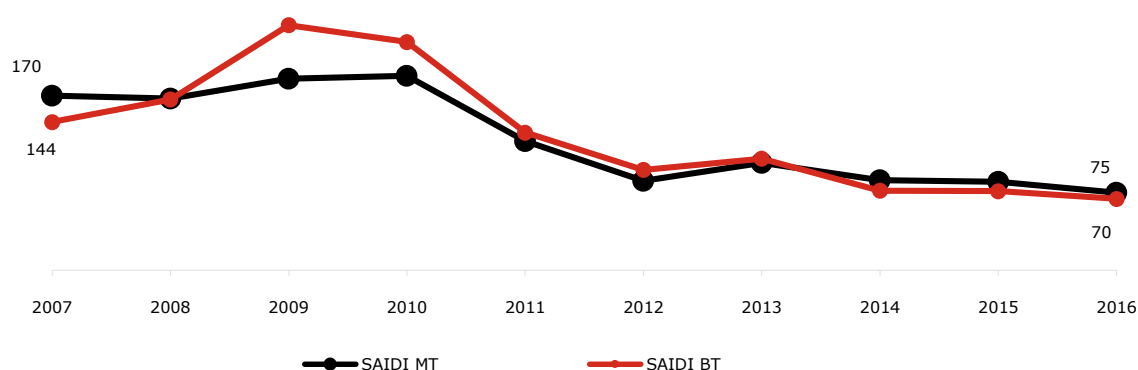
Energia não Distribuída - END

(GWh)



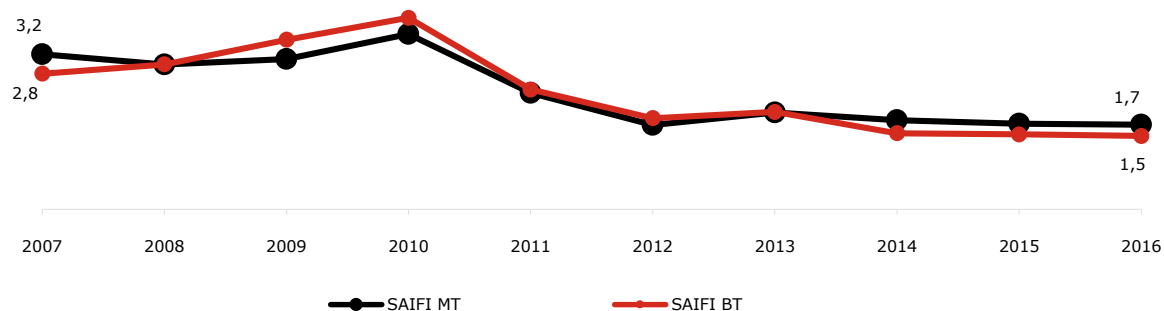
SAIDI MT e BT - Duração das Interrupções

Minutos



SAIFI MT e BT - Frequência das Interrupções

Número



No que diz respeito à Qualidade da Energia Elétrica (QEE), como resultado da apreciação global das ações de monitorização efetuadas pela EDP Distribuição, em cumprimento do seu Plano Bianual de Monitorização 2016-2017, em conformidade com o disposto no RQS, salienta-se, em 2016, a continuação da entrega de elevados níveis de QEE aos clientes.

No endereço de Internet da EDP Distribuição, mais concretamente na área qualidade de serviço técnico, podem ser consultados os resultados da análise QEE para cada um dos pontos de monitorização da rede de distribuição.

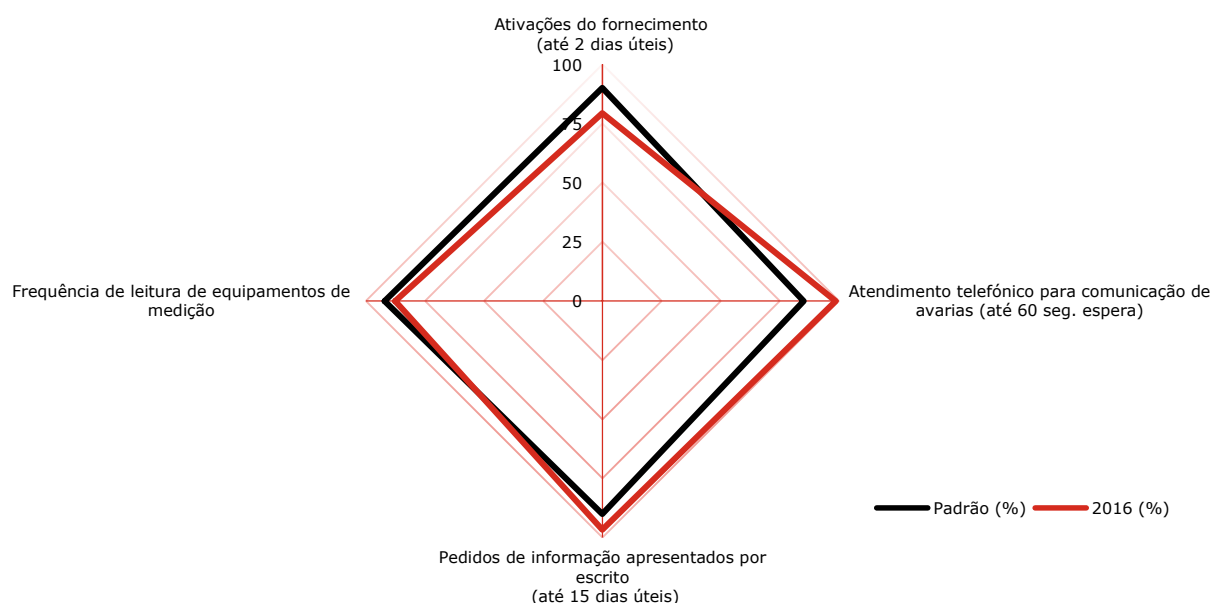
Qualidade de Serviço Comercial

Indicadores

Em 2016, a EDP Distribuição continuou a aperfeiçoar alguns dos processos ao nível da recolha e do tratamento de dados de qualidade de serviço comercial, atividade esta necessária para a melhoria do seu desempenho.

O RQS estabelece padrões de qualidade de serviço para quatro dos indicadores gerais referentes a serviços, a atendimento e a pedidos de informação.

Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço (%)



Os indicadores relativos ao atendimento telefónico para comunicação de avarias e à resposta a pedidos de informação registaram em 2016 um desempenho claramente acima dos padrões estabelecidos no RQS.

Em 2015 e 2016 foi realizada uma análise ao processo relativo ao apuramento dos valores do indicador das ativações de fornecimento que assenta no tratamento de informação referente aos diferentes estados de execução das ordens de serviço, tendo vindo a ser introduzidas melhorias no cálculo deste indicador de forma a serem excluídas as situações em que o serviço não é executado por razões não imputáveis ao Operador da Rede de Distribuição (ORD). Ainda assim, o indicador agora apresentado é penalizado por ativações que em algum momento do processo de execução estiveram pendentes de uma ação de terceiros e que, por isso, foram realizadas num prazo superior a 2 dias úteis.

Indicadores Gerais do Relacionamento Comercial e Respetivos Padrões

	Padrão (%)	2016 (%)
Ativações do fornecimento (até 2 dias úteis)	90	79,3
Atendimento telefónico para comunicação de avarias (até 60 seg. espera)	85	98,6
Pedidos de informação apresentados por escrito (até 15 dias úteis)	90	96,7
Frequência de leitura de equipamentos de medição	92	87,6

No que se refere ao indicador de Frequência de leitura de equipamentos de medição em baixa tensão normal, o ORD deve garantir que 92% das leituras são realizadas com um intervalo inferior a 96 dias, independentemente da acessibilidade destes equipamentos. De referir que 86% dos equipamentos não tem acesso direto a partir de local público o que dificulta a recolha de leituras e consequentemente o cumprimento do padrão estabelecido para este indicador.

Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica

No domínio da eficiência energética, destaque para a candidatura da EDP Distribuição à Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica para 2013-2014 (PPEC 2013-2014), promovido pela ERSE, mediante a apresentação da candidatura para a instalação de 11.750 Relógios Astronómicos na rede elétrica de Iluminação Pública, medida que foi concluída em 2016.

3.2.2 Desempenho Financeiro

Demonstração da Posição Financeira

No final do período de 2016, verificou-se um reforço do capital próprio totalizando 931 milhões de euros, superior em 22% ao valor do ano 2015.

Resumo da Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Milhões de Euros	2016	2015	Δ %
ATIVO	4 757	5 264	-10%
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2 370	2 410	-2%
Investimentos financeiros em empresas filiais	105	105	-
Propriedades de investimento	5	7	-28%
Ativos por impostos diferidos	402	254	58%
Devedores e outros ativos *	1 839	2 456	-25%
Inventários	34	30	12%
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	2	2	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
CAPITAIS PRÓPRIOS	931	764	22%
PASSIVO	3 826	4 500	-15%
Dívida financeira *	1 697	2 298	-26%
Benefícios aos empregados	1 142	1 179	-3%
Provisões para riscos e encargos	19	53	-65%
Credores e outros Passivos	968	970	0%
CAPITAIS PRÓPRIOS + PASSIVO	4 757	5 264	-10%

* Inclui Suprimentos concedidos à EDP SU (Ativo) e suprimentos contraídos junto da EDP, SA (Passivo) no montante de 300 milhões de euros em 2016 (2015: 900 milhões de euros).

Os Ativos fixos tangíveis e intangíveis, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotado pela União Europeia, apresentam-se líquidos de Comparticipações de Clientes e representam cerca de 50% do Ativo total, sendo que a variação de saldo se explica pelo investimento realizado, de aproximadamente 278 milhões de euros, compensado pelas amortizações e depreciações do período.

A rubrica Devedores e outros ativos inclui suprimentos concedidos à EDP Serviço Universal (EDP SU) para fazer face às suas necessidades de financiamento, no montante de 300 milhões de euros em 2016 e 900 milhões de euros em 2015. Este suprimento não tem impacto na EDP Distribuição uma vez que também está registado no Passivo (em Dívida Financeira) o suprimento contraído junto da EDP, SA, no mesmo montante.

Adicionalmente, esta rubrica inclui o saldo do Sistema Financeiro (*cashpooling*) ativo, no montante de 139 milhões de euros (181 milhões de euros em 2015).

A rubrica de Ativos por impostos diferidos apresenta um aumento de 148 milhões de euros, causado essencialmente pela adesão ao regime de reavaliação fiscal de ativos previsto no Decreto-Lei n.º 66/2016 com um impacto de 86 milhões de euros, pelo efeito das responsabilidades com benefícios aos empregados, com um impacto de 31 milhões de euros, e pelo efeito da redução do imposto diferido passivo associado ao ajustamento tarifário em 21 milhões de euros.

Os Capitais Próprios aumentam 167 milhões de euros devido ao aumento do resultado do exercício de 2016 que ascende a 303 milhões de euros, parcialmente compensado pela aplicação de resultados do ano anterior (Resultado Líquido 2015: 250 milhões de euros), que permitiu um pagamento de dividendos à EDP, SA, no montante de 125 milhões de euros, e pela variação da reserva de justo valor de responsabilidades atuariais, no montante líquido de imposto de aproximadamente 12 milhões de euros.

No Passivo observa-se uma diminuição de 674 milhões de euros, maioritariamente justificada pela variação da Dívida financeira, que resulta essencialmente do vencimento de uma tranche de suprimento da EDP SU, no montante de 600 milhões de euros (compensada na rubrica Devedores e outros ativos).

Financiamento

A evolução da dívida financeira líquida da EDP Distribuição em 2016 é evidenciada no quadro seguinte:

Milhões de euros	2016	2015	Δ Valor
Suprimentos (CP + MLP)*	1 393	1 393	0
Conta Corrente com EDP, SA + Outros ¹	110	106	4
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	- 2	- 2	0
Dívida Líquida*	1 501	1 497	4

* Dívida Líquida de suprimentos concedidos à EDP SU, 300 milhões de euros em 2016 (2015: 900 milhões de euros), e respetivos juros de 4 milhões de euros (2015: 5 milhões de euros).

¹ O saldo da Conta Corrente com EDP, SA + Outros, no montante de 110 milhões de euros, inclui 139 milhões de euros de Sistema Financeiro (Cashpooling) ativo (2015: 181 milhões de euros), 249 milhões de euros de Sistema Financeiro (Cashpooling) passivo (2015: 244 milhões de euros). Em 2015, inclui adicionalmente 43 milhões de euros credores com a EDP, SA, que ficaram registados na EDP Distribuição em Outros Credores de Atividades Comerciais – corrente.

A Dívida Líquida da EDP Distribuição ascende a 1.501 milhões de euros em 2016, mantendo-se globalmente no patamar de 2015 e beneficiando do recebimento de dividendos da EDP SU, no montante de 36 milhões de euros (2015: 45 milhões de euros), e do diferimento do pagamento à REN da parcela CMEC-Revisibilidade para 2017, no montante de 84 milhões de euros (2015: 41 milhões de euros).

Demonstração de Resultados

Apresenta-se de seguida a Demonstração dos Resultados que reflete a evolução da atividade operacional no ano de 2016:

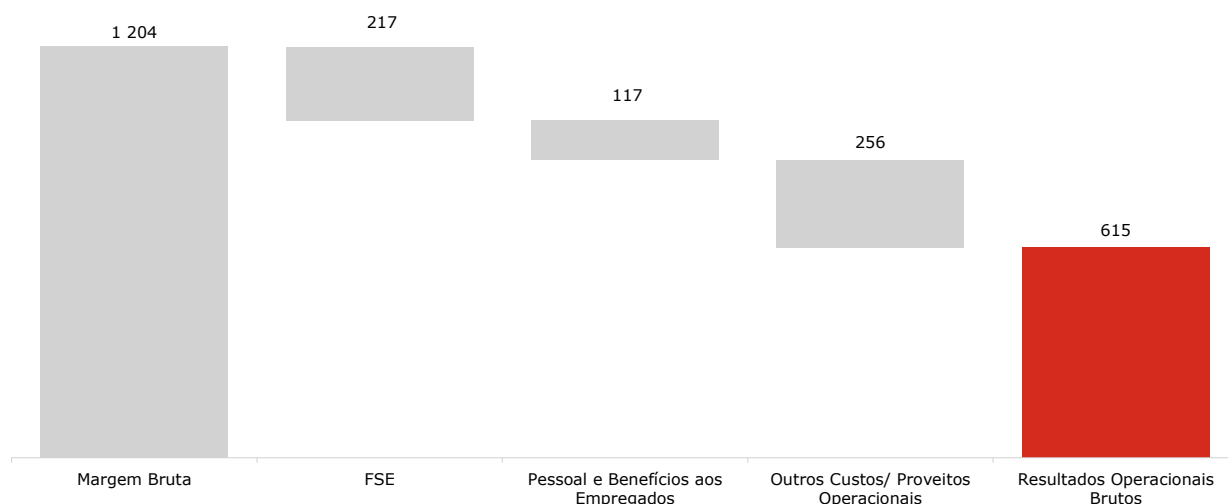
Resumo de Demonstração de Resultados para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016

Milhões de Euros	2016	2015	Δ %
Margem Bruta	1 204	1 196	1%
Fornecimentos e serviços externos	217	222	-3%
Custos com pessoal e benefícios aos empregados	117	123	-5%
Rendas das concessões	253	251	1%
Outros custos (líquidos)	3	-12	-129%
Custos Operacionais	589	584	1%
Resultados Operacionais Brutos	615	612	1%
Provisões	-3	8	-137%
Amortizações, depreciações e imparidades	244	240	2%
Resultados Operacionais	374	364	3%
Resultados Financeiros	- 37	-49	-23%
Resultados antes de impostos e CESE	337	315	7%
Imposto sobre os lucros	8	40	-80%
Contribuição extraordinária para o setor energético	26	26	-
Resultado Líquido do Período	303	250	21%

Os Resultados Operacionais Brutos aumentaram 1% face ao período homólogo de 2015 atingindo 615 milhões de euros em 2016, essencialmente pela variação ocorrida na margem bruta e maior eficiência operacional.

Detalhe dos Resultados Operacionais Brutos em 2016

Milhões de euros



Como se pode observar pelo gráfico acima, os resultados operacionais brutos resultam da Margem Bruta da empresa, no montante de 1.204 milhões de euros e são parcialmente consumidos pelos custos operacionais e pelas rendas de concessão, registadas em Outros Custos Operacionais.

A Margem Bruta apresenta um aumento de 1% face a 2015, principalmente pelo aumento da taxa de retorno sobre a Base de Ativos (de 6,34% para 6,48%). A margem bruta reflete também o aumento das amortizações, por via da sua recuperação como proveito permitido, e do incentivo por perdas e qualidade de serviço.

Os custos operacionais refletem:

- 217 milhões de euros de Fornecimentos e serviços externos, ligeiramente abaixo do ano 2015, sendo de destacar: o decréscimo dos custos com conservação e reparação decorrente da redução de avarias devido a boas condições atmosféricas e desempenho da rede; redução de serviços ao cliente pela diminuição das ordens de serviço de corte, alterações contratuais e leituras extraordinárias; e redução global de serviços prestados por terceiros;
- 117 milhões de euros de Custos com Pessoal e Benefícios aos Empregados, que refletem uma redução em linha com a evolução do número de colaboradores;
- 256 milhões de euros de Outros Custos e Outros Proveitos Operacionais, que refletem essencialmente as rendas de concessão da rede de Baixa Tensão. Face a 2015, a variação resulta essencialmente de menor recebimento de indemnizações relativas a temporais e sinistros ocorridos em subestações e de subsídios à exploração referentes a Projetos Europeus e a outros Projetos.

Os Resultados Financeiros de 2016 são favoráveis face ao período homólogo pelo impacto da redução do custo médio da dívida.

A variação positiva do Imposto sobre os lucros, no montante de 32 milhões de euros, decorre maioritariamente do efeito da reavaliação fiscal de ativos, pelo Imposto diferido ativo reconhecido e correspondente à reserva de reavaliação fiscal

apurada, no montante de 86 milhões de euros, parcialmente compensado pela tributação autónoma especial de 14% sobre o efeito da reavaliação fiscal, no montante de 41 milhões de euros.

O Resultado Líquido alcançou assim os 303 milhões de euros, o que compara com 250 milhões de euros no ano anterior. A proposta de aplicação de resultados do período de 2016 é apresentada no Anexo IV.

Investimento

O investimento a custos totais líquido de participações realizado pela EDP Distribuição ascendeu a 278 milhões de euros em 2016, inferior ao ano anterior (2015: 308 milhões de euros).

Apresenta-se de seguida o detalhe do investimento realizado pela EDP Distribuição nos últimos dois anos:

Milhões de Euros	2016	2015	Δ %
Investimento Custos Primários	206	230	-10%
Específico	184	190	-4%
Alta Tensão	31	36	-13%
Média Tensão	36	42	-15%
Baixa Tensão	77	67	16%
Iluminação Pública	11	9	23%
Outros	29	36	-20%
Não específico	23	40	-42%
Encargos Gestão, Estrutura e Financeiros	96	100	-4%
Investimentos Custos Totais	303	330	-8%
Participações Financeiras	25	22	14%
Investimento Custos Totais Líquido Participações Financeiras	278	308	-10%

No que concerne ao Investimento Específico, em 2016 verificou-se um aumento significativo na Baixa Tensão, essencialmente explicado pela instalação de contadores inteligentes (EDP Box) em cerca de 16 milhões face a 2015. Por outro lado, em 2015 concluiu-se o programa de instalação de telecontagem em Postos de Transformação (PTD) o que originou uma redução do investimento na média tensão.

Adicionalmente, tendo por base a redução dos consumos e pontas nos anos mais recentes, no seguimento do abrandamento da atividade económica, tem-se verificado igualmente uma tendência de diminuição das necessidades de investimento em desenvolvimento de rede.

No ano 2016 o valor de Participações é ligeiramente superior ao ano anterior, pelo aumento das solicitações de terceiros.

3.3 Ambiente e Sustentabilidade

Durante o ano de 2016, a EDP Distribuição realizou várias atividades no âmbito da Promoção Ambiental, dando continuidade ao trabalho e às boas práticas desenvolvidas nos anos anteriores, e estipulando novas metas a atingir, as quais permitirão responder aos desafios que presentemente se colocam à empresa e respetivos *stakeholders*.

Relativamente ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA) sublinha-se a aprovação do “Plano de Alargamento do Âmbito da Certificação Ambiental” até ao ano de 2020, consistindo na certificação da totalidade (100%) das atividades executadas pela empresa e respetivas instalações. Destaca-se o facto de o mencionado Plano ter tido por base a análise de avaliação de risco ambiental efetuada nas subestações, sendo este instrumento assim caracterizado por rigor e sustentabilidade acrescidos.

A auditoria de certificação do SGA decorreu entre 29 de fevereiro e 11 de março, e foi realizada pela entidade certificadora independente Lloyd’s Register. Tal como preconizado nos objetivos estipulados para o ano de 2016, a auditoria referida incluiu o alargamento do âmbito do sistema à Direção de Tecnologia e Inovação e às Direções de Rede e Clientes (DRC). Foram assim certificadas a Área Operacional de Portalegre, a Área Operacional de Santarém e a Área Operacional de Leiria (DRCT), a Área Operacional de Vila Real (DRCN), a Área Operacional de Aveiro (DRCP), a Área Operacional de Guarda-Castelo Branco (DRCM), a Área Operacional de Lisboa (DRCL) e a Área Operacional de Beja (DRCS). No âmbito da auditoria foram também integradas 34 novas subestações e 5 postos de corte MT.



Face ao exposto, e em termos globais, a certificação ambiental da EDP Distribuição abrange atualmente 171 subestações, 36 postos de corte AT e 22 postos de corte MT bem como 15 Locais de Produção de Resíduos. O SGA envolve assim, cerca de 1.500 colaboradores que executam as atividades nas 14 Unidades Organizativas (UO) certificadas.

A auditoria externa decorreu de uma forma muito positiva, sendo de sublinhar a ausência de registo de qualquer “não conformidade” nas instalações e atividades auditadas, tendo sido apenas formuladas recomendações em sede de ações de melhoria. Em conclusão, constatou-se, uma vez mais, a adequabilidade do SGA da EDP Distribuição aos aspetos ambientais específicos da empresa, verificando-se que as atividades e instalações incluídas no respetivo âmbito se encontram ambientalmente controladas, e em conformidade com os requisitos normativos aplicáveis.

No decorrer do ano de 2016, para além do simulacro planeado no âmbito do SGA, o qual cumpriu com satisfação os objetivos propostos, foi também possível testar o “Procedimento de Emergência Ambiental” no contexto de uma situação real, designadamente um incidente de furto que originou derrame de óleo. Refere-se que a operação de contenção do derrame e de descontaminação foi bem-sucedida, verificando-se uma eficaz articulação entre a UO responsável pela instalação, as entidades oficiais intervenientes e a empresa contratada para limpeza de solos contaminados.

Com o objetivo de promover continuamente a formação ministrada aos colaboradores, bem como o alinhamento de procedimentos e as boas práticas ambientais, decorreram diversos cursos realizados em conjunto com a Universidade EDP, subordinados à temática ambiental, de entre os quais se destaca a “Sensibilização Ambiental *e-learning*”, para reciclagem de conhecimentos de cerca de 320 colaboradores que desempenham atividades operacionais enquadradas no SGA da EDP Distribuição.



Durante o ano de 2016 foi mantida a realização das “Auditorias Combinadas de Ambiente e Segurança” tendo por objeto os 8 adjudicatários que operam nas áreas de construção, reparação e manutenção de redes, no âmbito do Contrato de Empreitada Contínua (EC2015).

O Plano de Promoção Ambiental (PPA) da EDP Distribuição, para 2016, manteve o conjunto de iniciativas de investimento que têm vindo a ser desenvolvidas nos anos anteriores, designadamente ao nível da proteção de Avifauna (correção de linhas existentes consideradas potencialmente perigosas para a avifauna e “Operação Cegonha Branca”) e proteção dos

solos, do ruído e da substituição de transformadores MT/BT obsoletos, perfazendo um total de cerca de 1,38 milhões de euros (custos primários).

Durante o ano de 2016 deu-se continuidade aos dois Projetos LIFE já aprovados e cofinanciados pela Comissão Europeia, nos quais a EDP Distribuição é parceira. No âmbito do Projeto LIFE Imperial foram realizadas intervenções em cerca de 17 km de linhas elétricas aéreas situadas na Zona de Proteção Especial (ZPE) do Vale do Guadiana, registando-se intervenções em cerca de 5,5 km de linhas aéreas situadas no Parque Natural do Douro Internacional, no âmbito do Projecto LIFE Rupis. No âmbito destes projetos foram também realizadas várias reuniões com as respetivas Comissões de Acompanhamento, nas quais estiveram presentes os líderes de projeto e todos os parceiros envolvidos, tendo sido efetuado o ponto de situação dos trabalhos realizados e previstos executar.

Durante o ano de 2016 a EDP Distribuição foi também convidada a colaborar no Projeto LIFE Lines, que tem como objetivo ensaiar, avaliar e disseminar medidas destinadas a mitigar efeitos negativos de infraestruturas lineares em várias espécies de fauna (o Projeto é liderado pela Quercus, tendo como parceira a Universidade de Évora).

No âmbito da colaboração externa, foi ainda atendido um pedido de colaboração da Cátedra de Biodiversidade da REN, com vista ao desenvolvimento de trabalhos no domínio da proteção da avifauna.

Foi ainda aprovado o “Protocolo Avifauna VII”, o qual decorrerá durante dois anos e inclui, a título exemplificativo, ações para validação das cartas de risco de eletrocussão de espécies-alvo criticamente ameaçadas, designadamente a Águia-Real, e das cartas de risco de colisão da Abetarda. O Protocolo inclui ainda a elaboração de cartas de risco para espécies que ainda não haviam sido incluídas nos protocolos avifauna anteriores, designadamente o Abutre-do-Egipto e o Falcão Peregrino.



É de sublinhar que durante o ano de 2016, a EDP Distribuição implementou, em aproximadamente 60 km de linhas elétricas aéreas existentes, uma solução anti-electrocussão combinada. A referida solução combinada foi estudada pela EDP Distribuição, tendo merecido a aprovação dos parceiros do Protocolo Avifauna, consistindo na aplicação de vários equipamentos normalizados, designadamente numa primeira fase, do revestimento primário (colocação de fita mástique auto-vulcanizante), e numa segunda fase, do isolamento das pinças de amarração e reforço mecânico do isolamento, com a colocação da manga.

Em simultâneo, é de realçar o trabalho desenvolvido no ajuste e implementação de soluções acordadas com o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, no âmbito dos pareceres emitidos por aquela entidade relativos a obras com impacto em áreas protegidas, com benefícios económicos e operacionais relevantes para a empresa.

Conforme habitual, em 2016 decorreu a “Operação Cegonha Branca”, no âmbito da qual a empresa se propôs à intervenção em aproximadamente 160 ninhos de Cegonha Branca e à consequente colocação de apoios dispositivos Dissuasores de Nidificação (DDNs), de forma a desincentivar a espécie de nidificar nos apoios da rede elétrica.

O ano de 2016 foi ainda caracterizado pela colaboração entre a EDP Distribuição e a EDP Produção no âmbito das medidas compensatórias ambientais do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, as quais estipulam a correção de um conjunto de linhas de MT/AT localizadas na vizinhança de ninhos de Águia-de-Bonelli, no Parque Natural do Vale do Tua. A colaboração entre ambas as empresas, no âmbito deste projeto, irá manter-se no decurso do ano de 2017.

A empresa elaborou ainda os relatórios anuais de acompanhamento ambiental, em diversos âmbitos, os quais foram entregues às entidades competentes, designadamente a APA – Agência Portuguesa do Ambiente e o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.

É de referir, como iniciativa transversal à EDP Distribuição, o arranque, em 2016, do Programa JUMP, no qual a DACN tem colaborado, designadamente no que se refere às iniciativas dedicadas ao processo de contabilidade ambiental, descomissionamento de ativos e gestão de resíduos, certificação ISO 55000 e gestão de incidentes.

No seguimento da campanha de promoção da eficiência energética, que consiste na substituição de luminárias de mercúrio e vapor de sódio por LED, durante o ano de 2016 registou-se um aumento da quantidade dos resíduos de equipamento elétrico e eletrónico encaminhadas a destino final, o que se traduziu num valor de investimento associado à eficiência energética muito superior ao registado no final de 2015.

O ano de 2016 foi ainda caracterizado, à semelhança dos anos anteriores, pela colaboração em Projetos corporativos (Responsabilidade Ambiental, Biodiversidade, Cadeia de Fornecimento, Ecoeficiência, Certificação Ambiental ISO 14001, etc.), tendo sido efetuado o reporte de informação de sustentabilidade da empresa para efeitos do POSA (Programa Operacional de Sustentabilidade e Ambiente corporativo) e de vários índices onde o Grupo EDP está representado entre os quais se destaca o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) e o *Carbon Disclosure Project* (CDP).

Por último, de referir que a EDP Distribuição tem vindo a promover a melhoria da classificação energética dos seus edifícios, em alinhamento com as políticas nacionais e comunitárias, nomeadamente as preconizadas na Diretiva 2012/27/EU. Com este enquadramento e como medida de eficiência energética, a EDP Distribuição tem instalado unidades de geração de eletricidade baseada em tecnologias de geração renováveis, apenas destinadas ao autoconsumo nos próprios edifícios (UPAC), permitindo a redução da dependência energética e a consequente diminuição de gases de efeito de estufa.

Continuidade do Negócio

Em 2016, o compromisso da Continuidade do Negócio na EDP Distribuição assumiu-se numa atividade consolidada na organização, com uma orientação estratégica definida.

A atividade em causa representa não só um fator diferenciador, como também, uma vantagem competitiva sustentável, quer ao nível da avaliação e mitigação do risco de exposição da organização a ameaças externas, quer na prevenção e recuperação do negócio (fruto da capacidade de planeamento e de antecipação das redundâncias na rede elétrica e nas comunicações associadas, bem como da disponibilidade de recursos alternativos, como resposta a uma possível situação de perturbação da atividade).

Na gestão diária foram mantidos os alinhamentos estratégicos, tático e operacional previamente estabelecidos, mediante a implementação efetiva das melhores práticas, tendo por objetivo desenvolver, passo a passo e ao longo do tempo, a Resiliência Organizacional, reconhecendo que este é um desafio a longo prazo.

Como orientação estrutural foi prosseguida a agregação de valor dirigida aos três vetores essenciais que suportam o Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio da EDP Distribuição (SGCN): i) Colaboradores; ii) Infraestruturas físicas; e, iii) Infraestruturas tecnológicas.

A certificação do SGCN segundo a norma ISO 22301:2012 *Societal security — Business Continuity Management Systems*, atribuída em 2015, manteve em 2016 o nível elevado de maturidade resultante da garantia de conformidade, da relevância dos padrões de melhoria contínua implementados e da revisão periódica dos procedimentos. As auditorias realizadas, interna e externa, decorreram sem terem sido registados “desvios” ou “não conformidades”.

É de assinalar a realização, durante o ano de 2016, do BIA2016 (*Business Impact Analysis*), no âmbito do processo de revisão periódica, tendo em consideração a norma ISO 22317:2015 - *Business Continuity Management Systems – Guidelines for Business Impact Analysis*.

A referida ação consistiu numa análise extremamente abrangente ao nível da disponibilidade de áreas prioritárias, tendo por base os processos que caracterizam as diversas atividades da empresa, com o objetivo de identificar e quantificar o tipo de impactos gerados, na eventualidade da não realização dos processos por qualquer ocorrência disruptiva.

Mantiveram-se os processos críticos já anteriormente reconhecidos, para a garantia dos serviços essenciais prestados pela empresa, reforçando o alinhamento estratégico preconizado, bem como o prosseguimento dos planos de atuação aprovados, em revisão e/ou em fase de aprovação.

Durante o ano de 2016 foi reforçada a prática de planeamento e a realização de exercícios, os quais têm sido recorrentemente identificados e reconhecidos, em sede de auditorias, como valências particularmente relevantes da política de Continuidade de Negócio, sendo de destacar o mérito da participação abrangente e efetiva dos parceiros de negócio.

De entre os exercícios realizados durante o ano de 2016 destaca-se, com particular relevância, a execução de 6 “Exercícios de Decisão” tendo por base o “Plano Operacional de Atuação em Crise – Rede de Distribuição (POAC-RD)”, efetuada no âmbito do Programa de Exercícios do SGCN. O referido Plano constitui um dos principais instrumentos/documentos integrantes do Plano de Gestão de Crises e Continuidade do Negócio da EDP Distribuição, tendo por objetivo assegurar a continuidade da atividade de abastecimento de eletricidade, face a potenciais disrupções. Como resultado dos 6 Exercícios de Decisão foram identificadas oportunidades de melhoria para o plano e para a organização, e promovidos a sensibilização, o treino e a preparação de colaboradores e parceiros de negócio.

Salienta-se ainda a concretização do “Seminário de Continuidade do Negócio – Intervenção em Cenários de Crise”, enquanto iniciativa de sensibilização transversal à EDP Distribuição. Pretendeu-se constituir um fórum de entendimento comum sobre um conjunto de eventos geradores de crises e, assim, contribuir para continuar a marcar a agenda futura da Resiliência Organizacional. A ação foi aberta à participação de outras empresas do Grupo EDP, bem como de entidades externas, destacando-se a presença de representantes da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), do Gabinete de Segurança Interna (GSI) e de Operadores de Infraestruturas Críticas de variados setores de atividade. Foram objetivos da iniciativa o reforço da abordagem de proximidade que a EDP Distribuição tem vindo a prosseguir, o envolvimento, a cooperação e a partilha de conhecimento e a responsabilidade coletiva na forma como institucionalmente se entendem as dimensões da Continuidade do Negócio e da Resiliência Organizacional.

Ao nível da inovação, investigação e desenvolvimento, foi mantida a colaboração em dois projetos europeus RESILENS e RESCCUE –, ambos financiados pelo H2020, e com duração plurianual. No âmbito dos referidos projetos visou-se o desenvolvimento de competências e capacidades dos colaboradores, o *networking*, assim como a manutenção do contacto permanente com as principais tendências. Fator decisivo, neste âmbito, foi o acesso a áreas de conhecimento crescente no domínio de DRS-7-2014: *Crisis management: Crises and disaster resilience – operationalizing resilience concepts*, integrado no programa *Secure Societies* da Comissão Europeia.

Em sede de participações da EDP Distribuição em fóruns de âmbito nacional e internacional, salienta-se ainda a participação no Exercício Internacional VITEX 2016, organizado pela Presidência Holandesa da União Europeia - *National Coordinator for Security and Counterterrorism* – NCTV.

A referida iniciativa teve como principais objetivos o desenvolvimento da cooperação e da interação entre operadores de Infraestruturas Críticas dos diversos Estados-Membros com vista ao reforço da resiliência das Infraestruturas Críticas Europeias e potenciar a cooperação na gestão de disrupções que possam afetar Infraestruturas Críticas, bem como os efeitos em cascata causados por interdependências.

3.4 Stakeholders

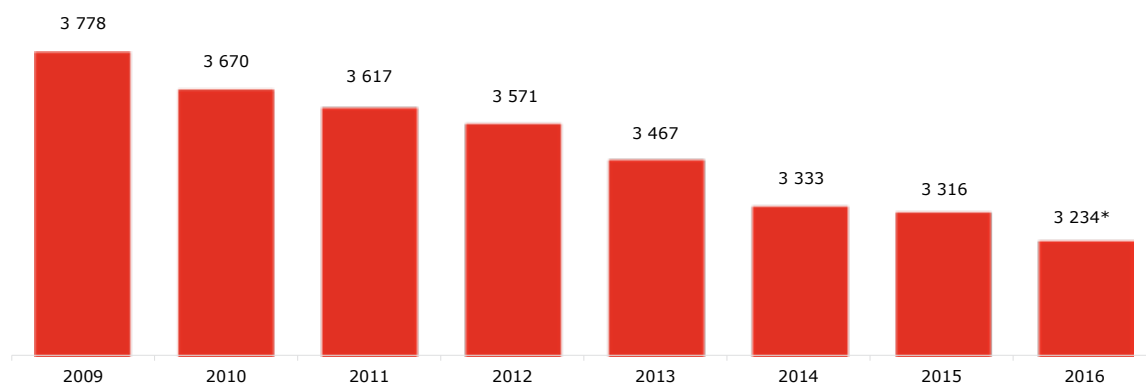
O envolvimento de *Stakeholders* na EDP Distribuição é uma prioridade estratégica para a manutenção de um diálogo aberto e transparente com as suas partes interessadas. Os objetivos são construir e reforçar relações de confiança, partilhar conhecimento e informação relevante, antecipar desafios e identificar novas oportunidades de cooperação com os nossos *Stakeholders*.

3.4.1 Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

O número de colaboradores do quadro permanente e cedidos por empresas do Grupo EDP, em exercício na EDP Distribuição a 31 de dezembro de 2016, era o seguinte:

Colaboradores em Exercício



*Inclui 27 colaboradores cedidos pela O&M e 134 cedidos pela EDP Estudos e Consultoria

O saldo líquido das movimentações ocorridas em 2016 foi de menos 82 colaboradores do que os existentes em dezembro de 2015.

No que diz respeito às saídas, as reformas antecipadas nos termos previstos no Acordo Coletivo de Trabalho tiveram o maior impacto no total (187), representando 74% (139) das saídas. Em 2016, destacam-se ainda 16 saídas por Reforma Natural e 13 saídas através de programa de adequação de colaboradores, das quais 5 Antecipações à Pré-Reforma e 8 Pré-Reformas. Adicionalmente, no âmbito do programa de redução de efetivos existem ainda 21 colaboradores com os quais a EDP Distribuição celebrou acordos de pré-reforma e antecipação de pré-reforma.

No seguimento do processo de mudança de vínculo dos colaboradores da EDP Estudos e Consultoria em exercício na EDP Distribuição iniciado em 2015, ocorreu a transferência de 44 colaboradores para a EDP Distribuição.

No âmbito da qualificação dos colaboradores destacam-se 4 reclassificações para Quadro Superior e a nomeação de 32 colaboradores para funções em comissão de serviço.

O processo de rejuvenescimento que a empresa tem realizado nos últimos anos teve um impacto significativo na evolução verificada ao nível do perfil dos recursos humanos da empresa, com a diminuição de pessoas nos níveis de qualificação mais baixos e com menos habilitações escolares. O peso dos colaboradores com habilitações ao nível do ensino superior e do ensino secundário aumentou de 47% para 63% entre 2011 e 2016.

Simultaneamente, este processo permitiu reduzir a idade média dos colaboradores no período de 50 para 49 anos e a antiguidade média de 27 para 26 anos.

Desde 2011, e ainda que a atividade da empresa se situe numa área de formação escolhida maioritariamente por pessoas do género masculino, verificou-se também um aumento de colaboradores do género feminino, tendo passado de 8,7% em 2011 para 10,5% em 2016. No segmento das chefias, o peso de colaboradores do sexo feminino também aumentou, tendo passado de 12,1% em 2011 para 13,2% em 2016.

Sabia que...

A EDP Distribuição foi reconhecida pelo IACEE por “Liderança Excecional” na área de formação contínua de engenheiros.

Programas e Ações

Plano de Rejuvenescimento

Ao nível dos Quadros Superiores, verificaram-se 32 novas admissões (18 admissões diretas e 14 provenientes de estágio), a passagem de 3 Contratos a Termo Certo para o Quadro de Pessoal Permanente e a transferência de 6 colaboradores de Empresas do Grupo para preenchimento de necessidades. Concretizaram-se ainda 7 entradas através de Contrato a Termo Certo.

No que diz respeito a Técnicos, foram realizadas 43 novas admissões (10 admissões diretas e 33 provenientes de estágio) e celebrado 1 Contrato a Termo Certo. Houve ainda 8 movimentações de Empresas do Grupo e verificou-se a passagem de 31 Contratos a Termo Certo para o Quadro de Pessoal Permanente.

No âmbito do processo de Acolhimento e Integração de novos colaboradores, em 2016 garantiu-se o acompanhamento de 58 Quadros Superiores (33 iniciaram o processo em 2016 e 25 transitaram do ano anterior) e de 118 Técnicos (37 iniciaram o processo em 2016 e 81 transitaram do ano anterior).

Estudo de Clima

O Grupo EDP procura acompanhar o estado de satisfação e envolvimento dos colaboradores, através de uma ferramenta de diagnóstico e planeamento estratégico aplicada à medição da satisfação dos colaboradores. Neste sentido, foi lançado em novembro o Estudo Pulse – Follow Up do Clima, que tem por objetivo perceber a evolução dos principais indicadores de clima e a medição dos KPI Gestão de Pessoas relacionados com o clima organizacional. Registou-se uma taxa de resposta de 95%.

New Energy Share

Os 71 colaboradores admitidos recentemente na EDP Distribuição reuniram-se no dia 7 de novembro de 2016 para partilhar, com uma plateia constituída pelo Conselho de Administração, Diretores e Orientadores, o trabalho desenvolvido em equipa no seu período de integração.

Esta sessão faz parte do programa de acolhimento e integração dos novos colaboradores da EDP Distribuição, New Energy, que procura dar a conhecer a missão, valores e desafios da Empresa, promover a integração dos colaboradores

na equipa, fomentando a partilha e a retenção de conhecimento entre as diferentes gerações, garantindo uma resposta eficiente aos desafios futuros.

Programa Sextante

Programa de Mentoring que tem como objetivo orientar e desenvolver jovens Quadros Superiores. A 8ª edição do Programa contou com 30 Mentorados.

Programa Voltagem

Programa de Mentoring que tem como objetivo orientar e desenvolver jovens Técnicos. Na 2ª edição, participaram 19 Mentorados.

Programas de Assessment

Foi dada continuação ao Programa *What's your Project*, uma iniciativa chave da política de gestão de Recursos Humanos da EDP Distribuição.

Este Programa foca uma ótica de análise, avaliação, conhecimento de expectativas, motivações e identificação de competências chave dos quadros superiores, tendo abrangido, este ano, 51 Quadros Superiores sem função de Chefia.

Programa Valorizar A Experiência

É um programa corporativo que tem como objetivo valorizar e potenciar a experiência e o saber acumulado dos colaboradores do Grupo com mais de 30 anos de antiguidade, de todas as funções e geografias.

Nesta 6ª edição do Programa, participaram 38 colaboradores de 10 Direções que partilharam o seu conhecimento através de ações de formação e elaboração de manuais.

Energizing Development Program

No âmbito da Escola de Desenvolvimento de Diretivos da Universidade EDP, em 2016, foi dada continuidade ao Ciclo de Desenvolvimento de Nível II aos 6 Quadros Superiores que integraram o Programa em 2015.

Lead Now

No âmbito da Escola de Desenvolvimento de Diretivos da Universidade EDP, em 2016, participaram 13 colaboradores que assumiram funções de coordenação formal de equipas.

Formação Profissional

No âmbito da formação profissional, concretizaram-se 92.596 horas de formação, tendo sido abrangidos 3.162 colaboradores, com uma taxa de cobertura de 98%.

A formação profissional assenta no domínio e atualização dos conhecimentos e competências individuais dos colaboradores como condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissional, fundamental para a sustentação de uma organização empresarial inteligente, próspera e socialmente responsável.

Sabia que...

Em média cada colaborador teve 28 horas de formação.

A concretização do Plano de Formação assume um compromisso que assenta nos objetivos de desenvolvimento individual com a participação de todos na aquisição de competências e disponibilização de oportunidades e meios, na responsabilidade da organização garantindo disponibilidade no acesso à formação, no alinhamento com o negócio, na

gestão do conhecimento e na partilha com a sociedade. A formação técnica teve um papel fulcral neste Plano de Formação.

Manteve-se também a aposta no desenvolvimento dos conhecimentos e competências de gestão, com a participação de 14 colaboradores em cursos de Formação Avançada.

	FORMAÇÃO	CURSOS (Nº)	EDIÇÕES (Nº)	PARTICIPAÇÕES (Nº)	VOLUME DE FORMAÇÃO (Horas)
Interna	Quadros Superiores	30	55	2 252	13 376
	Quadros Técnicos	26	51	4 289	24 277
TOTAIS		46*	89*	6 541	37 653

* Nota: existem cursos que integram ambos os segmentos, pelo que o total de Cursos e Edições não resulta da soma das parcelas anteriores.

Universidade EDP – Escola de Distribuição – EDP Distribuição

Os principais indicadores que traduzem a atividade da Escola de Distribuição e da Unidade de Desenvolvimento Qualificação Técnica, em 2016, relativamente a cursos presenciais, são:

Para concretizar toda a atividade do ano, a Escola contou com a colaboração de aproximadamente 150 docentes internos, colaboradores do próprio negócio da distribuição, e 7 formadores externos.

Em destaque, em 2016, estiveram as temáticas da Cibersegurança, da Iluminação Pública, das Redes Inteligentes e da preparação do projeto JUMP.

No âmbito da Cibersegurança, ocorreram as iniciativas de formação seguintes:

- Seminário “Cybersecurity Challenges of the European DSOs”, dirigido maioritariamente aos segmentos da Alta Direção de Topo, Alta Direção e toda a Macroestrutura da EDP Distribuição, resultando num total de 201 horas de formação. Estiveram também presentes representantes dos negócios do Grupo EDP que gerem redes de distribuição de energia, representantes da ERSE, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, entidades com quem a EDP Distribuição tem mantido estreita colaboração neste tema. Nesta sessão discutiram-se os desafios e as preocupações dos diferentes *stakeholders* do setor da Distribuição, reforçando-se a importância do tema da Cibersegurança como objetivo estratégico da organização. Dos vários oradores convidados destacamos:
 - Roberta Bigliani, VP da IDC – Energy Insight, que apresentou uma visão global dos desafios da Cibersegurança no Setor Elétrico Europeu;
 - Johan Rambli, *Corporate Security Advisor da Alliander*, distribuidora de energia Holandesa, que apresentou a estratégia da empresa para a cibersegurança, proteção de dados e privacidade.
- Curso Cibersegurança da Infraestrutura de Informação Crítica da Rede de Distribuição, em formato de rapid learning, sensibilização dirigida a todos os colaboradores da EDP Distribuição, resultando num total de 1.427 horas de formação.

Quanto à Iluminação Pública, dado tratar-se de uma temática estratégica para a EDP Distribuição no seu relacionamento diário com os Municípios, foi preparado um programa de comunicação e de envolvimento dos vários *stakeholders*, que incluiu a realização de 11 sessões, onde foi possível partilhar e debater construtivamente a temática da iluminação pública com todos os seus intervenientes. As sessões desdobraram-se, com conteúdos adequados a cada público-alvo, em 1 para a Macroestrutura, 6 para as Unidades Organizativas internas, 1 para convidados institucionais e 3 na Ordem dos Engenheiros (Regiões Norte, Centro e Sul).

Na área das Redes Inteligentes realizou-se um Seminário subordinado ao tema “a Gestão de Recursos Distribuídos ou a Geração Embebida e os problemas daí resultantes para a Gestão e Operação da Rede”. Foi assim possível divulgar processos inovadores, tecnologias e novas metodologias na Operação das Redes de Distribuição de Energia Elétrica,

suscitando um debate oportuno destes temas entre um público conhecedor e alargado, desde operadores de redes, fabricantes de equipamentos a investigadores universitários do INESC Coimbra (entidade com estudos recentemente desenvolvidos em áreas sensíveis deste domínio).

Relativamente à preparação do projeto JUMP, em 2016, foi lançado o *e-learning* Gestão de Ativos, dirigido ao segmento de Quadros Técnicos. Ainda que a conclusão deste curso ocorra a 31 de janeiro de 2017, a 31 de dezembro de 2016, contava já com a participação de 881 colaboradores, o que se traduz num volume de formação de 3.070 horas.

Em 2016 continuou a participação no projeto do Curso Vocacional Secundário de Técnico(a) de Redes Elétricas, desenvolvido pelo Ministério da Educação e pelas Escolas Secundárias António Damásio, em Lisboa, São Pedro, em Vila Real e Francisco Fernandes Lopes, em Olhão, e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Por solicitação do Ministério da Educação esta participação da EDP, através da EDP Distribuição, foi estendida ao Agrupamento de Escolas de Pedrouços em Maia-Porto. A participação, com estas Escolas, traduziu-se essencialmente em:

- Colocar 4 turmas a funcionar (1 em Lisboa, 1 em Vila Real, 1 em Olhão e 1 no Porto);
- Apoiar as Escolas através da participação de técnicos em contexto de sala de aula para abordar matérias específicas, na deslocação dos alunos e professores a instalações da EDP e da EDP Distribuição em visitas a obras e na cedência de documentação da empresa;
- Preparar e implementar o estágio formativo que o curso integra, a realizar na EDP Distribuição, com uma duração de 1.400 horas.

No âmbito do estágio formativo, os alunos foram integrados nas estruturas locais da EDP Distribuição e de Prestadores de Serviços Externos, com instalações próximas das Escolas, nomeadamente, em Vila Real, Lisboa e Faro.

Os alunos da Escola Secundária António Damásio em Lisboa, também utilizaram o parque de treinos localizado nas instalações do Centro de Formação em Sacavém.

À semelhança dos Protocolos efetuados para os Cursos Secundários Vocacionais foi realizado um novo Protocolo com a Escola Secundária António Damásio, em Lisboa, para apoio de uma turma do Curso Profissional de Técnico(a) de Redes Elétricas (10º, 11º e 12º ano) a decorrer nos anos letivos de 2016 a 2019. O apoio da Empresa a este curso é feito através da participação de técnicos da EDP Distribuição, de visitas dos alunos a obras e instalações da EDP e da EDP Distribuição, e de estágios nos termos definidos para o Curso Vocacional.

Prevenção, Segurança e Sinistralidade

O ano de 2016 foi caracterizado por uma ênfase no tema da prevenção e segurança, em termos extremamente abrangentes.

Destacam-se, como as principais operações realizadas no decurso do ano referido, os Encontros Locais de Segurança, subordinados ao tema "Planeamento de Trabalho e Disciplina Operacional". Neste âmbito foram realizadas sessões em 21 localidades (Bragança, Vila Real, Braga, Viana do Castelo, Penafiel, Guimarães, V. Nova de Gaia, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Coimbra, Lousã, Leiria, Caldas da Rainha, Santarém, Portalegre, Abrantes, Lisboa, Évora, Beja e Loulé), que contaram com a presença de 2.380 participantes, envolvendo chefias operacionais da EDP Distribuição e dos parceiros de negócio e ainda responsáveis de equipas de trabalho destes últimos.

O objetivo dos mencionados Encontros concretizou-se na reflexão, em conjunto, sobre acidentes de trabalho reais ocorridos no ano em causa, os quais foram selecionados em função da respetiva relevância. Em sede de conclusões foram identificadas e analisadas as ações corretivas e preventivas adequadas, tendo em vista diminuir a ocorrência de acidentes de trabalho bem como melhorar os índices de sinistralidade.

No mesmo âmbito, realizou-se em Elvas o 7.º Encontro de Segurança da EDP Distribuição cujo tema foi "A Segurança como modo de vida", que teve como um dos momentos mais marcantes o testemunho de dois trabalhadores acidentados sobre a sua experiência e o impacto que tiveram nas suas vidas os acidentes de trabalho que sofreram no passado.

Em 2016 realizou-se também mais uma edição do curso “Ambiente e Segurança na Distribuição”, lecionado no âmbito da Universidade EDP a duas turmas de jovens quadros superiores da EDP Distribuição.

Foi também realizado um número muito significativo de atividades de formação e sensibilização no âmbito da segurança no trabalho, maioritariamente promovidas pelas direções operacionais, envolvendo colaboradores da EDP Distribuição, dos prestadores de serviço e também diversas instituições da sociedade civil, designadamente Escolas Secundárias e Profissionais, Câmaras Municipais, Proteção Civil, Bombeiros Voluntários e PSP, entre outras.

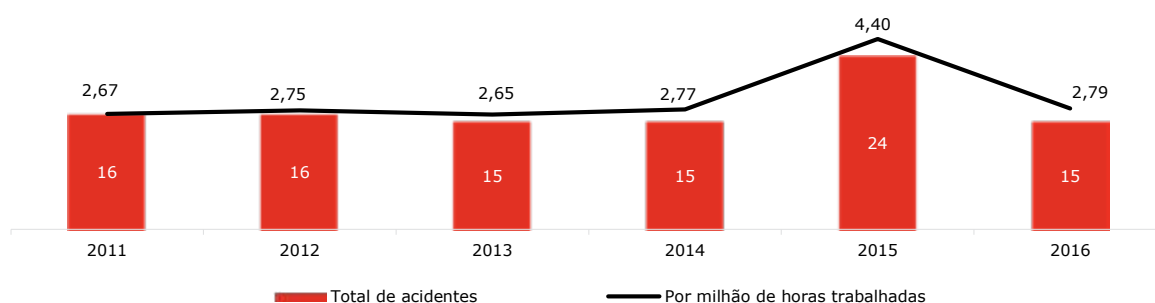
No domínio da organização da Segurança, realizaram-se, no início de 2016, as eleições para escolha dos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho, tendo sido constituídas formalmente e dado início à sua atividade, a Comissão de Segurança da EDP Distribuição e as correspondentes Sub-Comissões das Direções de Rede e Clientes.

Durante o ano de 2016 destaca-se, como particularmente relevante, o lançamento e conclusão do concurso para realização, por *outsourcing*, das atividades de Coordenação de Segurança em Obra e de auditorias técnicas de segurança. O concurso foi concluído mediante a adjudicação de trabalhos nas áreas geográficas das Direções de Rede e Clientes (DRC) Mondego, Tejo e Sul, englobando conjuntamente as atividades promovidas por estas DRC, pela Direção de Automação e Telecontagem e pela Direção de Manutenção, sendo que, no caso desta última direção, o objeto da adjudicação incluiu também às atividades de manutenção de Subestações situadas nos concelhos de Lisboa, Setúbal e Loures.

O objetivo de acompanhamento das condições de segurança no trabalho ao nível das atividades e instalações, foi concretizado mediante a realização de aproximadamente 2.507 observações preventivas de segurança e de aproximadamente 4.303 auditorias técnicas de segurança.

Em matéria de sinistralidade (no que se refere às atividades asseguradas por colaboradores da EDP Distribuição), ocorreram 30 acidentes de trabalho em serviço, dos quais 15 implicaram a baixa dos trabalhadores e 13 *acidentes in itinere*, dos quais 7 implicaram a baixa dos trabalhadores envolvidos. Dos acidentes com baixa, 4 em serviço de origem elétrica.

Número de Acidentes com Baixa na EDP Distribuição e Índice de Sinistralidade



Em sede das atividades realizadas por prestadores de serviço (PSE), registaram-se 30 acidentes de trabalho em serviço, dos quais 24 implicaram a baixa dos trabalhadores envolvidos, que representaram 4,04 acidentes por milhão de horas trabalhadas, havendo ainda 3 vítimas mortais a lamentar. Dos acidentes com baixa, 11 tiveram origem em trabalhos elétricos.

A EDP Distribuição não pode deixar de lamentar estas fatalidades, e tudo continuará a fazer para evitar a repetição de situações destas no futuro.

3.4.2 Autarquias

As Autarquias são partes interessadas relevantes na estratégia da EDP Distribuição, tendo em conta o duplo papel de clientes e concessionários, mas também de representantes de comunidades com poder para influenciar, positiva ou negativamente, a perceção da empresa. Desta forma, o envolvimento da EDP Distribuição tem contribuído para um relacionamento de proximidade, disponibilidade e compromisso, suportado numa base de confiança com os municípios.

Renovação do Contrato de Concessão com São João da Madeira

A EDP Distribuição e o município de São João da Madeira prorrogaram este ano o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão por mais um ano, com início em 1 de outubro de 2016, até ao máximo de cinco anos.

Revisão Anexo I Dos Contratos de Concessão de Baixa Tensão

No seguimento de um período de negociação entre a EDP Distribuição e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), foi assinado a 13 de setembro de 2016 um protocolo entre estas duas partes, acordando a revisão do Anexo I do contrato de concessão de distribuição de energia em Baixa Tensão, traduzindo-se na eliminação do vapor de mercúrio e na inclusão das luminárias LED como equipamento corrente, nos casos de estabelecimento de novas redes de Iluminação Pública, substituição de luminárias de vapor de mercúrio decorrente da remodelação de redes de IP e substituição de luminárias obsoletas ou em más condições de conservação.

Esta iniciativa da EDP Distribuição pretendeu responder a preocupações de eficiência energética e ambiental, incorporando uma tecnologia inovadora na rede BT.

Reforço do Relacionamento com As Comunidades Locais

A EDP Distribuição tem pautado a sua ação de proximidade com os parceiros locais através do apoio a diversas iniciativas das comunidades, de entre as quais se destaca o pedido de cedência de viaturas usadas. Este posicionamento da empresa permite reforçar o seu relacionamento com as autarquias e os parceiros locais indo ao encontro das suas expectativas e colmatar algumas das suas necessidades. Nesse sentido, a EDP Distribuição definiu como objetivo estratégico utilizar a alienação de viaturas usadas, como instrumento de reforço do relacionamento com este stakeholder que é determinante na atividade da empresa. Esta política de apoios está alinhada com a prática mecenática do Grupo EDP, em particular no que se refere a critérios de elegibilidade e exclusão. No total foram entregues 23 viaturas ao longo do ano - 21 viaturas a 21 entidades, nomeadamente corpos de bombeiros e outros serviços ligados à proteção civil, no âmbito do Programa de Doação de Viaturas 2016 e duas viaturas para o apoio ao trabalho de investigação de uma instituição que apoia a EDP, na vertente científica das ações no domínio da biologia e ambiente que a empresa tem de implementar, para a concretização das medidas de minimização e compensação de impacto ambiental de diversos empreendimentos.

Telecontagem da Iluminação Pública

A EDP Distribuição, como concessionária da atividade de distribuição de energia eléctrica em BT, tem vindo a desenvolver um conjunto de ações para o melhoramento e aperfeiçoamento do seu serviço prestado aos municípios. Nessa linha a empresa procedeu à instalação de telecontagem na quase totalidade dos circuitos de iluminação pública, o que permite aos comercializadores evitar o recurso a estimativa, através da leitura remota. Esta ação foi concretizada ao longo dos últimos dois anos, apresentando uma taxa de execução de 96%.

Financiamentos Portugal 2020

A EDP Distribuição tem manifestado junto das autarquias e das entidades intermunicipais a total disponibilidade para em coordenação com as entidades públicas que gerem programas comunitários, no quadro legal e contratual dos atuais contratos de concessão, otimizar a aplicação dos fundos para a eficiência energética na administração local P.I.4.3 (referente a iluminação pública) disponibilizados aos municípios no âmbito do PO Regionais do Portugal 2020. Nesse sentido, a EDP Distribuição tem vindo a desenvolver estudos e procedimentos normativos para o diálogo com os municípios tendo em vista que a preparação das

candidaturas seja feita em articulação com o investimento da própria empresa na iluminação pública e no respeito dos regulamentos e guias da atividade.

3.4.3 Fornecedores

A área de Fornecedores da EDP Distribuição tem como principal objetivo garantir a aquisição de equipamentos/materiais e de serviços técnicos necessários à operação da rede e ao serviço comercial prestado aos comercializadores e clientes, dentro dos prazos necessários, com elevada qualidade técnica, aos melhores preços, dentro das normas regulamentares e cumprindo todos os procedimentos estabelecidos na empresa (processuais, ambientais, segurança, ...).

Em 2016, as aquisições associadas à atividade operacional da EDP Distribuição ascenderam a 217 milhões de euros, abrangendo um total de 105 fornecedores diretos, repartidas da seguinte forma:

- 85 milhões em produtos (materiais e equipamentos) – adjudicados a 62 fornecedores;
- 132 milhões em serviços técnicos (empreitadas e outros serviços) – adjudicados a 43 fornecedores principais, que por sua vez subcontrataram parte desses serviços a 135 empresas (subcontratados).

Por regra, as aquisições são feitas a empresas Qualificadas as quais submetem, normalmente numa fase prévia ao concurso, as suas candidaturas ao SQF - Sistema de Qualificação Fornecedores específico para cada tipo de fornecimento.

Qualificação de Fornecedores

A Qualificação é fundamental para garantir que o fornecedor reúne as condições legais exigidas (obrigações com a Autoridade Tributária, à Segurança Social, Alvarás), cumpre os requisitos para um fornecimento de elevada qualidade e que seja mínimo o risco de falha de fornecimento, em todo o período de vigência do contrato.

Os requisitos de qualificação são variáveis, adaptados ao mercado e ao grau de risco do produto/serviço em causa. Para além dos requisitos legais de admissibilidade, são também estabelecidas exigências (sobretudo na prestação de serviços) ao nível de:

- Rácios financeiros;
- Certificações (qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho);
- Meios Técnicos (humanos, equipamentos, viaturas).

No âmbito do contrato de prestação de serviços com a EDP Valor, a EDP Distribuição delega nessa Empresa a publicação dos SQF, a receção de candidaturas e a publicação de resultados, mas é parte ativa na definição dos requisitos e na análise das candidaturas.

No ano de 2016, entre produtos e serviços (inclui empreitadas), encontravam-se publicados 81 SQF:



Modelo de Contratação

Por regra, os principais contratos, quer se trate de produtos quer de serviços técnicos, assentam num modelo base que têm vindo a ser melhorado ao longo dos últimos anos e adaptado à legislação, nomeadamente às diretivas europeias transcritas para a legislação portuguesa no âmbito da contratação pública.

- Compras centralizadas para todas os lotes/necessidades;
- Contratos de média e longa duração (empreitadas);
- Aquisições com base em especificações e teste (produtos);
- Ensaio de receção de acordo com normas internacionais;
- Avaliação de desempenho e aplicação de incentivos e penalidades (serviços).

3.5 Inovação

3.5.1 Inovgrid

O Projeto Inovgrid tem vindo a enquadrar e agrupar as necessidades de modernização da rede de distribuição, de integração da crescente produção descentralizada de energia renovável e de suporte a uma gestão mais eficiente da rede, bem como ao desenvolvimento de um conjunto de novos produtos e serviços, permitindo uma participação mais ativa do cliente e a promoção da eficiência energética. Em 2016, considerando a natural evolução do projeto e os desafios organizacionais daí resultantes, foi decidido reestruturar a unidade de gestão que suportava as atividades de base do projeto através da integração da área tecnológica na Direção de Tecnologia e Inovação e da criação do Gabinete da Agenda Europeia Inovgrid (GAEI) e da Direção de Operações Inovgrid (DOI).

A par com o objetivo de garantir a transição para uma plataforma de redes inteligentes através de campanhas estruturadas de instalação de DTC e de substituição de contadores convencionais por smart meters, a Direção de Operações Inovgrid é responsável por assegurar a gestão dos ativos de medição de energia da empresa, promover a integração das funcionalidades da tecnologia nos processos de negócio da empresa, definir e operacionalizar os sistemas de gestão e operação da plataforma de redes inteligentes e assegurar a resposta da plataforma às solicitações dos diversos agentes do mercado. As áreas da nova Direção são: Infraestrutura de Medição para a gestão global dos ativos e das operações sobre o segmento convencionais, Gestão Técnica para a supervisão e otimização da plataforma de DTC e de contadores inteligentes e Qualidade e Inovação nos Serviços cuja missão é reforçar a orientação da Direção para o cliente e garantir níveis elevados de satisfação tanto dos clientes internos como dos externos e outros *stakeholders*.

A utilização exclusiva de contadores inteligentes em atividade corrente em substituição de contadores convencionais foi um evento marcante de 2016 e sublinha o compromisso com a mudança de paradigma que vai permitir a renovação progressiva de toda a infraestrutura de aquisição de dados de energia para locais de consumo até 41,4 kVA de potência contratada ou seja, a generalidade dos locais de consumo de baixa tensão, alargando assim a capacidade de telecontagem até há pouco apenas disponível para potências contratadas e níveis de tensão superiores.

Considera-se também marcante em 2016:

- Aumento sustentado da realização de leituras por telecontagem e ordens de serviço automáticas, diminuindo a quantidade e custo associado a prestações de serviço externas, tendo sido enviadas para faturação mais de 2,1 milhões de leituras e realizadas 22 mil ordens de serviço automáticas;
- Estabilização progressiva do parque de DTC permitindo o seu comissionamento e integração no sistema e consequentemente o crescimento da infraestrutura em plena operação;
- Redefinição dos critérios de identificação e seleção das EDP Boxes (EB) suscetíveis de responder a serviços remotos assíncronos (ordens de serviço) passando a considerar o grau de disponibilidade real da infraestrutura;
- Mapeamento da jornada Inovgrid vista pelo cliente e início da alteração do modelo de relacionamento com o cliente final;
- Especificação dos requisitos para o futuro sistema de gestão da plataforma de contadores inteligentes (Projeto AMI 2.0) que vai dar resposta não só ao rápido crescimento da infraestrutura e dos dados como também a exigências funcionais acrescidas;
- Aprovação pela ERSE de um projeto piloto visando a instalação até 5% das novas EB a pedido dos Comercializadores com o objetivo de poderem testar novos produtos e serviços aos seus clientes.

3.5.2 Investigação, Desenvolvimento e Inovação

A EDP Distribuição continua a percorrer o seu caminho na área da inovação, suportando-se num Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (SGIDI), certificado pela NP4457, alimentado pela colaboração interna e por uma gestão de interfaces de proximidade com os seus parceiros, potenciando a transformação do conhecimento existente em valor.

A relação entre a atividade inovadora da empresa e a sua rede de parceiros tem permitido assegurar a transferência de conhecimento bidirecional. É dessa forma que a EDP Distribuição se posiciona com vista a assegurar um alinhamento frutífero com os diversos *stakeholders* com quem se relaciona nas diversas dimensões da inovação.

A EDP Distribuição tem vindo ainda a reforçar o seu relacionamento com as Entidades de Investigação Científico-Tecnológicas, Centros de Investigação e Incubadoras, não só para a necessária incorporação de conhecimento com valor para o negócio como também visando garantir a aproximação entre o meio académico e o mercado. Essa troca de experiências permite assim que o conhecimento especializado seja cada vez mais focado e direcionado para as necessidades do mercado e da indústria, criando valor em toda a cadeia do setor energético.

O reforço deste tipo de relacionamento tem sido promovido pela EDP Distribuição, quer ao nível da realização de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) quer nas fases prévias de investigação e estudo de novas tecnologias. Com este tipo de aproximação, a vigilância, cooperação e previsão tecnológica para as diversas áreas acontece de forma natural.

A rede de inovação da EDP Distribuição contempla ainda o envolvimento de outros *stakeholders* nomeadamente fornecedores de referência, indústria ou até outras congéneres. No âmbito de projetos europeus, a EDP Distribuição continua a fortalecer o seu envolvimento em redes e fóruns internacionais, integrando consórcios no sentido de antecipar, participar e influenciar as tendências emergentes nos setores em que se insere.

O esforço envolve diversas Unidades Organizativas/Áreas de Negócio e mais de 50 colaboradores do Grupo, focando o desenvolvimento de modelos de negócio sobre a plataforma InovGrid no âmbito das *Smart Grids*, Recursos Distribuídos, RoadMap ICT e *Smart Cities* e potenciando a análise do impacto dos novos papéis de Flexibilidade, *Data Manager* e *Market Facilitator*.

A EDP Distribuição mantém ativo um vasto portfólio de projetos IDI com tipologias, dimensão e objetivos diversos, que compreendem as necessidades de inovação tecnológica e de produto, de processos, organizacional e marketing. Com esse enquadramento, identificam-se seguidamente um conjunto de projetos IDI representativos com desenvolvimentos relevantes em 2016, repartidos por quatro tipologias: eficiência operacional; eficiência energética; ambiente e sustentabilidade e outras iniciativas.

Eficiência Operacional

Armazenamento de Energia

A EDP Distribuição instalou, em final de 2015, a primeira solução de armazenamento de energia elétrica ligada à rede de média tensão, utilizando baterias estacionárias de íões de lítio, com uma potência de 472 kW e uma capacidade de armazenamento de 360 kWh. No âmbito do contributo do armazenamento da energia para a estratégia de inovação e eficiência energética, foi desenvolvido um esforço considerável de teste e implementação de funcionalidades com vista à sua adaptação para uso em vários casos de estudo de apoio à gestão de redes de distribuição, tanto em funcionamento isolado como integrado numa perspetiva de controlo mais alargada, incluindo, por exemplo, a inclusão diferenciadora no projeto H2020 SENSIBLE.



Durante o ano de 2016, imediatamente após a instalação do sistema e teste das funcionalidades originais do projeto, iniciou-se uma fase de desenvolvimento e análise de novos casos de uso e aperfeiçoamento e teste dos métodos da inteligência do sistema, com um enfoque especial na segurança de operação e automatismos de controlo.

Após este esforço inicial de validação das funcionalidades técnicas do sistema, iniciou-se o desenho de uma solução de monitorização da performance do sistema de armazenamento. Pretende-se assim complementar a análise inicial,

centrada na validação técnica das funcionalidades de apoio à operação da rede de distribuição, com dados de performance que permitam avaliar os custos de operação de um armazenamento eletroquímico deste tipo, contribuindo assim de forma decisiva para a recolha de dados essenciais para a avaliação de modelos de negócio para a exploração destas tecnologias.

Este projeto piloto dá assim um importante contributo para o novo paradigma de redes inteligentes, sendo a EDP Distribuição já reconhecida como pioneira com o projeto Inovgrid. O contexto atual das redes elétricas, marcado por desafios exigentes como a liberalização do mercado, a crescente penetração de produção distribuída, o aparecimento do regime de autoconsumo, o advento da mobilidade elétrica, a flexibilidade na procura e o papel cada vez mais ativo dos clientes das redes, reforça a necessidade de adoção de estratégias inovadoras e de tecnologias disruptivas na gestão da rede de distribuição.

Projeto Sensible

O Projeto SENSIBLE, cofinanciado pela Comissão Europeia, visa a demonstração de aplicações de gestão e armazenamento de energia distribuído (térmica, eletroquímica e eletromecânica), aplicados à operação da rede de distribuição e utilização por parte do cliente final. Para isso, serão desenvolvidos três demonstradores: i) Évora: focado nas redes e clientes; ii) Nottingham: focado nas comunidades/ESCO e iii) Nuremberga: focado nos edifícios. Da implementação destes demonstradores, pretende-se essencialmente obter modelos de negócio de energia para armazenamento, impacto do ciclo de vida e análise de custo-benefício dos casos de estudo.

Eficiência Energética

Projeto Sharing Cities

O projeto Sharing Cities, cofinanciado pela Comissão Europeia, visa a partilha de soluções energéticas integradas, tornando as cidades cada vez mais inteligentes. Este projeto envolve três cidades faróis: Lisboa, Londres e Milão e está dividido em 8 grupos de trabalho. O grupo de trabalho 3, designado de Place, está dividido em 4 tarefas, sendo a tarefa 3.2, referente a Lisboa, da responsabilidade da EDP Distribuição. Esta tarefa tem como objetivo a implementação de um Sustainable Energy Management System (SEMS) que, através da integração e otimização do consumo e produção de energia, tornará a cidade mais eficiente e sustentável, incluindo um sistema circunscrito à otimização de um edifício (fontes renováveis, consumos controláveis e carregamento de veículos elétricos).

Projeto Sustainable

O projeto SuSTAINABLE, cofinanciado pela Comissão Europeia e concluído em 2016, visou desenvolver e demonstrar um novo paradigma operacional, ao nível das Redes Inteligentes, alternativo aos sistemas tradicionais de distribuição energética, adaptado a uma realidade, que inclui a intermitência das fontes de energia renovável. O consórcio foi liderado pela EDP Distribuição e englobou diversos parceiros, entre os quais, institutos de I&D, universidades, utilities do setor energético e empresas tecnológicas (fabricantes e fornecedores de tecnologia), provenientes de cinco países (Portugal, Reino Unido, Alemanha, Espanha e Grécia).



Ambiente e Sustentabilidade

Controlo e Mitigação de Ruído Em Postos de Transformação

A EDP Distribuição, em conjunto com academia científica, tem vindo a realizar trabalhos no âmbito do controlo e mitigação de ruído das suas instalações. Dessas parcerias resultaram a elaboração do guia "Ruído em Postos de Transformação", que visa disponibilizar orientações para uma melhor integração deste tipo de instalações no meio envolvente, tendo em consideração o ruído ambiente, bem como, disposições técnicas e construtivas que possibilitem garantir melhorias ao nível do controlo do próprio ruído.

EDP Box Para Cegos

A EDP Distribuição na procura de novos produtos e soluções que facilitem o acesso às leituras dos smart meters, aproveitando a porta HAN do equipamento, desenvolveu um protótipo que permite que os cegos e ambliopes sejam autónomos na interação com a EDP Box sintetizando os valores da energia consumida, permitindo agilizar alterações comportamentais visando a melhoria de eficiência energética.

Outras Iniciativas

Empreendedorismo para a Inovação

O Empreendedorismo para a inovação é um programa de formação da EDP Distribuição que visa estimular uma cultura de criatividade, inovação e intra-empreendedorismo. Inclui, ainda, a disponibilização de ferramentas para estruturação de ideias, no sentido de maximizar o seu potencial para a criação de projetos de IDI geradores de valor para o negócio. Depois de ser concluído, em 2015, o envolvimento de todos os quadros superiores (correspondendo a cerca de 650), em 2016 iniciou-se, com grande sucesso, o alargamento para a população dos quadros técnicos da EDP Distribuição, começando com um primeiro grupo de cerca de 280 participantes.

Manual Interativo Técnico

O Manual Interativo Técnico da Empreitada Contínua (MIT) é uma nova plataforma *online* da EDP Distribuição, que permite a consulta rápida e interativa de todas as atividades da Empreitada Contínua de Redes, estando acessível em qualquer dispositivo móvel com acesso à internet. Através da disponibilização dos dois módulos de consulta e treino, pretende-se facilitar e disponibilizar de forma centralizada, célere e atualizada toda a documentação associada, apoiar a implementação de campanhas e novos procedimentos, fomentar o conhecimento técnico de forma expedita, apoiar o esclarecimento de dúvidas e permitir de forma simplificada e estruturada o processo de auto-aprendizagem.

Em acréscimo, de referir ainda a participação em outros projetos europeus, dando uma grande visibilidade externa à EDP Distribuição: e-balance; Segrid; envolvDSO; PlanGridEV; UpGrid; Virgo. A EDP Distribuição participa ainda no projeto SusCity, criado no âmbito do programa para as Cidades Sustentáveis e promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia/MIT Portugal.

O esforço de inovação, que tem sido desenvolvido pela EDP Distribuição, tem ainda reflexo na participação em conferências e seminários, incluindo a publicação de artigos científicos.

3.5.3 Mobilidade Elétrica

A mobilidade elétrica, apresentando-se como uma imensa oportunidade ao nível da mobilidade urbana nas grandes cidades em ambiente sustentável, integra desafios para a sua implementação global que se centram na inovação e no desenvolvimento de tecnologias que se desejam mais confiáveis para conferirem autonomia e segurança.

Se observarmos o passado recente, as bases para o desenvolvimento de um modelo para a Mobilidade Elétrica em Portugal foram estabelecidas através do Decreto-Lei nº 39/2010 de 26 de abril, no seguimento do qual, foi lançado um projeto-piloto que visava a instalação, até ao final de 2012, de uma rede de acesso público de carregamento composta por 1.300 pontos de carregamento normal e 50 pontos de carregamento rápido, distribuídos pelos 25 concelhos que assinaram protocolos com o Governo.

Aquele diploma deu corpo à figura do Operador Incumbente da Mobilidade Elétrica em Portugal, entidade a quem caberia a responsabilidade de instalar, explorar, disponibilizar e manter a rede piloto de postos de carregamento. Com este propósito foi criada a EDP MOP, sociedade participada a 100% pela EDP Distribuição.

Não estando ainda concluída a rede piloto, até 2016 a EDP MOP instalou 1.063 pontos de carregamento, na sequência das alterações ao prazo de duração do projeto-piloto introduzidas pelos DP nº 115/2013, DP nº 9220/2013 e DL 90/2014 de 11 de junho, que altera o DL 39/2010 de 26 de abril, e deu seguimento ao apoio na deteção de avarias e sua

resolução, em estreita ligação com a atual entidade gestora, a Mobi.e, empresa que assegura a gestão de operações da rede de mobilidade elétrica.

A Resolução do Conselho de Ministros n. 49/2016 de 1 de setembro de 2016 assumiu como uma das prioridades de atuação do Governo, a Mobilidade Elétrica, contribuindo para alcançar as metas a que Portugal se comprometeu na COP21 e dar resposta aos objetivos de política dos transportes da União Europeia, e nacional, pretendendo-se até ao final de 2018, estender a rede piloto de carregamento de veículos elétricos de acesso público a todo o território nacional.

Naquele âmbito o Governo deliberou a conclusão da 1ª fase da rede piloto com a instalação de 124 pontos de carregamento normal e mais 50 pontos de carregamento rápido e atribuiu à Mobi.e as competências necessárias para assegurar as decisões de nível operacional e de realocização, em relação a todos os postos de carregamento da rede piloto.

Nesse domínio, em 2016, a EDP MOP apoiou a Mobi.e no lançamento do concurso para 14 pontos de carregamento rápidos, nomeadamente facilitando os custos previsíveis das ligações à rede pública de distribuição e a interação com as Áreas Operacionais tendo em vista a execução dessas ligações.

No que concerne à instalação e operação de postos de carregamento não pertencentes à rede piloto, não foram celebrados contratos com novos clientes.

No âmbito de Projetos de Inovação de Mobilidade Elétrica, a EDP MOP participou ativamente em projetos nacionais e internacionais, nomeadamente no Sharing Cities e Susicity, com apresentação de soluções inovadoras para o carregamento de viaturas elétricas, disponibilização de informação e partilha de conhecimento especializado sobre a operação de postos de carregamento, com vista à criação de plataformas de mobilidade urbana, desenvolvidas em conjunto com os parceiros tecnológicos dos projetos.

3.5.4 Sensorização, Conetividade e Cibersegurança

O Projeto e-Balance, com demonstradores em funcionamento em Portugal e na Holanda, Batalha e Bronsbergen respetivamente, visa o desenvolvimento de funcionalidades avançadas para melhorar a eficiência energética dos bairros e cidades inteligentes.

A plataforma inteligente e descentralizada, alinhada a com arquitetura InovGrid, suportará o controlo integrado de diversas tecnologias de produção, armazenamento e consumo de energia, assegurando o suporte das decisões do ORD na gestão e controlo dos fluxos energéticos na rede BT, incluindo a deteção e localização de avarias nas redes BT e na iluminação pública, desenvolvendo novas funcionalidades de prevenção de avarias, qualidade da energia, deteção de fraude e redução de perdas, capacitando também o novo cliente "consumidor-produtor" (*prosumer*) com novas ferramentas que lhe permitem a gestão mais ativa da sua energia.

A componente de análise social do projeto é uma abordagem diferenciadora. A conceção, desenvolvimento e implementação da solução teve como base diferentes estudos efetuados por especialistas para validação da abordagem seguida e para alinhamento com as expectativas dos *prosumers* no que diz respeito à implementação das redes inteligentes.

Em 2016 a EDP Distribuição concluiu um projeto Piloto de DA (*Distribution Automation*), tendo por foco as funcionalidades avançadas de self-healing na rede MT, demonstradas em redes reais do concelho da Batalha, com a capacidade de deteção de defeitos na linha MT, isolamento da rede em defeito e reposição automática de serviço aos clientes localizados fora da zona afetada.

A evolução da automação e de gestão inteligente das redes MT e BT foi enquadrada numa estratégia integrada de clusterização, virtualização, conetividade e segurança, adequadas à exigência de resiliência, escalabilidade e eficiência económica.

O Programa Connect responde às necessidades de conectividade. Em 2016 foi adjudicada a Rede Core, de âmbito nacional, em tecnologia IP-MPLS, a instalar no período 2017 – 2018, e formulada a estratégia para as Redes Wireless de Acesso, Públicas e Privativas. Foi ainda implementado e iniciado o funcionamento de um Centro Integrado e Supervisão e Operação de Serviços Críticos.

Em 2016 salienta-se ainda o projeto de melhoria da cibersegurança e privacidade da arquitetura Inovgrid, e a intensificação da participação na formulação do enquadramento técnico e legal Europeu, destacando-se a elaboração do Data Protection Impact Assessment (DPIA) no âmbito da DG ENER, a liderança do EE-ISAC (*European Energy Information Sharing and Analysis Centre*) e a participação na ENCS (*European Network for Cyber Security*), veículos de partilha e coordenação de projetos entre congéneres, investigadores e especialistas com vista ao aumento da segurança das redes eléctricas Europeias.

3.6 Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Após o termo do exercício, não estão identificadas ocorrências com repercussão relevante nos resultados ou na posição financeira da Empresa com referência a 31 de dezembro de 2016, ou que requeiram divulgação, tal como referido na nota 39 das notas anexas às demonstrações financeiras.

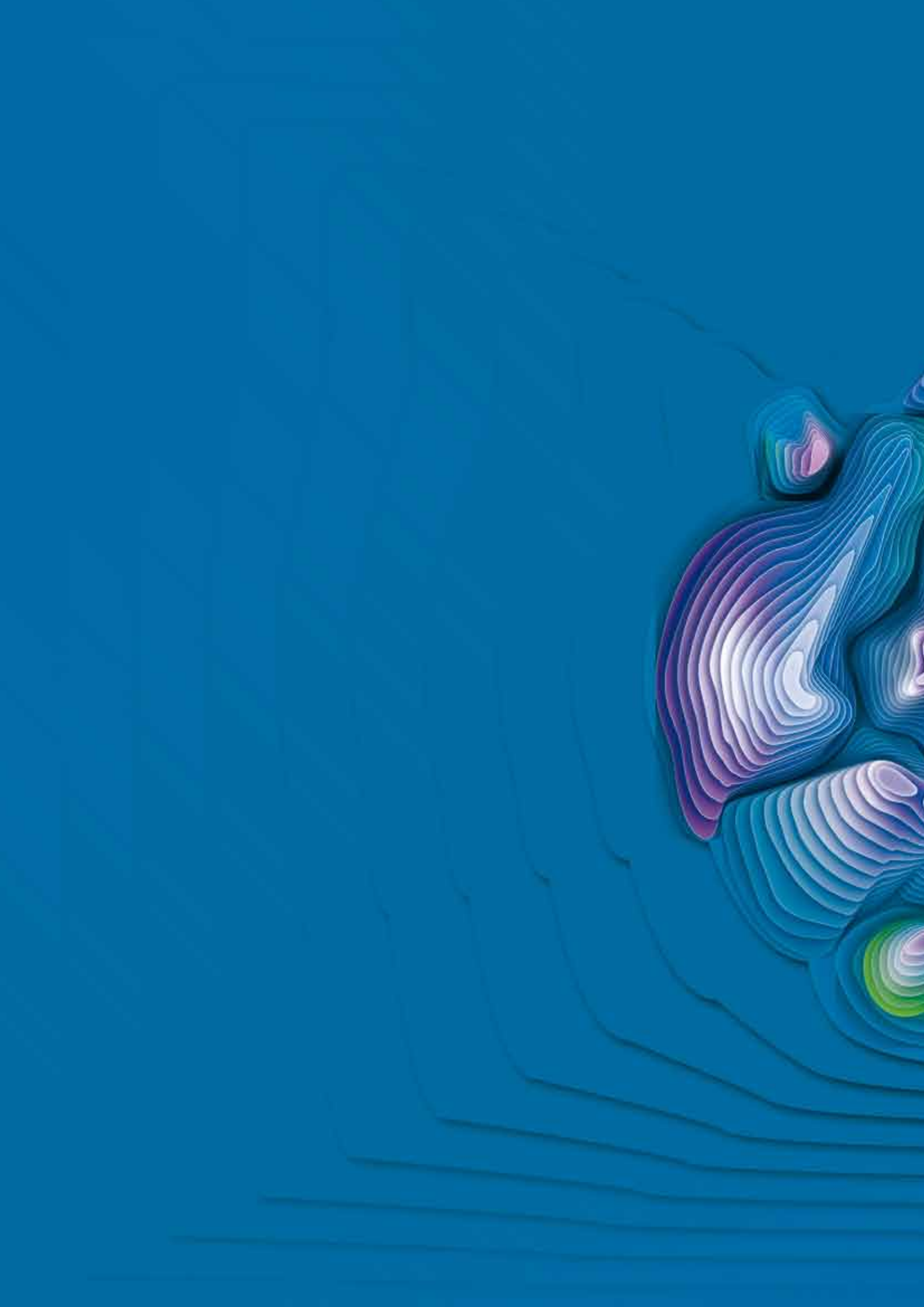
ENERGY
AS
THE
NEW
ART

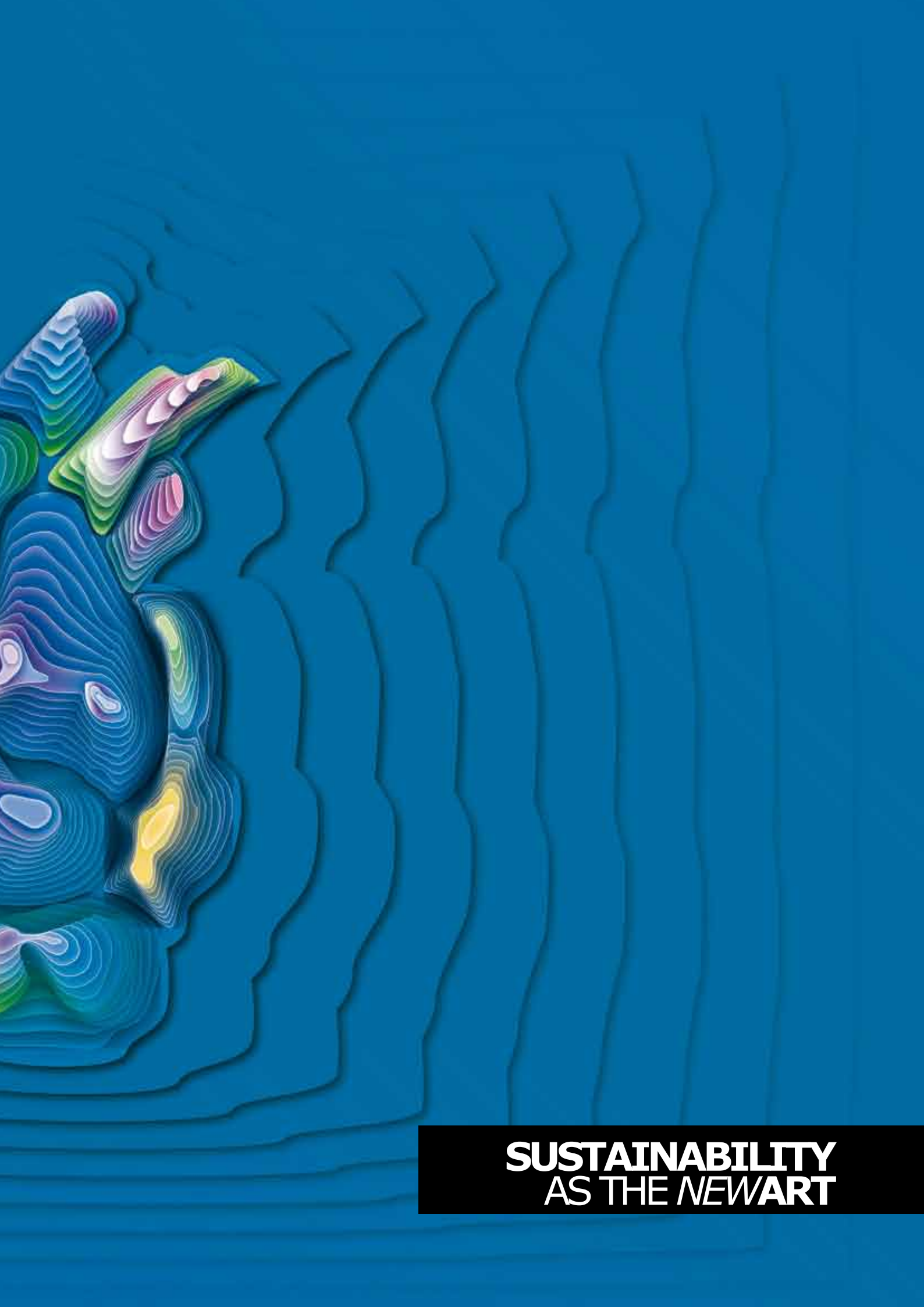
ENERGY AS THE *NEW* ART

04

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	100
Demonstração do Rendimento Integral para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	101
Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	102
Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	103
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	104
Notas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	105





**SUSTAINABILITY
AS THE NEW ART**

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração dos Resultados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Notas	2016	2015
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Receitas de vendas e serviços de acessos e outros	5	2.511.524	2.627.729
Custos com vendas de acessos e outros	5	<u>-1.307.140</u>	<u>-1.432.035</u>
		<u>1.204.384</u>	<u>1.195.694</u>
Outros proveitos	6	44.875	30.428
Fornecimentos e serviços externos	7	-216.675	-222.323
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	8	-116.673	-123.138
Outros custos	9	<u>-300.919</u>	<u>-268.863</u>
		<u>-589.392</u>	<u>-583.896</u>
		<u>614.992</u>	<u>611.798</u>
Provisões	10	2.863	-7.691
Amortizações, depreciações e imparidades	11	<u>-243.860</u>	<u>-240.149</u>
		<u>373.995</u>	<u>363.958</u>
Proveitos financeiros	12	126.348	140.643
Custos financeiros	12	<u>-163.686</u>	<u>-189.287</u>
Resultado antes de impostos e CESE		<u>336.657</u>	<u>315.314</u>
Impostos sobre lucros	13	-7.909	-40.162
Contribuição extraordinária para o setor energético (CESE)	14	<u>-25.744</u>	<u>-25.593</u>
Resultado líquido do período		<u><u>303.004</u></u>	<u><u>249.559</u></u>
Resultado por ação (Básico) - Euros		<u>7,58</u>	<u>6,24</u>

Lisboa, 22 de fevereiro de 2017

O Contabilista Certificado
N.º 88.949

O Conselho de Administração

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral
para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Resultado líquido do período	<u>303.004</u>	<u>249.559</u>
Itens que não serão reclassificados para resultados (i):		
Ganhos / (perdas) atuariais	-16.311	-23.854
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	<u>4.654</u>	<u>6.101</u>
Outro rendimento integral do período (líquido de efeito fiscal)	<u>-11.657</u>	<u>-17.753</u>
Total do rendimento integral do período	<u><u>291.347</u></u>	<u><u>231.806</u></u>

(i) Ver Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios

Lisboa, 22 de fevereiro de 2017

O Contabilista Certificado
N.º 88.949

O Conselho de Administração

EDP Distribuição - Energia, S.A.
**Demonstração da Posição Financeira
em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

	Notas	2016	2015
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	15	108.219	94.797
Ativos intangíveis	16	2.261.750	2.315.013
Investimentos financeiros em empresas filiais e associadas	17	105.100	105.100
Propriedades de investimento	18	4.950	6.898
Ativos por impostos diferidos	19	402.008	254.103
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	21	701.479	753.337
Outros devedores e outros ativos	22	50.295	350.956
Total dos Ativos Não Correntes		3.633.801	3.880.204
Inventários	20	34.189	30.490
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	21	644.975	567.238
Outros devedores e outros ativos	22	441.995	784.015
Impostos a receber	23	72	78
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	37	1.837	1.962
Caixa e equivalentes de caixa	24	319	54
Total dos Ativos Correntes		1.123.387	1.383.837
Total do Ativo		4.757.188	5.264.041
Capitais Próprios			
Capital	25	200.000	200.000
Prestações suplementares	25	95.000	95.000
Reservas e resultados acumulados	26	332.784	219.382
Resultado líquido do período		303.004	249.559
Total dos Capitais Próprios		930.788	763.941
Passivo			
Dívida financeira	27	1.378.125	1.678.208
Benefícios aos empregados	28	907.230	1.051.222
Provisões para riscos e encargos	29	15.406	51.298
Credores e outros passivos de atividades comerciais	30	2.713	2.714
Impostos a pagar	32	13.548	-
Total dos Passivos Não Correntes		2.317.022	2.783.442
Dívida financeira	27	319.209	620.056
Benefícios aos empregados	28	234.865	127.318
Provisões para riscos e encargos	29	3.274	1.642
Credores e outros passivos de atividades comerciais	30	594.925	607.025
Outros credores e outros passivos	31	296.600	316.669
Impostos a pagar	32	60.505	43.948
Total dos Passivos Correntes		1.509.378	1.716.658
Total do Passivo		3.826.400	4.500.100
Total dos Capitais Próprios e Passivo		4.757.188	5.264.041

Lisboa, 22 de fevereiro de 2017

O Contabilista Certificado
N.º 88.949

O Conselho de Administração

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração de Alterações no Capital Próprio
para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Milhares de Euros)

	Total dos	Capital	Prestações	Reserva	Outras	Resultados
	Capitais	social (i)	Suplement. (i)	legal (ii)	Reservas (ii)	acumulados (ii)
	Próprios					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	644.635	200.000	95.000	40.657	-192.464	501.442
Rendimento integral:						
Resultado líquido do período	249.559	-	-	-	-	249.559
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de imposto	-17.753	-	-	-	-17.753	-
Rendimento integral total do período	231.806	-	-	-	-17.753	249.559
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-112.500	-	-	-	-	-112.500
Saldos em 31 de dezembro de 2015	763.941	200.000	95.000	40.657	-210.217	638.501
Rendimento integral:						
Resultado líquido do período	303.004	-	-	-	-	303.004
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de imposto	-11.657	-	-	-	-11.657	-
Rendimento integral total do período	291.347	-	-	-	-11.657	303.004
Distribuição de dividendos	-124.500	-	-	-	-	-124.500
Saldos em 31 de dezembro de 2016	930.788	200.000	95.000	40.657	-221.874	817.005

(i) Ver nota 25

(ii) Ver nota 26

Lisboa, 22 de fevereiro de 2017

O Contabilista Certificado
N.º 88.949

O Conselho de Administração

EDP Distribuição - Energia, S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Milhares de Euros)

	dez 2016	dez 2015
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	3.507.112	3.386.706
Pagamentos relativos à amortização da dívida tarifária cedida a terceiros	-1.233.714	-963.656
Pagamentos a fornecedores	-1.287.004	-1.469.988
Pagamentos ao pessoal	-225.019	-244.301
Pagamentos de rendas de concessão	-252.565	-256.115
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	36.737	47.463
Fluxo gerado pelas operações	545.547	500.109
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento (*)	-165.374	-33.600
Fluxo das Atividades Operacionais	380.173	466.509
Atividades de Investimento		
Recebimentos:		
Ativos financeiros	2.584	1.206
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	3.458	1.039
Comparticipações de clientes relativos a ativos intangíveis	24.743	21.688
Empréstimos concedidos	779.434	287.351
Juros e proveitos similares	88.452	92.697
Dividendos	36.026	45.000
	934.697	448.981
Pagamentos:		
Ativos financeiros	-1.191	-400
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-313.251	-324.904
Empréstimos concedidos	-136.594	-
	-451.036	-325.304
Fluxo das Atividades de Investimento	483.661	123.677
Atividades de Financiamento		
Recebimentos/(pagamentos) de empréstimos obtidos	-595.556	-310.433
Juros e custos similares	-143.513	-167.247
Dividendos pagos	-124.500	-112.500
Fluxo das Atividades de Financiamento	-863.569	-590.180
Variação de caixa e seus equivalentes	265	6
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	54	48
Caixa e seus equivalentes no fim do período (**)	319	54

(*) Inclui valor liquidado referente a tributação autónoma especial sobre reavaliações, no montante de 13.549 milhares de euros, e valores liquidados no âmbito do PERES (Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado) no montante de 20.426 milhares de euros (Nota 13).

(**) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 24 às Demonstrações Financeiras

Lisboa, 22 de fevereiro de 2017

O Contabilista Certificado
N.º 88.949

O Conselho de Administração

1. Atividade económica da EDP Distribuição

a) Objeto social e detentores de capital

A EDP Distribuição - Energia, S.A. (EDP Distribuição), pessoa coletiva nº 504394029, com sede na Rua Camilo Castelo Branco, nº 43, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o nº 8847, foi constituída, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 4/2000, de 29/01, por fusão das sociedades distribuidoras de energia elétrica, CENEL – Eletricidade do Centro, S.A., EN – Eletricidade do Norte, S.A., LTE – Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. e SLE – Eletricidade do Sul, S.A., através da constituição de uma nova sociedade.

A EDP Distribuição tem por objeto a distribuição de energia elétrica e venda de acessos à rede de distribuição nas áreas onde se encontra legalmente autorizada. O seu capital social é de 200.000.000 Euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela EDP – Energias de Portugal, S.A.

Com a publicação do DL 29/2006, complementado pelo DL 172/2006, foram estabelecidas as novas leis de base do setor elétrico, revogando-se o regime consagrado na legislação de 1995 e, procedendo-se simultaneamente à transposição para o ordenamento jurídico português da Diretiva nº 2003/54/CE. A figura de "Comercializador de Último Recurso" (CUR), prevista na Diretiva, foi também enquadrada na ordem jurídica interna, tendo sido atribuída à EDP Distribuição a obrigação de criar uma entidade autónoma para desempenhar aquela atividade.

Nestes termos, o Conselho de Administração da EDP Distribuição deliberou, no dia 15 de dezembro de 2006, constituir a sociedade anónima denominada EDP Serviço Universal, S.A. através da cisão do seu património. A partir do dia 1 de janeiro de 2007, a EDP Distribuição centrou-se na operação de redes tendo transferido a atividade de venda de eletricidade para a nova empresa EDP Serviço Universal, que passou a assegurar a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores no regime de tarifa regulada.

As demonstrações financeiras da empresa são consolidadas pela EDP – Energias de Portugal, S.A., sua acionista e empresa mãe do Grupo EDP, com sede na Avenida 24 de julho, nº 12, em Lisboa.

b) Atividade no setor energético em Portugal - eletricidade

As bases da organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição, comercialização de eletricidade, operação logística de mudança de comercializador de eletricidade e da organização dos mercados organizados de eletricidade, estão estabelecidas no DL 29/2006, de 15 de fevereiro, diploma que foi desenvolvido pelo DL 172/2006, de 23 de agosto. Os referidos DL 29/2006 e DL 172/2006 sofreram alterações, tendo as últimas atualizações sido introduzidas pelo DL 215-A/2012 e B/2012, de 8 de outubro, incorporando, no essencial, os princípios da Diretiva 2009/72/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelece regras comuns para o mercado interno de eletricidade.

O Sistema Elétrico Nacional integra as atividades de produção e comercialização, exercidas em regime de concorrência (sujeita a atribuição de licença no caso da produção e a registo prévio no caso da comercialização), e as atividades de transporte e distribuição, exercidas em exclusivo mediante concessões de serviço público. O exercício da atividade de gestão de mercados organizados de eletricidade é livre, ficando sujeito a autorização. A atividade de operação logística de mudança de comercializador de eletricidade deverá ser independente das restantes entidades do SEN - a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos - ERSE determinou que, até que esteja desenvolvida a logística e a legislação relativa a esta atividade, a mesma deverá ser conduzida pelo operador da rede de distribuição de média e alta tensão, atualmente a EDP Distribuição.

As atividades de transporte, distribuição e comercialização de eletricidade (incluindo a de último recurso e a de facilitador de mercado), bem como as de operação logística de mudança de comercializador e de gestão de mercados organizados estão sujeitas a regulação da ERSE, a quem compete a preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas e preços respeitantes à utilização das infra-estruturas - tarifas de acesso - e ao fornecimento da energia elétrica aos clientes do mercado regulado - tarifas de venda a clientes finais.

Para as atividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso, a lei estabelece o direito a uma remuneração fixada pela ERSE, nos termos do Regulamento Tarifário, que assegure o equilíbrio económico-financeiro nas condições de uma gestão eficiente.

O transporte de eletricidade é assegurado pela Rede Nacional de Transporte (RNT) e é exercido em regime de concessão de serviço público, em exclusivo, pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., pelo prazo de 50 anos.

A Lei n.º 83-C/2013, "Lei do Orçamento de Estado 2014", aprovada pelo Governo Português no dia 31 de dezembro de 2013, introduziu uma contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE), com o objetivo de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do setor energético. Esta contribuição incide, de um modo geral, sobre os operadores económicos que desenvolvem as seguintes atividades: (i) produção, transporte ou distribuição de eletricidade; (ii) transporte, distribuição, armazenamento ou comercialização grossista de gás natural; e (iii) refinação, tratamento, armazenamento, transporte, distribuição ou comercialização grossista de petróleo e produtos de petróleo. O regime da CESE já foi prorrogado para os anos de 2015 e 2016, pela Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e pela Lei n.º 159-C/2015, de 30 de dezembro. De notar que, o Programa de Estabilidade 2015-2019, publicado em abril de 2015 pelo Governo Português, já havia previsto a vigência da CESE até 2018. A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, prorrogou o regime da CESE para 2017.

A CESE incide sobre o valor dos ativos líquidos, com referência a 1 de Janeiro, que respeitem, cumulativamente, a: (i) ativos fixos tangíveis; (ii) ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial; e (iii) ativos financeiros afetos a concessões ou atividades licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, caso este seja superior ao valor dos ativos referidos.

No caso dos ativos associados às atividades reguladas a taxa a aplicar é de 0,85%. O regime da CESE já foi prorrogado para os anos de 2015, 2016 e 2017, pela Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e pela Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, respetivamente. De referir que, o Programa de Estabilidade 2016-2020, publicado em abril de 2016 pelo Governo Português, não faz referências explícitas à CESE. O Conselho de Finanças Públicas (CFP), na sequência de diversos contatos com o Ministério das Finanças foi informado que existe o pressuposto que a CESE se mantenha até 2020, reduzindo-se a partir de 2017 para cerca de 60% do valor previsto para 2016.

Distribuição

A distribuição de eletricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões, e das redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida mediante contratos de concessão de serviço público, em exclusivo.

A distribuição de eletricidade em média e alta tensão foi concessionada à EDP Distribuição pelo Estado Português ao abrigo do artigo 70 do Decreto-Lei n.º 29/2006, como resultado da conversão da licença da EDP Distribuição sob o antigo regime de um contrato de concessão, que foi assinado em 25 de fevereiro de 2009 por um prazo de 35 anos. Os termos da concessão estão estabelecidos no Decreto-Lei n.º 172/2006.

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei n.º 344-B/82, com as alterações constantes do Decreto-Lei n.º 297/86, de 19 de setembro, Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro e Decreto-Lei 17/92, de 5 de fevereiro), o direito de distribuir energia elétrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, este direito foi cedido à EDP Distribuição. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes, determinada de acordo com o Decreto-Lei 230/2008 de 27 de novembro. As concessões de baixa tensão dos 278 municípios atingem o seu termo entre 2017 e 2026, estando a maioria prevista terminarem em 2021 e 2022. Apesar dos contratos de concessão existentes serem mantidos nos termos do Decreto-Lei n.º 172/2006, os termos das novas concessões serão estabelecidos após um processo de concurso a ser implementado pelos municípios competentes.

Comercialização

A comercialização de eletricidade é livre, sujeita à atribuição de licença, sendo, para o efeito, assegurado aos comercializadores o direito de acesso às redes de transporte e de distribuição, mediante o pagamento de tarifas de acesso reguladas pela ERSE. A atividade de comercialização livre é desenvolvida, no Grupo EDP, pela EDP Comercial, S.A. A atividade de comercialização de último recurso (CUR), que contém obrigações de serviço público universal, está sujeita a atribuição de licença, e é assegurada pela EDP Serviço Universal, S.A., empresa constituída e totalmente detida pela EDP Distribuição - Energia, S.A.

c) Regime de preços de venda de acessos

No âmbito do mercado livre, os preços de venda de energia são estipulados por acordo entre cada comercializador e os respetivos clientes. No mercado regulado, as tarifas e preços praticados pela EDP Distribuição, enquanto distribuidora de eletricidade, são os definidos pela ERSE no tarifário de venda a clientes finais.

Os preços de venda de energia elétrica e acessos (tarifas) para 2015 foram fixados pela Diretiva n.º 1/2015 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), de 15 de dezembro de 2014, publicada no Diário da República n.º 4 (2ª série), de 7 de janeiro de 2015, que define a tarifa regulada para esse período.

Os preços de venda de energia elétrica e acessos (tarifas) para 2016 foram fixados pela Diretiva n.º 16/2015 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), de 15 de dezembro de 2015, publicada no Diário da República n.º 251 (2ª série), de 24 de dezembro de 2015, que define a tarifa regulada para esse período.

O Decreto-Lei 104/2010, de 29 de setembro (alterado pelos Decretos-Lei n.º 78/2011 de 20 de junho, 75/2012 de 26 de março, 256/2012 de 29 de novembro, 13/2014 de 22 de janeiro) estabelece a extinção das tarifas de vendas a clientes finais para a muito alta, alta, média e baixa tensão, a partir de 1 de janeiro de 2011. O DL 13/2014 veio estabelecer que os comercializadores de último recurso devem, até data a definir mediante portaria, e mediante a aplicação de tarifas transitórias, continuar a fornecer eletricidade aos clientes que não tenham contratado no mercado livre o seu fornecimento. A Portaria n.º 27/2014 veio definir como data da extinção das tarifas transitórias para este tipo de fornecimentos o dia 31 de dezembro de 2014.

A 30 de março de 2015, a Portaria n.º 97/2015 veio definir como nova data da extinção das tarifas transitórias para este tipo de fornecimentos o dia 31 de dezembro de 2017.

Para os segmentos de baixa tensão normal, o Decreto-Lei 75/2012, de 26 de março, estabeleceu a extinção das tarifas reguladas de venda a clientes finais a partir de 1 de julho de 2012, para os clientes com potência contratada superior ou igual a 10,35 kVA, e a partir de 1 de janeiro de 2013, para os clientes com potência contratada inferior a 10,35 kVA. Este diploma estabelece ainda um regime de tarifas transitórias a definir pela ERSE: (i) os clientes finais com potência contratada compreendida entre 10,35 kVA e 41,4 kVA podem usufruir desta tarifa até 31 de dezembro de 2014; e (ii) os clientes finais com potência contratada inferior a 10,35 kVA podem usufruir desta tarifa até 31 de dezembro de 2015. O Decreto-Lei 75/2012 estabelece ainda, para os clientes economicamente vulneráveis, o direito de aderir à contratação no mercado livre ou optar por manter o fornecimento pelo comercializador de último recurso, em qualquer dos casos beneficiando dos descontos na tarifa de acesso legalmente previstos.

No entanto, com o intuito de adiar a extinção do período das normas transitórias para fornecimentos de gás natural e eletricidade aos clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10.000 m3 e em baixa tensão normal, foi publicado o Decreto-Lei n.º 15/2015, de 30 de Janeiro, que veio prever que a data de extinção das tarifas transitórias para o nível de baixa tensão normal passaria a ser fixada mediante portaria. Consequentemente, a Portaria n.º 97/2015, tal como sucedeu para os outros níveis de tensão, veio definir como data da extinção das tarifas transitórias para o nível de baixa tensão normal o dia 31 de Dezembro de 2017. A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, veio determinar que, durante o ano de 2017, o Governo procederá ao prolongamento do prazo para a extinção destas tarifas para 31 de Dezembro de 2020.

d) Regime de concessão da distribuição de energia elétrica

A distribuição de eletricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões, e das redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida mediante contratos de concessão de serviço público, em exclusivo.

Em Alta e Média Tensão

A distribuição de eletricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões e as redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida igualmente mediante contratos de concessão de serviço público em exclusivo. A concessão para a exploração da RND em média e alta tensões foi atribuída pelo Estado português à EDP Distribuição por um prazo de 35 anos, a partir de 25 de fevereiro de 2009.

Em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia elétrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, esse direito foi concedido à EDP Distribuição, podendo os referidos contratos cessar pelo decurso do prazo, por rescisão ou por resgate por parte do concedente, com aviso prévio de pelo menos 1 ano e mediante pagamento de indemnização à concessionária. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afetação à exploração da empresa.

Na base desta disposição, a empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de ativos intangíveis (Nota 16), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 30), conforme referido na política contabilística definida na Nota 2 t).

e) Bens de domínio público

Em Portugal, alguns imobilizados afetos à distribuição de energia elétrica no SEN estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afetos à atividade da EDP Distribuição que os pode administrar livremente embora, no âmbito do domínio do comércio jurídico privado, não possa dispor dos mesmos enquanto se mantiver a sua afetação ao regime de domínio público.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, agora apresentadas, refletem os resultados das suas operações e a sua posição financeira, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da EDP Distribuição no dia 22 de fevereiro de 2017 e são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, as demonstrações financeiras da EDP Distribuição são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptadas pela U.E. até 31 de dezembro de 2016.

Tal como descrito na Nota 35, a EDP Distribuição adotou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2016. As políticas contabilísticas utilizadas pela empresa na preparação das demonstrações financeiras, descritas nessa nota, foram adoptadas em conformidade. A adoção destas normas e interpretações em 2016 não teve um impacto significativo nas contas da empresa.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a EDP Distribuição ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 35.

As políticas contabilísticas utilizadas pela EDP Distribuição na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

Alteração em linha apresentada na Demonstração da Posição Financeira

Com referência a 31 de dezembro de 2016, a EDP Distribuição incluiu em "Devedores e outros ativos de atividades comerciais", a anterior linha de "Clientes". Para efeitos de comparabilidade, foi efetuada a devida alteração no período homólogo apresentado.

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

c) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

d) Investimentos financeiros em filiais e associadas

Os investimentos em filiais e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

e) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados: (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. Todos os passivos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado.

f) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de janeiro de 2009, a empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos períodos.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e construções	8 a 50
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos ativos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas depreciações do período, são contabilizadas de forma prospetiva.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Existem outras despesas, diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, que são igualmente incorporadas no custo dos ativos. Nestas incluem-se os custos com as matérias consumidas para a execução dos ativos fixos tangíveis em curso, os custos do pessoal afeto à atividade de investimento e os serviços externos prestados no mesmo âmbito. Estes custos são imputados percentualmente na medida em que cada departamento contribui para a atividade de investimento.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais não afetos à concessão são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos, na rubrica de passivo não corrente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a empresa por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a empresa pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de software efetuados pela empresa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um período, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 8 anos.

Direitos de concessão na distribuição de eletricidade

Os direitos de concessão relativos à distribuição de eletricidade, são registados como ativos intangíveis e amortizados de acordo com a vida útil dos ativos inerentes que se situa entre 10 e 30 anos.

A política contabilística relativa aos ativos intangíveis afetos a concessões é descrita na Nota 2 t).

O valor bruto de subsídios e participações de investimento imobilizado obtidos relativos a ativos afetos a concessões foi considerado como uma dedução ao valor bruto de ativos intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12 e a amortização destes subsídios e participações foi considerada na amortização acumulada de ativos intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12.

h) Locações

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados na demonstração da posição financeira como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Determinação se um acordo contém uma locação

Na sequência da emissão pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) da interpretação IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, aplicável com referência a 1 de janeiro de 2006, os acordos existentes, que compreendem transações que embora não assumam a forma de uma locação transmitem o direito de uso de um ativo em retorno de um pagamento e sempre que em substância cumprem com os requisitos definidos pela referida interpretação foram registados como locações.

i) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

j) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

k) Benefícios aos empregados

Pensões

A EDP Distribuição atribui benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos do Grupo EDP, que inclui a EDP Distribuição, é assegurado por (i) um fundo de pensões fechado gerido por entidade externa, no que se refere às responsabilidades com prestações de reforma complementares ao Sistema de Segurança Social (nomeadamente reformas e reformas antecipadas), e (ii) por provisão específica complementar, reconhecida na demonstração da posição financeira da empresa. Os benefícios são, regra geral, apurados e atribuídos através da conjugação de um ou mais fatores, como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição base relevante (salário pensionável).

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) ou alterações de plano são reconhecidos nos resultados quando incorrido.

A EDP Distribuição reconhece em resultados operacionais, na sua demonstração de resultados, os custos do serviço corrente e os custos com serviços passados. O juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos é reconhecido como resultado financeiro.

Os ativos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - IAS 19 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Planos de contribuição definida

A EDP Distribuição dispõe ainda de planos de benefícios sociais complementares ao concedido pelo sistema de segurança social, do tipo contribuição definida, efetuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano. Estas contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano e são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Outros benefícios concedidos*Planos de cuidados médicos*

A EDP Distribuição concede benefícios no âmbito dos quais os colaboradores e familiares diretos elegíveis beneficiam de condições favoráveis em serviços de assistência médica e cuidados de saúde, as quais se manifestam pela prestação de cuidados médicos complementares aos prestados no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, sendo assegurados através de infraestruturas detidas e geridas internamente.

Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos, sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas na demonstração da posição financeira da empresa. O reconhecimento e a mensuração das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Outros

Adicionalmente, a empresa concede outros benefícios, suportando encargos decorrentes de responsabilidades com complementos de pensões por invalidez, de subsídio de morte, de sobrevivência, de seguro de vida, prémios de antiguidade e de passagem à reforma, descontos na tarifa de energia elétrica, entre outros.

O detalhe dos benefícios pode ser consultado no Acordo Coletivo de Trabalho da EDP, publicado no Boletim de Trabalho de 8 de outubro de 2014.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o rendimento relacionado é reconhecido nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.

A empresa não reconheceu ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados quando for provável um influxo de benefícios económicos. Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os deservimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

m) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito associado à venda de acessos é mensurado ao justo valor da retribuição recebida líquida de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A faturação de vendas de acessos é efetuada numa base mensal. As faturas mensais de acessos são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a acessos a faturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efetuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

O reconhecimento do rédito ocorre quando são transferidos para o comprador todos os riscos e vantagens significativos da propriedade, a entidade não retenha envolvimento continuado num grau geralmente associado com a posse e o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia de rédito possa ser mensurada com fiabilidade, seja provável a existência de benefícios económicos associados à transação para a entidade que vende e os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

A distribuição de energia é uma atividade sujeita a regulação, sendo remunerada via tarifas definidas pela Entidade Reguladora, que no caso de Portugal é a ERSE.

Adicionalmente, importa referir que nas atividades de distribuição de energia existe um mecanismo de ajustamento tarifário através do qual são reconhecidos nos períodos os ganhos ou perdas verificados num determinado ano, que são recuperados por via das tarifas de anos futuros – Ajustamentos Tarifários (ver alínea r).

n) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos períodos. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

o) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a empresa tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

p) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da EDP Distribuição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela empresa.

q) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração do valor e convertíveis em caixa.

r) Ajustamentos tarifários (Desvios)

Nas atividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os ajustamentos tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP Distribuição correspondem à diferença entre os valores efetivamente faturados pela EDP Distribuição (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os ajustamentos tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade e acessos aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados do setor da eletricidade à recuperação ou devolução dos ajustamentos tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário. Consequentemente, a empresa registou nos resultados do período na rubrica de Receitas de vendas e serviços de acessos e outros - Vendas de energia elétrica, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos ajustamentos tarifários por contrapartida das rubricas Devedores e outros ativos de atividades comerciais e Credores e outros passivos de atividades comerciais. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da atividade de cada uma das entidades, devendo a ERSE adotar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os ajustamentos tarifários, através das tarifas de energia elétrica.

s) Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

t) Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os períodos que se iniciaram após aquela data.

No caso da EDP Distribuição, o primeiro período após a data de entrada em vigor mencionada é o de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. Nos termos definidos pela IFRIC 12, esta norma foi aplicada prospectivamente considerando a impraticabilidade de uma aplicação retrospectiva. De referir que a aplicação retrospectiva teria um efeito equivalente à aplicação prospectiva.

A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão. As concessões da EDP Distribuição enquadram-se neste modelo.

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o réditio e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante (ver Nota 5).

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As participações recebidas de clientes relativas aos ativos afetos a concessões são entregues à empresa a título definitivo e, portanto, não são reembolsáveis. Estas participações são deduzidas ao valor dos ativos afetos a cada concessão.

u) Propriedades de investimento

A EDP Distribuição classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objetivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

As amortizações relativas às propriedades de investimento são calculadas com base no método das quotas constantes, pelo período de vida útil esperado (50 anos).

v) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria de ativos financeiros inclui: (i) os ativos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo (negociação) e (ii) os outros ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados ("fair value option").

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a empresa se compromete a adquirir ou alienar esses ativos financeiros.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor sendo os custos de transação diretamente reconhecidos nos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, (ii) a empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, a empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de oferta de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a EDP Distribuição estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os restantes ativos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Transferências entre categorias

A EDP Distribuição não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, incluindo qualquer imparidade resultante de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativa na sua cotação e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do período até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No caso de instrumentos de capital, a perda por imparidade não é revertida e qualquer evento subsequente que resulte no aumento do justo valor é reconhecido nas reservas de justo valor.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela empresa são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela empresa é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela EDP Distribuição os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Ajustamentos tarifários

Os ajustamentos tarifários (desvios e défices tarifários) representam a diferença entre os custos e os proveitos do Sistema Nacional de Eletricidade, estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema apurados no final de cada período. Os ajustamentos tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de dezembro de 2006, e o Decreto-Lei n.º 165/2008 de 21 de agosto, estabeleceram o direito incondicional por parte dos operadores regulados do setor elétrico à recuperação ou devolução dos ajustamentos tarifários e respetivos encargos financeiros, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de atividade. Adicionalmente, a referida legislação consagra a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento dos ajustamentos tarifários, pelo que no âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia elétrica e gás, os ajustamentos tarifários. De acordo com a política contabilística em vigor, a empresa registou na rubrica de Receitas de vendas e serviços de acessos e outros - vendas de acessos, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos ajustamentos tarifários do setor elétrico, por contrapartida das rubricas Devedores e outros ativos de atividade comerciais e Credores e outros passivos de atividades comerciais.

Com base na legislação referida a EDP Distribuição considera que se encontram reunidas as condições de reconhecimento dos ajustamentos tarifários como valores a receber, registados por contrapartida dos resultados do período.

Imparidade dos ativos de longo prazo

No âmbito dos testes de imparidade realizados ao nível do Grupo EDP, o valor recuperável dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e investimentos financeiros em filiais foi revisto, tendo por base o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos com a venda. O valor recuperável é determinado com base no valor de uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Para efeitos deste teste, tendo por base a sua melhor estimativa, o Conselho de Administração definiu um conjunto de pressupostos por forma a determinar o valor recuperável dos ativos, sendo que os principais pressupostos considerados nos modelos de valorização se detalham como segue:

- a taxa de desconto utilizada reflete a melhor estimativa dos riscos específicos da atividade regulada da empresa e das empresas filiais e ascende a 4,64% (2015: 4,89%);
- para a atividade da EDP Distribuição foi considerada a taxa de remuneração (RoR) sobre os ativos regulados (RaB) atualmente em vigor e/ou aprovada, atualizada periodicamente de acordo com os mecanismos previstos na regulação, assumindo-se um aumento da taxa de remuneração, que passa a ser acrescido do delta dos forwards das Euroswaps a 10 anos, no período de 2019 até 2026;
- a empresa considerou a renovação das concessões atualmente em vigor e a melhor estimativa da evolução do CAPEX e dos custos operacionais.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e dos investimentos financeiros em filiais, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, nomeadamente no que respeita à duração das concessões atualmente detidas pelas empresas e expectativas da administração quanto à recuperabilidade das mesmas e aos pressupostos regulatórios e legais, como sejam as taxas de remuneração sobre os ativos regulados, alterações aos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e consequentemente, nos resultados da empresa, pelo que estes investimentos são monitorizados recorrentemente.

Resultado das avaliações

Com base nos pressupostos referidos, o resultado da avaliação dos ativos da EDP Distribuição revelou-se superior ao valor contabilístico.

Análises de sensibilidade

Foram realizadas análises de sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efetuados, nomeadamente: (i) à taxa de desconto considerando um aumento de 50 bps e (ii) à taxa de remuneração do ativo regulado considerando uma redução de 50 bps.

O Conselho de Administração concluiu que não existem indícios de imparidade.

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que o seu valor líquido poderá não ser recuperável. O investimento financeiro em filiais é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da empresa.

Imparidade de contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. As alterações destas estimativas poderiam implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de acessos são reconhecidos quando as faturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. O rédito relativo a acessos a faturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram fatores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da atividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderia resultar num nível diferente de proveitos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados da empresa.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A empresa pertence ao Grupo de sociedades integradas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) da EDP - Energias de Portugal, S.A. em Portugal. As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela EDP Distribuição durante um período de quatro anos. No caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, esse período é de doze anos para os períodos de tributação iniciados a partir de 2014, de cinco anos para os períodos de 2013 e 2012, de quatro anos para os períodos de 2011 e 2010 e de seis anos para os períodos anteriores. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da EDP Distribuição de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco de crédito de contraparte

A política de gestão do risco de crédito tem como objetivo a redução de risco de cobrança aos clientes da EDP Distribuição, nomeadamente comercializadores de energia elétrica, sendo que nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis, o operador da rede de distribuição pode exigir aos comercializadores a prestação de caução a seu favor, de forma a garantir o cumprimento das obrigações decorrentes dos respetivos contratos.

A prestação de referida caução a favor do operador de rede de distribuição tem por base a estimativa da carteira de clientes prevista pelo comercializador, e deverá ser igual ao valor que resulta da média de faturação diária da carteira do comercializador no trimestre anterior, sendo atualizada trimestralmente. Os valores a receber de comercializadores, incluídos nos Clientes do setor empresarial e particulares, apresentam um prazo médio de recebimento bastante reduzido, normalmente esse prazo ascende a aproximadamente 20 dias.

Desta forma, a empresa considera que a sua exposição ao risco de crédito será substancialmente coberta pelas garantias obtidas divulgadas na Nota 33.

No que respeita aos restantes valores a receber de clientes do setor empresarial e particulares, resultantes da atividade corrente da EDP Distribuição, o risco de crédito resulta essencialmente de incumprimento por parte de clientes, sendo que a empresa considera que os mesmos se encontram em imparidade sempre que apresentem uma dívida com antiguidade superior a 180 dias.

Da totalidade do saldo de clientes, 161.033 milhares de euros respeitam a empresas do Grupo EDP, sendo que a empresa considera que não existem riscos de cobrança destes montantes.

A empresa considera que o valor que melhor representa a exposição ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber de clientes, líquido de perdas por imparidade registadas, pelo que, com referência a 31 de dezembro de 2016, a exposição máxima ao risco de crédito de clientes por tipologia de contraparte detalha-se da seguinte forma:

	dez 2016
	Euro'000
Clientes setor público:	
Dívida protocolada	50.000
Dívida não protocolada	5.388
	55.388
Clientes do setor empresarial e particulares:	
Comercializadores	242.080
Outros	23.854
	265.934
	321.322

A rubrica Clientes setor público inclui valores a receber de dívida protocolada cujos créditos se encontram reconhecidos através de protocolos de pagamento. Como os planos de pagamentos pressupõem um desfasamento temporal que origina a desvalorização dos valores, tem vindo a ser registada a imparidade referente a esta desvalorização temporal. Esta rubrica apresenta igualmente dívida não protocolada que decorre da normal atividade da empresa semelhante ao descrito para o setor empresarial e particular.

Relativamente à dívida de clientes, com referência a 31 de dezembro de 2016, é analisada como se segue:

	dez 2016
	Euro'000
Dívida de clientes vencida mas sem imparidade:	
Menos de 3 meses (<90)	34.842
De 3 a 6 meses (90-180)	9.309
De 6 a 12 meses (180-360)	4.934
Mais de 12 meses (>360)	13.926
	63.011
Dívida de clientes em imparidade	72.886
Dívida de clientes não vencida e sem imparidade	258.311
	394.208

A dívida de clientes não vencida e sem imparidade inclui as dívidas de clientes com acordos de pagamentos. A empresa regista imparidades com base em análises económicas, caso a caso, consoante as características dos clientes. A empresa considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas por imparidade significativas por reconhecer.

Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão do risco da taxa de juro tem como objetivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações de mercado. Desta forma, a exposição da empresa ao risco de taxa de juro é apenas indireta e na medida em que esta exposição afete os financiamentos obtidos junto da acionista (suprimentos).

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez encontra-se centralizada na direção de Gestão Financeira do Grupo EDP. Neste contexto, são contratadas e mantidas linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras, nacionais e internacionais, bem como manutenção de depósitos bancários que permitem o acesso imediato a fundos, conforme as necessidades das empresas do Grupo. A EDP Distribuição como parte integrante do Grupo EDP, tem acesso a estes meios de financiamento imediato, por via da obtenção de suprimentos concedidos pela EDP, S.A.

Adicionalmente, a EDP Distribuição, com o apoio do Grupo EDP tem vindo a vender componentes significativas dos ajustamentos tarifários como forma de reduzir o seu endividamento e risco de liquidez. Apesar do ativo corrente ser inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considera não existir um efetivo risco de liquidez da Empresa, derivado ao facto desta estar inserida no Grupo EDP, tendo por isso o suporte do seu acionista e acesso a fontes de financiamento para suprir as suas necessidades correntes se tal se revelar necessário.

5. Receitas de vendas e serviços de acessos e outros

A análise das **Receitas de vendas e serviços de acessos e outros** por atividade, é a seguinte:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Vendas por atividade:		
Acessos	2.249.031	2.346.730
Outros	617	347
	2.249.648	2.347.077
Rédito associado a ativos afetos a concessões	249.277	266.918
Prestação de serviços por atividade:		
Associados a vendas de acessos	6.849	6.495
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	5.595	6.945
Outros	155	294
	12.599	13.734
	2.511.524	2.627.729
Receitas de vendas e serviços de acessos e outros:		
Acessos	2.255.880	2.353.225
Rédito associado a ativos afetos a concessões	249.277	266.918
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	5.595	6.945
Outros	772	641
	2.511.524	2.627.729

A rubrica de **Vendas** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Acessos:		
- Em muito alta tensão	52.772	53.273
- Em alta tensão	207.182	199.958
- Em média tensão	775.031	726.062
- Em baixa tensão (>39,6 KVA)	307.224	287.918
- Em baixa tensão	2.181.004	1.971.210
- Em baixa tensão (Iluminação Pública)	43.700	62.874
Ajustamento tarifário (i)	-72.629	-45.112
Transferência dos défices tarifários gerados entre 2006 e 2015 (ii)	-1.257.932	-984.956
Sustentabilidade de mercados (iii)	11.455	108.523
Diferencial de extinção tarifas (iv)	-13.190	-26.372
Sobreproveito (v)	4.272	3.494
Correção hidraulicidade (vi)	10.142	-10.142
	2.249.031	2.346.730
Outras Vendas:	617	347
	617	347
	2.249.648	2.347.077

(i) A rubrica ajustamento tarifário detalha-se como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Recuperação do ajustamento tarifário gerado em 2013	-	-134.175
Atualização do ajustamento tarifário gerado em 2013	-	712
Recuperação dos juros do ajustamento tarifário gerado em 2013	-	-4.779
Recuperação do ajustamento tarifário gerado em 2014	-98.647	-
Atualização do ajustamento tarifário gerado em 2014	-	57.397
Recuperação dos juros do ajustamento tarifário gerado em 2014 e 2015	-2.186	-7.407
Atualização do ajustamento tarifário gerado em 2015	9.369	-
Ajustamento tarifário de 2015	-	43.140
Ajustamento tarifário de 2016	18.835	-
	-72.629	-45.112

(ii) A rubrica "Transferência dos défices tarifários gerados entre 2006 e 2015" refere-se à transferência para os titulares dos ativos do valor recuperado em 2016 pela EDP Distribuição, na tarifa de Uso Global de Sistema.

(iii) No âmbito da sustentabilidade do mercado livre e do mercado regulado a EDP Distribuição procedeu durante o período de 2016 à recuperação do valor líquido dos ajustamentos referentes aos custos incorridos pelo CUR (EDP Serviço Universal) com a aquisição no mercado organizado e sobrecusto com a aquisição de energia elétrica aos Produtores em Regime Especial, relativos ao ano de 2013 e previsionais para 2014, no montante de 11.455 milhares de Euros (2015: recuperação de 108.523 milhares de Euros). Este mecanismo encontra-se definido pela ERSE nos termos do Regulamento Tarifário, através da tarifa de Uso Global do Sistema a aplicar pelo operador da rede de distribuição (EDP Distribuição), que reparte assim por todos os consumidores através das tarifas de acesso. Deste modo, durante o período de 2016 a EDP Distribuição transferiu aos seus clientes através das tarifas de acessos o referido montante, tendo-o faturado à EDP Serviço Universal.

(iv) Devido ao processo de extinção de tarifas de vendas a clientes finais com consumos ou fornecimentos em MAT/AT/MT/BTE e BTN, e à consequente saída dos clientes para o mercado livre, as tarifas de comercialização do CUR (EDP Serviço Universal) não recuperam os proveitos permitidos previstos. Como tal, e por definição da ERSE, a recuperação destes proveitos é efetivada através da tarifa de UGS.

(v) A entidade reguladora definiu para 2016 uma tarifa transitória a aplicar aos clientes MAT, AT, MT e BTE, que já não podendo estar na tarifa regulada, ainda não escolheram um comercializador em mercado. Esta tarifa dá origem a um sobreprovento recuperado pelo CUR e que será repercutido por todos os consumidores através da tarifa de UGS aplicada pelo Operador da Rede de Distribuição, nos respetivos níveis de tensão. O valor desta componente ascende a 4.272 milhares de Euros (2015: 3.494 milhares de Euros), transferida pela EDP Serviço Universal para a EDP Distribuição.

(vi) A rubrica "Correção hidráulicidade", respeita à transferência ocorrida durante os períodos de 2016 e 2015 do mecanismo de correção de hidráulicidade que se encontra na EDP, S.A., para a EDP Distribuição, de acordo com o Decreto-Lei nº 110/2010, de 14 de outubro.

As rubricas de **Custos com vendas de acessos e outros** são analisadas como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Custos com Vendas, acessos e outros		
Custos com acessos	1.053.306	1.160.966
Encargos com ativos afetos às concessões	249.277	266.918
Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis		
- Outros custos	81.513	75.368
- Trabalhos para a própria empresa - Consumo de materiais		
- associados a ativos afetos a concessões (Nota 5)	-76.956	-71.160
- outros	-	-57
	<u>1.307.140</u>	<u>1.432.035</u>

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante, sendo analisados como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Rédito associado a ativos afetos a concessões	249.277	266.918
Encargos com ativos afetos a concessões		
Subcontratos e materiais diversos		
- Trabalhos para a própria empresa (Nota 5, 7 e 9)	-83.763	-79.662
- Aquisições diretas	-83.343	-99.224
Custos com pessoal capitalizados (Nota 8)	-75.082	-80.427
Custos financeiros capitalizados (Nota 12)	-7.089	-7.605
	<u>-249.277</u>	<u>-266.918</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Os movimentos do período dos ativos afetos a concessões encontram-se divulgados na Nota 16 - Ativos Intangíveis.

6. Outros proveitos

A rubrica de **Outros proveitos** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Aluguer de equipamentos	6.817	5.906
Subsídios à exploração	123	1.433
Ganhos em imobilizações	1.629	1.013
Reversão de imparidades e provisões		
- Cobranças duvidosas de clientes (Nota 21)	-	4.945
- Devedores e outros ativos de atividades comerciais (Nota 21)	-	972
- Provisões para outros riscos e encargos (Nota 29)	29.336	-
Cedências de pessoal	399	6.464
Valores em excesso de participações de clientes	690	710
Recuperação de custos	1.046	2.248
Outros proveitos operacionais	4.835	6.737
	<u>44.875</u>	<u>30.428</u>

A rubrica de Outros proveitos operacionais inclui indemnizações, no montante de 486 milhares de Euros (2015: 2.985 milhares de Euros).

7. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Fornecimentos e serviços :		
Água, eletricidade e combustíveis	5.735	5.799
Utensílios e material de escritório	1.193	1.033
Rendas e alugueres	7.446	9.173
Comunicações	4.910	5.291
Seguros	5.457	5.592
Transportes, deslocações e estadias	3.052	2.757
Comissões e honorários	200	104
Conservação e reparação	48.588	48.366
Publicidade e propaganda	677	911
Vigilância e Segurança	1.216	1.197
Trabalhos especializados:		
- Atividade Comercial (i)	72.739	76.941
- Serviços de Informática	26.494	25.848
- Serviços Jurídicos	635	402
- Serviços de Auditoria e Consultoria	769	1.565
- Serviços partilhados (ii)	17.974	20.031
- Serviços de gestão (EDP, S.A.)	7.627	6.816
- Outros Serviços	8.145	4.537
Cedência de Pessoal (iii)	8.938	12.703
Outros fornecimentos e serviços	2.206	1.965
Trabalhos para a própria empresa		
- associados a ativos afetos a concessões (Nota 5)	-6.745	-8.444
- outros	-581	-264
	216.675	222.323

(i) A variação na rubrica de "Atividade comercial", no ano de 2016, deve-se na sua maioria à redução dos fees de gestão da empresa de prestação de serviços comerciais.

(ii) A variação na rubrica de "Serviços partilhados", no ano de 2016, deve-se na sua maioria à redução dos fees de gestão da empresa de prestação de serviços partilhados.

(iii) A variação da rubrica de "Cedência de pessoal" entre os anos de 2015 e de 2016 deve-se à transferência de parte dos colaboradores cedidos pela O&M Serviços e pela EDP Estudos e Consultoria para os quadros da EDP Distribuição, decorrente da reorganização da estrutura dos colaboradores no Grupo EDP.

8. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal e benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Custos com pessoal:		
Remuneração dos órgãos sociais (Nota 34)	561	524
Remuneração dos colaboradores	118.920	122.496
Encargos sobre remunerações	29.035	30.153
Custos com indemnizações	4	2
Prémios de desempenho, assiduidade e antiguidade	15.592	16.161
Outros custos	5.898	5.107
Trabalhos para a própria empresa		
- Afetos a concessões (Nota 5)	-75.082	-80.427
- Outros	-5.623	-2.495
	89.305	91.521
Benefícios aos empregados:		
Custos com plano de pensões	7.678	7.005
Custos com plano médico e outros benefícios	4.062	4.779
Custo do serviço passado (corte ao plano)	10.517	-
Outros	5.111	19.833
	27.368	31.617
	116.673	123.138

Os custos com planos de pensões incluem essencialmente 5.229 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 5.858 milhares de Euros) relativos a planos de benefícios definidos (ver Nota 28) e 1.463 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 1.147 milhares de Euros) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com plano médico e outros benefícios, no montante de 4.062 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 4.779 milhares de Euros) respeitam à dotação do período, líquida das reduções do período.

Em 2016, o custo do serviço passado (corte) decorre do acréscimo de responsabilidades no âmbito do programa de redução de efetivos que abrange 46 colaboradores em Portugal, dos quais 34 da EDP Distribuição (ver Nota 28).

A rubrica de Outros inclui os custos do desconto na tarifa de eletricidade dos trabalhadores no ativo no montante de 2.265 milhares de euros (13.869 milhares de Euros em 2015). Este custo é suportado pela EDP Distribuição perante os comercializadores de eletricidade, essencialmente os do Grupo (EDP Serviço Universal e EDP Comercial) (Nota 34). O aumento desta rubrica em 2015 deveu-se à inclusão do valor do IVA referente aos descontos faturados no ano e nos anos anteriores na medida em que o IVA desta operação foi considerado não dedutível.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por cargos de direção/dirigentes e categoria profissional é apresentado como segue:

	dez 2016 Nº empreg.	dez 2015 Nº empreg.
Órgãos sociais (i)	5	5
Dirigentes	85	79
Gestores	173	171
Especialistas	519	454
Técnicos de Apoio, Operacionais e Administrativos	2.293	2.400
	3.075	3.109

(i) Inclui dois membros da mesa da Assembleia Geral, em 2015 e 2016.

9. Outros custos

A rubrica de **Outros custos** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	252.651	251.146
Impostos diretos	349	632
Impostos indiretos	1.170	1.168
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa (Nota 21)	33.889	-
Imparidade para devedores e outros ativos de atividades comerciais (Nota 21)	196	-
Perdas em imobilizações	259	3
Donativos	6.327	8.003
Outros custos e perdas operacionais	6.151	7.973
Trabalhos para a própria empresa		
- Afetos a concessões (Nota 5)	- 62	- 58
- Outros	- 11	- 4
	300.919	268.863

A rubrica Rendas de concessão pagas às autarquias corresponde às rendas pagas pela EDP Distribuição às autarquias de Portugal Continental no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

10. Provisões

A rubrica de **Provisões** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Dotação de provisões (Nota 29)	4.667	11.518
Redução de provisões (Nota 29)	-7.530	-3.827
	-2.863	7.691

Em 2016, as dotações de provisões, incluem provisões para assuntos legais, laborais e outras contingências no montante de 4.244 milhares de Euros (2015: 4.709 milhares de Euros), e para as provisões para outros riscos e encargos no montante de 423 milhares de Euros (2015: 6.809 milhares de Euros), conforme referido na Nota 29. A redução de provisões inclui 2.554 milhares de Euros relativos às provisões para assuntos legais, laborais e outras contingências (31 de dezembro de 2015: 3.228 milhares de Euros) e para as provisões para outros riscos e encargos no montante de 4.976 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 599 milhares de Euros), conforme referido na Nota 29.

11. Amortizações, depreciações e imparidades

A rubrica de **Amortizações, depreciações e imparidades** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Depreciações de ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	1.085	740
Equipamento de transporte	3.300	3.081
Equipamento administrativo e utensílios	7.945	8.830
Outros ativos tangíveis	71	239
	12.401	12.890
Amortização de ativos intangíveis:		
Amortização de propriedade industrial e outros direitos	910	-
Amortização de intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	230.245	226.961
	231.155	226.961
Amortização de propriedades de investimento (Nota 18):	346	340
Compensação de depreciações DL344-B/82 (IFRIC 12):	-42	-42
	243.860	240.149

Os ativos fixos tangíveis subsidiados são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis da empresa, sendo o respetivo custo compensado pela amortização dos subsídios (registados em Credores e outros passivos de atividades comerciais) efetuada na mesma base e às mesmas taxas dos respetivos ativos fixos tangíveis subsidiados.

A rubrica Amortização de intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12 diz respeito à amortização dos direitos de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão e em média/alta tensão em Portugal, conforme referido na política contabilística 2 u).

12. Proveitos e Custos financeiros

A rubrica de **Proveitos e Custos financeiros** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Proveitos financeiros		
Juros de suprimentos concedidos à EDP Serviço Universal (Nota 34)	86.533	86.620
Juros de gestão de tesouraria (Nota 34)	1.179	6.095
Rendimentos de participações de capital	36.026	45.000
Juros de ajustamentos tarifários	1.682	2.605
Outros ganhos financeiros	928	323
	126.348	140.643
Custos financeiros		
Juros de suprimentos contraídos à EDP, S.A. (Nota 34)	149.390	172.829
Juros de gestão de tesouraria (Nota 34)	903	2.214
Serviços bancários	28	24
Imparidade para Investimentos Financeiros e Partes de Capital	255	7
Juro líquido sobre o passivo líquido do plano de pensões (Nota 28)	8.987	10.374
Juro líquido do passivo do plano cuidados médicos e outros benefícios (Nota 28)	11.425	11.776
Outras perdas financeiras	573	191
Custos financeiros capitalizados		
Juros de empréstimos obtidos capitalizados afetos a concessões (Nota 5)	-4.791	-5.134
Juros líquidos de passivos de planos de pensões, cuidados médicos e outros benefícios capitalizados afetos a concessões (Nota 5)	-2.298	-2.471
Juros de empréstimos obtidos e de benefícios sociais capitalizados afetos a outros ativos	-786	-523
	163.686	189.287
Resultados financeiros	-37.338	-48.644

A rubrica Custos financeiros capitalizados inclui os juros de empréstimos e o custo com atos médicos e pensões, capitalizados em ativos fixos em curso, conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 2 f). As taxas de juro consideradas estão de acordo com as taxas de mercado.

No que se refere à taxa de juro de empréstimos associados a ativos fixos tangíveis/intangíveis em curso (conforme Notas 15 e 16) utilizada para a determinação do montante de custos com empréstimos obtidos elegíveis para capitalização, a mesma corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicáveis aos empréstimos em aberto no período. Deste modo, a respetiva taxa média ponderada de "funding", em 2016, foi de 4,56% para a EDP Distribuição (2015: 4,85%).

A rubrica de Juros de gestão de tesouraria corresponde aos juros obtidos/suportados por via das disponibilidades depositadas/obtidas junto da EDP – Energias de Portugal, S.A. (sistema global de gestão de tesouraria - Cashpooling). As taxas de juro média consideradas são definidas contratualmente, estão de acordo com as taxas de mercado e aplicam-se sobre o valor médio das necessidades de fundo de maneo no âmbito da Política da gestão de tesouraria do Grupo EDP (Nota 22 e Nota 31).

A rubrica Imparidade para investimentos financeiros e partes de capital em 2016, inclui 500 milhares de Euros de reforço da imparidade na participação financeira da EDP Distribuição na EDP MOP (2015: 400 milhares de Euros). Esta rubrica inclui ainda um reforço de 28 milhares de Euros de imparidade sobre o saldo a receber relativo ao cashpooling da SGORME e uma reversão de 273 milhares de euros sobre o saldo a receber de cashpooling da EDP MOP. Em 2015, foi reforçada a imparidade para o investimento na SGORME no montante de 428 milhares de euros.

O valor da rubrica Rendimentos de participações de capital, no montante de 36.026 milhares de Euros, refere-se a dividendos recebidos da EDP Serviço Universal, relativos aos resultados do período de 2016, no montante de 36.000 milhares de euros (2015: 45.000 milhares de euros) e a dividendos recebidos da AmberTree no montante de 26 milhares de euros.

13. Impostos sobre lucros

A EDP Distribuição, como empresa do Grupo EDP, é tributada em sede de IRC, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), conforme autorização concedida pelo Ministério das Finanças.

De acordo com a legislação em vigor, em termos gerais o imposto sobre os lucros de um exercício está sujeito a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período subsequente. Em Portugal esse período é de 4 anos ou, caso seja efetuada qualquer dedução ou crédito de imposto, o prazo do exercício desse direito.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício estão também sujeitos a revisão e correção e podem ser deduzidos aos lucros tributáveis apurados nos 5 anos seguintes (para prejuízos apurados em 2012, 2013 e 2017) e nos 12 anos seguintes (para prejuízos apurados em 2014, 2015 e 2016). Contudo, a dedução de prejuízos apurados está limitada a uma percentagem do lucro tributável do período.

A política de preços de transferência aplicável no Grupo EDP, em que a empresa se insere, toma em consideração as regras, as orientações e as melhores práticas internacionais aplicáveis nas diversas geografias onde o Grupo opera, no estrito cumprimento da letra e do espírito da Lei.

A Lei do Orçamento do Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março) reduziu o período de reporte de prejuízos fiscais de 12 para 5 anos, para os prejuízos fiscais apurados em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017.

A análise da rubrica de **Impostos sobre lucros** é a seguinte:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Imposto corrente		
Relativo ao período	-136.759	-55.827
Relativo a períodos anteriores	-14.401	-48.490
Imposto diferido (Nota 19)	143.251	64.155
	-7.909	-40.162

Em 2015, o imposto corrente relativo a períodos anteriores resulta, na sua maioria, da apresentação de declarações Modelo 22 de substituição relativas aos períodos de 2011, 2012, 2013 e 2014, na sequência de reapreciação do tratamento fiscal associado ao ajustamento de transição relativo ao ativo regulatório subjacente ao Plano de Apoio à Reestruturação (PAR), o qual passou a concorrer para efeitos fiscais à cadência da sua inclusão na tarifa cobrada e tributada como proveito no período, ao invés de em 5 anos.

A alteração de procedimento determinou um aumento do imposto corrente dos períodos de 2011, 2012, 2013 e 2014 de 48,2 milhões de Euros e um aumento do ativo por imposto diferido em 44,7 milhões de Euros, pelo que o impacto nos resultados do período foi de 3,5 milhões de Euros.

Em 2016, o imposto corrente relativo a períodos anteriores respeita essencialmente ao efeito decorrente da adesão pela EDP Distribuição ao regime excecional de regularização de dívidas de natureza fiscal e de dívidas de natureza contributiva à Segurança Social (Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado) no montante de 20.426 milhares de euros (ver Nota 29).

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2016, é analisada como segue:

	dez 2016		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	29,50%	336.657	99.314
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-14,82%	-169.102	-49.885
Benefícios fiscais, incluindo donativos	-0,37%	-4.241	-1.251
Diferença entre mais e menos valias contabilísticas e fiscais	-0,07%	-797	-235
Insuficiência de estimativa de imposto e tributação autónoma	-0,54%	-6.210	-1.832
Reavaliação Fiscal de Ativos - DL 66/2016	-13,37%	-152.546	-45.001
Efeito da aplicação da derrama estadual	-0,27%	-3.034	-895
Dividendos não tributados	-3,16%	-36.026	-10.628
PERES - Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (ver nota 29)	6,07%	69.241	20.426
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-0,62%	-7.133	-2.104
Taxa e imposto efetivo sobre os lucros	2,35%	26.809	7.909

A rubrica Reavaliações fiscal de Ativos - DL 66/2016 inclui essencialmente o efeito líquido da reavaliação fiscal de determinados ativos elegíveis detidos pela EDP Distribuição em Portugal, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, o que levou a um aumento na sua base fiscal de 290.330 milhares de Euros. Em consequência, a EDP Distribuição reconheceu ativos por impostos diferidos no montante de 85.647 milhares de Euros, que serão recuperados pela dedução fiscal da reserva de reavaliação inerente aos activos reavaliados, a amortizar em 8 anos a partir de 2018. A reserva de reavaliação fiscal foi tributada em 2016 a uma taxa de 14% (o montante apurado é liquidado em 3 prestações iguais, tendo a primeira vencido em 20 de Dezembro de 2016 e vencendo as restantes em 15 de Dezembro de 2017 e 15 de Dezembro de 2018) e reconhecido o correspondente imposto corrente no montante total de 40.646 milhares de Euros. Consequentemente, o efeito líquido desta reavaliação no resultado do período é de 45.001 milhares de Euros.

Os impostos relativos a provisões e amortizações sem consequência fiscal resulta essencialmente da revisão em alta da expectativa da recuperabilidade de impostos diferidos ativos sobre provisão para subsídio de morte na sequência da transferência destas responsabilidades para o fundo de pensões.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC em 2015, é analisada como segue:

	dez 2015		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	29,50%	315.314	93.017
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-13,38%	-143.024	-42.192
Benefícios fiscais, incluindo donativos	-0,39%	-4.200	-1.239
Diferença entre mais e menos valias contabilísticas e fiscais	-0,16%	-1.753	-517
Insuficiência de estimativa de imposto e tributação autónoma	1,52%	16.210	4.782
Efeito da aplicação da derrama estadual	-0,28%	-3.034	-895
Dividendos não tributados	-4,21%	-45.000	-13.275
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,15%	1.631	481
Taxa e imposto efetivo sobre os lucros	12,74%	136.144	40.162

14. Contribuição extraordinária para o Setor Energético (CESE)

A Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014), instituiu a Contribuição Extraordinária para o Setor Energético (CESE), sendo que a aplicação desta Contribuição foi prorrogada para os anos de 2015 e 2016, pela Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e pela Lei n.º 159-C/2015, de 30 de dezembro (Prorrogação de receitas previstas no Orçamento de Estado de 2016). A Lei do Orçamento de Estado para 2017, (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), determinou a manutenção desta contribuição para o ano de 2017. De notar que o Programa de Estabilidade 2016-2020, publicado em abril de 2016 pelo Governo Português, não faz referências explícitas à CESE, contudo o Conselho de Finanças Públicas (CFP) na sequência de diversos contatos com o Ministério das Finanças foi informado que existe o pressuposto que a CESE se mantenha até 2020, reduzindo-se a partir de 2017 para cerca de 60% do valor previsto para 2016.

Esta Contribuição tem por objetivo financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do setor energético.

O Grupo EDP encontra-se a contestar o pagamento deste tributo recorrendo às instâncias competentes.

A EDP Distribuição, por exercer uma atividade regulada na área da distribuição de energia elétrica em Portugal, está sujeita a CESE.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2016 (1 de janeiro) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades licenciadas. No caso das atividades reguladas, como é a EDP Distribuição, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (i.e. o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de janeiro de 2016) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos. Face ao seu enquadramento legal, a CESE não é considerada um gasto dedutível para efeitos da determinação do lucro tributável.

Nesta base, a EDP Distribuição registou na rubrica Contribuição Extraordinária para o Setor Energético (CESE) da Demonstração dos Resultados, os custos incorridos com CESE no período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 25.744 milhares de Euros (25.593 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015).

15. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	3.203	5.432
Edifícios e outras construções	54.649	57.457
Equipamento de transporte	30.845	34.673
Equipamento administrativo e utensílios	303.783	298.005
Outros ativos fixos tangíveis	13.769	13.769
Ativos fixos tangíveis em curso	35.543	17.555
	441.792	426.891
Depreciações acumuladas:		
Depreciações do período (Nota 11)	-12.401	-12.890
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	-321.172	-319.204
	-333.573	-332.094
Valor líquido contabilístico	108.219	94.797

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições / Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	5.432	-	-211	-	-2.018	3.203
Edifícios e outras construções	57.457	-	-290	207	-2.725	54.649
Equipamento de transporte	34.673	3.721	-7.549	-	-	30.845
Equipamento administrativo e utensílios	298.005	1.225	-585	5.138	-	303.783
Outros ativos fixos tangíveis	13.769	-	-	-	-	13.769
Ativos fixos tangíveis em curso	17.555	23.333	-	-5.345	-	35.543
	426.891	28.279	-8.635	-	-4.743	441.792
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	-20.039	-1.085	138	-	2.730	-18.256
Equipamento de transporte	-25.140	-3.300	7.471	-	-	-20.969
Equipamento administrativo e utensílios	-273.423	-7.945	583	-	-	-280.785
Outros ativos fixos tangíveis	-13.492	-71	-	-	-	-13.563
	-332.094	-12.401	8.192	-	2.730	-333.573

As adições de ativos fixos tangíveis em curso incluem o investimento no sistema "JUMP", um programa estruturante, que se estima terminar em 2019, para modernização dos processos e sistemas associados à gestão de ativos e à gestão comercial da EDP Distribuição.

Durante o período de 2016, foram transferidos um conjunto de terrenos e recursos naturais, assim como edifícios e outras construções para e de propriedades de investimento (Nota 18), cujos valores se encontram incluídos na rubrica Regularizações.

A informação dos dispêndios do período relacionados com a construção de Ativos fixos tangíveis encontra-se incluída nas rubricas de trabalhos para a própria empresa das Notas 5,8 e 12.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2015, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições / Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	5.933	-	-30	-	-471	5.432
Edifícios e outras construções	37.170	17.450	-12	3.931	-1.082	57.457
Equipamento de transporte	33.361	4.268	-2.956	-	-	34.673
Equipamento administrativo e utensílios	289.323	1.886	-133	6.929	-	298.005
Outros ativos fixos tangíveis	13.769	-	-	-	-	13.769
Ativos fixos tangíveis em curso	17.920	10.096	-	-10.860	399	17.555
	<u>397.476</u>	<u>33.700</u>	<u>-3.131</u>	<u>-</u>	<u>-1.154</u>	<u>426.891</u>

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Depreciações do período e imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	-19.736	-740	6	-	431	-20.039
Equipamento de transporte	-24.991	-3.081	2.932	-	-	-25.140
Equipamento administrativo e utensílios	-264.724	-8.830	131	-	-	-273.423
Outros ativos fixos tangíveis	-13.253	-239	-	-	-	-13.492
	<u>-322.704</u>	<u>-12.890</u>	<u>3.069</u>	<u>-</u>	<u>431</u>	<u>-332.094</u>

Durante o período de 2015, foram transferidos um conjunto de terrenos e recursos naturais, assim como edifícios e outras construções para propriedades de investimento (Nota 18) e ativos intangíveis (Nota 16), cujos valores se encontram incluídos na rubrica Regularizações.

À data de 31 de dezembro de 2016, o valor bruto dos ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a 3.792 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 3.844 milhares de Euros), a amortização acumulada é de 1.903 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 1.945 milhares de Euros) e as respetivas rendas vincendas ascendem a 1.969 milhares de Euros (exclui IVA) (31 de dezembro de 2015: 1.992 milhares de Euros - inclui IVA).

O detalhe dos ativos financiados por contratos de locação financeira é apresentado de seguida:

	dez 2016			dez 2015		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	811	31	842	808	51	859
Entre um a três anos	974	18	992	989	33	1.022
Entre três a cinco anos	134	1	135	110	1	111
	<u>1.919</u>	<u>50</u>	<u>1.969</u>	<u>1.907</u>	<u>85</u>	<u>1.992</u>

No decorrer do período de 2016, o valor dos custos incorridos com estes ativos foi de 54 milhares de Euros (31 de dezembro 2015: 76 milhares de Euros), estando registados nas rubricas de Outros custos financeiros da demonstração dos resultados.

16. Ativos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Valor bruto:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	7.279	7.279
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9.402.290	10.055.729
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	77.879	94.684
	<u>9.487.448</u>	<u>10.157.692</u>
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do período de ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12) - (Nota 11)	-230.203	-226.961
Amortizações do exercício de propriedade industrial e outros intangíveis	-910	-
Amortizações acumuladas de períodos anteriores (IFRIC 12)	-6.994.585	-7.615.718
	<u>-7.225.698</u>	<u>-7.842.679</u>
Valor Líquido	<u>2.261.750</u>	<u>2.315.013</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	7.279	-	-	-	-	7.279
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	10.055.729	83	-849.822	196.300	-	9.402.290
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	94.684	249.194	-	-265.999	-	77.879
	<u>10.157.692</u>	<u>249.277</u>	<u>-849.822</u>	<u>-69.699</u>	<u>-</u>	<u>9.487.448</u>

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Amortização do período Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:					
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	-	-910	-	-	-910
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	<u>-7.842.679</u>	<u>-230.203</u>	<u>848.136</u>	<u>-42</u>	<u>-7.224.788</u>
	<u>-7.842.679</u>	<u>-231.113</u>	<u>848.136</u>	<u>-42</u>	<u>-7.225.698</u>

Os ativos afetos a contratos de concessão (IFRIC12) atualmente em vigor na EDP Distribuição enquadram-se unicamente no Modelo Misto, conforme referido na Nota 2 t).

A informação dos dispêndios do período relacionados com a construção de ativos intangíveis encontra-se incluída nas rubricas de trabalhos para a própria empresa das Notas 5, 7, 9 e 12.

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2015, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	-	7.279	-	-	-	7.279
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9.879.325	112	-24.993	201.285	-	10.055.729
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	92.362	266.806	-	-264.509	25	94.684
	<u>9.971.687</u>	<u>274.197</u>	<u>-24.993</u>	<u>-63.224</u>	<u>25</u>	<u>10.157.692</u>

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Amortização do período Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:					
Ativos intangíveis afetos a concessões	<u>-7.640.711</u>	<u>-226.961</u>	<u>24.993</u>	<u>-</u>	<u>-7.842.679</u>
	<u>-7.640.711</u>	<u>-226.961</u>	<u>24.993</u>	<u>-</u>	<u>-7.842.679</u>

As transferências de ativos intangíveis afetos a concessões em 2016, no montante de 69.699 milhares de Euros (2015: 63.224 milhares de Euros), correspondem aos aumentos do ativo financeiro associado ao IFRIC 12 que está incluído na rubrica de Devedores e outros ativos de atividades comerciais (Nota 21).

As aquisições registadas em 2015 na rubrica de Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis, referem-se aos direitos de utilização da aplicação do SIM-RH, adquiridos a 28 de dezembro de 2015, os quais são amortizados pelo período do exercício do direito que é de 8 anos.

Os abates incluem essencialmente: (i) o valor de 785.013 milhares de Euros (no valor bruto e nas amortizações acumuladas) relativos a abates extraordinários pelo facto da vida útil técnica máxima ter sido ultrapassada e (ii) o valor de 21.400 milhares de euros no valor bruto (1.196 milhares de euros de valor líquido contabilístico) referente ao abate contabilístico de contadores BTN considerados inativos no âmbito da campanha de substituição destes contadores por EDP Box (contadores inteligentes).

17. Investimentos financeiros em empresas filiais e associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	dez 2016 Valor Líquido Euro'000	dez 2015 Valor Líquido Euro'000
Partes de capital em empresas filiais e associadas	107.905	107.405
Perdas por imparidade em partes de capital em filiais e associadas (Nota 12)	<u>-2.805</u>	<u>-2.305</u>
	<u>105.100</u>	<u>105.100</u>

Em dezembro de 2016, a EDP Distribuição concedeu prestações acessórias de capital, pecuniárias e não remuneradas, sujeitas ao regime das prestações suplementares, à sua filial EDP MOP no montante de 500 milhares de Euros. Subsequentemente, registou uma perda por imparidade no mesmo montante (Nota 12).

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Empresas filiais e associadas:

EDP - Serviço Universal, S.A.
 SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede a Mobilidade Elétrica, S.A.
 EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, S.A.
 Ambertree - Tecnologias para Redes de Energia Elétrica, Lda

dez 2016	dez 2015
Valor Líquido	Valor Líquido
Euro	Euro
105.100	105.100
-	-
-	-
-	-
105.100	105.100

Os investimentos financeiros na Sgorme e EDP MOP encontram-se totalmente em imparidade.

A principal informação financeira das empresas filiais e associadas é analisada como segue:

		Total do Ativo 31-dez-16 Euro'000	Capitais Próprios 31-dez-16 Euro'000	Resultado Líquido 31-dez-16 Euro'000	% Participação
	Sede				
EDP - Serviço Universal, S.A.	Lisboa	1.394.325	-10.157	-125.189	100%
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade Elétrica, S.A.	Lisboa	137	-667	-29	91%
EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, S.A.	Lisboa	987	174	-390	100%
Ambertree - Tecnologias para Redes de Energia Elétrica, Lda	Lisboa	1.061	634	526	26%
		1.396.510	-10.016	-125.082	

Durante o período de 2015, a EDP Distribuição adquiriu 26% do capital social da Ambertree - Tecnologias para Redes de Energia Elétrica, Lda, pelo valor de 2 euros.

No âmbito dos testes de imparidade realizados ao nível do Grupo EDP, os investimentos financeiros detidos pela EDP Distribuição em empresas filiais são revistos, tendo por base o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos com a venda. Os principais pressupostos considerados no modelo de valorização da EDP Serviço Universal, como principal participação financeira da EDP Distribuição, detalham-se na Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

18. Propriedade de investimentos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Valor bruto:

Terrenos e recursos naturais
 Edifícios e outras construções

dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
3.395	686
8.475	20.992
11.870	21.678
-6.920	-14.780
-6.920	-14.780
4.950	6.898

Amortizações acumuladas:

Edifícios e outras construções

Em 2016, os movimentos da rubrica propriedades de investimentos são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:					
Terrenos e recursos naturais	686	697	-6	2.018	3.395
Edifícios e outras construções	20.992	-	-15.242	2.725	8.475
	21.678	697	-15.248	4.743	11.870
Amortizações acumuladas e imparidades:					
Edifícios e outras construções	-14.780	-346	10.936	-2.730	-6.920
	-14.780	-346	10.936	-2.730	-6.920

As alienações ocorridas no período de 2016 respeitam essencialmente à alienação de dois edifícios, no Porto e em Almada, cujos montantes brutos ascendem a 6.585 milhares de euros e 7.245 milhares de euros, respetivamente, tendo gerado uma mais-valia que se encontra apresentada na Nota 6.

Durante o período de 2016, e na sequência de uma análise detalhada da empresa, foram efetuadas algumas reclassificações de propriedades de investimento para ativos fixos tangíveis uma vez que a empresa deixou de ter intenção de alienar/arrendar estes bens, bem como foram reclassificados um conjunto de terrenos e edifícios de ativos fixos tangíveis para propriedade de investimento uma vez que a empresa passou a ter intenção de vender/arrendar estes ativos. O valor bruto total destas transferências ascendeu a 4.743 milhares de Euros e a amortização acumulada a 2.730 milhares de Euros. Destes ativos, os edifícios e outras construções, têm uma vida útil de 50 anos.

As propriedades de investimento respeitam a terrenos e edifícios detidos para obter rendas ou para valorização do capital. A EDP Distribuição considera que o seu justo valor não diverge dos montantes registados na contabilidade.

Em 2015, os movimentos da rubrica propriedades de investimentos são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	640	-	-	46	-	686
Edifícios e outras construções	20.048	-	-139	1.555	-472	20.992
	<u>20.688</u>	<u>-</u>	<u>-139</u>	<u>1.601</u>	<u>-472</u>	<u>21.678</u>
	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Amortização do período Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Edifícios e outras construções	-14.084	-340	75	-656	225	-14.780
	<u>-14.084</u>	<u>-340</u>	<u>75</u>	<u>-656</u>	<u>225</u>	<u>-14.780</u>

Durante o período de 2015, foi classificado como Propriedade de investimento um conjunto de Terrenos e recursos naturais, assim como Edifícios e outras construções, cujo valor bruto total ascende a 1.601 milhares de Euros e a amortização acumulada a 656 milhares de Euros. Estes ativos têm uma vida útil de 50 anos. No mesmo período, foi reclassificado um conjunto de propriedades de investimento, no valor bruto de 472 milhares de Euros com amortizações acumuladas de 225 milhares de Euros, para ativos fixos tangíveis.

As propriedades de investimento respeitam a terrenos e edifícios detidos para obter rendas ou para valorização do capital. A EDP Distribuição considera que o seu justo valor não diverge dos montantes registados na contabilidade.

19. Impostos diferidos ativos e passivos

A empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos		Saldo Líquido Impostos Diferidos	
	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Provisões	337.446	317.036	-	-	337.446	317.036
Ajustamentos de clientes de cobrança duvidosa	17.853	8.319	-	-	17.853	8.319
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.852	3.604	2.151	2.205	-299	1.399
Ajustamento tarifário	-	-	24.764	45.693	-24.764	-45.693
Reavaliações fiscais	85.647	-	6.766	8.310	78.881	-8.310
Outras diferenças temporárias	1.096	-	8.205	18.648	-7.109	-18.648
	<u>443.894</u>	<u>328.959</u>	<u>41.886</u>	<u>74.856</u>	<u>402.008</u>	<u>254.103</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Reavaliações fiscais inclui 85.647 milhares de euros de ativos por impostos diferidos apurados sobre a reserva de reavaliação fiscal sobre determinados ativos elegíveis detidos pela EDP Distribuição, nos termos do DL n.º 66/2016, de 3 de novembro (ver Nota 13).

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os períodos de 2016 e 2015, são os seguintes:

	Impostos Diferidos	
	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Saldo em 1 de janeiro	254.103	183.847
Dotação a resultados (Nota 13)	143.251	64.155
Dotação a reservas	4.654	6.101
Saldo em 31 de dezembro	<u>402.008</u>	<u>254.103</u>

A análise do **Imposto reconhecido em reservas** é a seguinte:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Imposto diferido		
Ganhos e perdas atuariais	4.654	6.101
	<u>4.654</u>	<u>6.101</u>

20. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Material diversos e outros	34.379	30.613
Imparidade de inventários	-190	-123
	34.189	30.490

Os inventários correspondem essencialmente a bens armazenáveis destinados a consumo em conservação e investimento na rede de distribuição de energia elétrica.

21. Devedores e outros ativos de atividades comerciais

A rubrica de Devedores e outros ativos de atividades comerciais é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Corrente:		
Cientes:		
Setor empresarial e particulares	278.569	251.468
Setor público	12.483	12.209
Estimativa de vendas de acessos não faturadas	200.896	151.493
Adiantamentos a fornecedores	315	219
Valores a receber por ajustamentos tarifários	59.021	99.561
Valores a receber por Concessões IFRIC 12 (Nota 16)	54.025	-
Devedores por fornecimento outros bens e serviços - Empresas do Grupo	27.674	44.343
Devedores por fornecimento outros bens e serviços - Outros	3.160	3.459
Outros devedores e operações diversas	33.751	26.358
	669.894	589.110
Imparidade para Clientes - Corrente	-13.123	-10.272
Imparidade para Devedores - Corrente	-11.796	-11.600
	644.975	567.238
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Não Corrente:		
Cientes:		
Setor público	103.156	109.226
Valores a receber por ajustamentos tarifários	24.924	55.331
Ativos fixos tangíveis em integração compensados	2.894	2.894
Valores a receber por Concessões IFRIC 12 (Nota 16)	632.802	617.128
Cauções prestadas a outros devedores	360	377
	764.136	784.956
Imparidade para Clientes - Não Corrente	-59.763	-28.725
Imparidade para Devedores - Não Corrente	-2.894	-2.894
	701.479	753.337

A rubrica estimativa de vendas de acessos não faturadas refere-se a crédito reconhecido com base em estimativas de acessos aos clientes e não faturada à data da demonstração da posição financeira (acessos em contadores). A faturação de acessos é efetuada numa base mensal ou bimestral exceto no caso do regime de conta certa em que a faturação é anual.

A rubrica Outros devedores e operações diversas inclui em 2016 um ativo a receber no valor de 10.811 milhares de euros referente aos descontos efetuados pelos vários comercializadores na fatura de eletricidade decorrentes da aplicação da tarifa social. Este montante será recebido da REN no exercício de 2017, tal como previsto no documento de tarifas e preços emitido pela ERSE.

A rubrica de perdas por imparidade inclui a imparidade dos ativos a receber das autarquias com acordo de pagamento que, no final de 2016, ascende a 55.154 milhares de Euros, dos quais 54.758 milhares de Euros são não correntes e 396 milhares de Euros são correntes. Este ajustamento destina-se a cobrir a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor atualizado da mesma à data de 31 de dezembro de 2016, considerando os prazos de pagamento previstos nos acordos com as autarquias.

Os ativos fixos tangíveis em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de dezembro de 1988 compensadas com os respetivos patrimónios em integração (Ativos fixos tangíveis do regime do DL 344-B/82.). A transferência destes valores para ativos afetos a concessões está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a empresa e as Autarquias.

A rubrica Valores a receber por concessões IFRIC 12, no montante de 686.827 milhares de Euros refere-se ao ativo financeiro a receber pela EDP Distribuição no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo misto, de acordo com a política contabilística 2 u) (ver Nota 16).

A rubrica Valores a receber por ajustamentos tarifários, no valor de 83.945 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 558 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 154.892 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 1.061 milhares de Euros), regista a diferença entre os proveitos permitidos e a margem real, a qual é recuperada pelas tarifas futuras de acessos, de acordo com o Regulamento Tarifário e a legislação aplicável.

O movimento do período na rubrica Valores a receber por ajustamentos tarifários (Corrente e Não corrente) é analisado como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de janeiro de 2015	143.688	53.711
Recebimento através da tarifa de energia elétrica	-146.361	-
Constituição do ajustamento tarifário de 2013	58.109	-
Constituição do ajustamento tarifário de 2014 (Nota 5)	-	43.140
Encargos financeiros (Nota 12)	2.458	147
Transferência da parcela de não corrente para corrente	41.667	-41.667
Saldo em 31 de dezembro de 2015	99.561	55.331
Recebimento através da tarifa de energia elétrica (Nota 5)	-100.833	-
Acerto ao ajustamento tarifário de 2015 (Nota 5)	9.369	-
Constituição do ajustamento tarifário de 2016 (Nota 5)	-	18.835
Encargos financeiros (Nota 12)	1.615	67
Transferência da parcela de não corrente para corrente	49.309	-49.309
Saldo em 31 de dezembro de 2016	59.021	24.924

Durante o período de 2016, os movimentos da Imparidade para Clientes, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do período Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Setor empresarial e particulares	-9.530	-2.873	-	-	-	-12.403
Setor público	-29.467	-31.016	-	-	-	-60.483
	-38.997	-33.889	-	-	-	-72.886

Durante o período de 2015, os movimentos das perdas por imparidade, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do período Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Setor empresarial e particulares	-9.286	-244	-	-	-	-9.530
Setor público	-34.656	-	5.189	-	-	-29.467
	-43.942	-244	5.189	-	-	-38.997

Em 2016, os movimentos da Imparidade para Devedores, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do período Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Outros devedores	-14.494	-196	-	-	-14.690
	-14.494	-196	-	-	-14.690

Em 2015, os movimentos da Imparidade para Devedores, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do período Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Outros devedores	-15.466	-1.098	2.070	-	-14.494
	-15.466	-1.098	2.070	-	-14.494

22. Outros devedores e outros ativos

A rubrica de **Outros devedores e outros ativos** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Outros devedores e outros ativos - Corrente:		
Empréstimos a empresas do Grupo (i)	304.479	604.805
Sistema financeiro do Grupo (ii)	138.897	180.836
Imparidade para Devedores - Corrente (iii)	-1.381	-1.626
	<u>441.995</u>	<u>784.015</u>
Outros devedores e outros ativos - Não Corrente:		
Empréstimos a empresas do Grupo (i)	-	300.000
Cauções e depósitos vinculados	2.122	2.171
Excesso de financiamento do Fundo de Pensões (Nota 28)	48.173	48.785
	<u>50.295</u>	<u>350.956</u>
	<u>492.290</u>	<u>1.136.911</u>

(i) Em 2015, as rubricas "Empréstimos a empresas do Grupo - Corrente" incluíam o valor do Suprimento concedido à EDP Serviço Universal em 31 de dezembro de 2011, no montante de 600.000 milhares de Euros, suprimento este que foi reembolsado a 30 de dezembro de 2016, e um valor de juros a receber no montante de 4.805 milhares de Euros. Em 2016, esta rubrica contém o suprimento concedido à EDP Serviço Universal, no montante de 300.000 milhares de Euros, em 2 de novembro de 2012, com vencimento em 1 de novembro de 2017, que vence juros semestrais à taxa de Mid Swap 5A acrescido de um spread de 8% e o valor dos respetivos juros a receber no montante de 4.479 milhares de euros. Em 2015, a rubrica "Empréstimos a empresas do Grupo - Não corrente" diz respeito ao suprimento concedido à EDP - Serviço Universal, no montante de 300.000 milhares de Euros descrito acima, que em 2016 passou para Ativo corrente (Nota 34).

(ii) A rubrica "Sistema financeiro do Grupo" refere-se ao valor a receber relativo ao Sistema Financeiro do Grupo EDP - Cashpooling (Nota 34).

(iii) Em 2016, a rubrica Imparidade para devedores - Correntes respeita à imparidade dos valores a receber de cashpooling das empresas EDP MOP no montante de 590 milhares de euros (2015: 864 milhares de Euros) e SGORME no montante de 791 milhares de euros (2015: 762 milhares de Euros). A variação dessa imparidade, no montante de 245 milhares de Euros, encontra-se registada em custos financeiros (Nota 12).

23. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Retenções na fonte	72	78
	<u>72</u>	<u>78</u>

24. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Depósitos bancários:		
- Depósitos à ordem	293	27
- Depósitos a prazo	26	27
	<u>319</u>	<u>54</u>

25. Capital e Prestações suplementares

A 31 de dezembro de 2016, o capital social da EDP Distribuição encontra-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo a 200 milhões de Euros sendo representado por 40.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 Euros. O seu capital social é detido a 100% pela EDP - Energias de Portugal, S.A., empresa mãe do Grupo EDP.

As rubricas de capital social e prestações suplementares são analisadas como segue:

	dez 2016	
Capital Social	Prestações	
Euro'000	suplementares	
	Euro'000	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	200.000	95.000
Movimentos do ano	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>200.000</u>	<u>95.000</u>

Os resultados por ação (EPS) atribuíveis aos acionistas da EDP Distribuição são analisados como segue:

	dez 2016	dez 2015
Resultado líquido (Euros)	303.003.840	249.559.066
Nº médio de ações durante o período	40.000.000	40.000.000
Resultado por ação (Euros)	7,58	6,24

26. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Reserva legal	40.657	40.657
Outras reservas e resultados acumulados	292.127	178.725
	332.784	219.382

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os Estatutos da EDP Distribuição, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva para Cobertura Variação Justo Valor

Para regularização dos impactos resultantes da aplicação das IFRS, o Conselho de Administração da EDP Distribuição decidiu constituir em 2010 a "Reserva para a cobertura de variações negativas de justo valor" para cobertura de variações negativas derivadas de responsabilidades atuariais e de perdas de justo valor de instrumentos financeiros, em resultado da entrada em vigor do novo normativo contabilístico, cujo período de transição teve início em 1 de janeiro de 2009.

Outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Reserva para Cobertura Variação Justo Valor	150.000	150.000
Perdas atuariais acumuladas	-371.873	-377.970
Resultados transitados	514.000	406.695
	292.127	178.725

Em Assembleia Geral de 31 de março de 2016, a EDP S.A., acionista única da EDP Distribuição, deliberou distribuir dividendos no montante de 124.500 milhares de Euros.

27. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Empréstimos - Corrente		
Depósitos à ordem - descobertos bancários	54	400
Empréstimos de empresas relacionadas		
Juros a pagar - EDP, S.A.	19.127	19.656
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	300.000	600.000
Outros empréstimos	28	-
	319.209	620.056
Empréstimos - Não corrente		
Empréstimos de empresas relacionadas		
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	1.378.125	1.678.125
Outros empréstimos	-	83
	1.378.125	1.678.208
	1.697.334	2.298.264

Em 2015, a rubrica "Empréstimos de empresas relacionadas - Corrente" incluía o valor do Suprimento contraído junto da EDP SA em 31 de dezembro de 2011, no montante de 600.000 milhares de Euros, suprimento este que foi reembolsado a 30 de dezembro de 2016, e um valor de juros a pagar no montante de 4.805 milhares de Euros. Em 2016, esta rubrica contém o suprimento contraído junto da EDP SA, no montante de 300.000 milhares de Euros, em 2 de novembro de 2012, com vencimento em 1 de novembro de 2017, que vence juros semestrais à taxa de Mid Swap 5A acrescido de um spread de 8% e o valor dos respetivos juros a receber no montante de 4.479 milhares de euros. Em 2015, a rubrica "Empréstimos de empresas relacionadas - Não corrente" diz respeito ao suprimento contraído junto da EDP SA, no montante de 300.000 milhares de Euros descrito acima, que em 2016 passou para Passivo corrente (Nota 34).

As condições associadas aos suprimentos obtidos junto da EDP, S.A. resumem-se da seguinte forma:

Data Emissão	Data Reembolso	Taxa Juro	Montante Euro'000
31-05-2001	31-05-2018	Mid Swaps 5A + 5,25% (Fixa)	178.125
01-10-2008	01-10-2018	Mid Swaps 5A + 5,25% (Fixa)	450.000
31-12-2015	30-12-2020	Mid Swaps 5A + 2,35% (Fixa)	250.000
02-11-2012	01-11-2017	Mid Swaps 5A + 8% (Fixa)	300.000
31-07-2014	30-07-2019	Mid Swaps 5A + 2,35% (Fixa)	500.000
			<u>1.678.125</u>

A análise da rubrica de **Empréstimos** por maturidade, é a seguinte:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Dívida financeira:		
Até 1 ano	319.209	620.056
De 1 ano a 5 anos	<u>1.378.125</u>	<u>1.678.208</u>
	<u>1.697.334</u>	<u>2.298.264</u>

O justo valor da dívida financeira da EDP Distribuição é analisado como segue:

	dez 2016 Euro'000		dez 2015 Euro'000	
	Valor Contabilístico	Valor de Mercado	Valor Contabilístico	Valor de Mercado
Dívida financeira:				
	1.697.334	1.790.012	2.298.264	2.499.541
	<u>1.697.334</u>	<u>1.790.012</u>	<u>2.298.264</u>	<u>2.499.541</u>

O valor de mercado da dívida é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data de balanço, adicionados da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida financeira da empresa.

28. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	572.756	567.445
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	569.339	609.917
Outros	-	1.178
	<u>1.142.095</u>	<u>1.178.540</u>

A rubrica de "Outros" diz respeito aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do plano de apoio à reestruturação (PAR). O movimento do ano de 2016 refere-se exclusivamente à utilização do remanescente dessa provisão no montante de 1.178 milhares de euros (2015: 1.972 milhares de Euros).

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Não corrente	907.230	1.051.222
Corrente	<u>234.865</u>	<u>127.318</u>
	<u>1.142.095</u>	<u>1.178.540</u>

O movimento da **Provisão para responsabilidades e benefícios sociais** é analisado como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Saldo no início do período	567.445	593.772
Dotação do período	14.216	16.232
Custo do serviço passado (corte ao plano)	10.056	-
Transferências entre empresas do Grupo	66.481	-4.394
(Ganhos) / Perdas atuariais	23.263	24.582
Excesso / (Défice) Financiamento do Fundo (Nota 22)	-612	48.785
Utilizações de provisões	<u>-108.093</u>	<u>-111.532</u>
Saldo no fim do período	572.756	567.445

Atendendo ao facto do Novo Acordo Coletivo de Trabalho abranger todas as empresas do Grupo EDP em Portugal, constatou-se a necessidade das responsabilidades sociais para com todos os trabalhadores admitidos antes de 18 de agosto de 1994, data da cisão da Eletricidade de Portugal, S.A., a qual deu origem ao Grupo EDP, deverem estar relevadas nas empresas de vínculo definidas na data da cisão, ou seja, EDP Produção e EDP Distribuição. Assim sendo, foi efetuada uma transferência de responsabilidades com benefícios de empregados entre empresas do Grupo, por contrapartida de valores a receber e a pagar. Na EDP Distribuição o valor destas responsabilidades ascende a 107.954 milhares de euros, cujo recebimento se encontra em Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à atividade operacional na Demonstração de Fluxos de Caixa.

A decomposição dos **Ganhos e perdas atuariais - Pensões** é analisada como segue:

Ganhos e perdas atuariais - Pensões

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de:

- ajustamentos de experiência
- alterações nos pressupostos atuariais financeiros

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de retorno de ativos

dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
38.769	18.852
-10.313	23.450
-5.193	-17.720
23.263	24.582

O movimento da **Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios** é analisado como segue:

Saldo no início do período

- Dotação do período
- Custo do serviço passado (corte ao plano)
- Transferências entre empresas do Grupo
- (Ganhos) / Perdas atuariais
- Utilizações de provisões
- Contribuições para o Fundo
- Outros movimentos

Saldo no fim do período

dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
609.917	627.837
15.487	16.555
461	-
41.473	-6.306
-6.952	-728
-29.475	-29.918
-64.070	-
2.498	2.477
569.339	609.917

A decomposição dos **Ganhos e perdas atuariais - Atos médicos e outros** é analisada como segue:

Ganhos e perdas atuariais - Atos médicos e outros

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de:

- ajustamentos de experiência
- alterações nos pressupostos atuariais financeiros e demográficos
- ganhos e perdas atuariais decorrentes de retornos de ativos:

dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
7.363	-728
-14.322	-
7	-
-6.952	-728

Conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 2 k), a empresa optou na transição para as IFRS, reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas atuariais diferidas existentes a essa data para os vários planos de benefícios aos empregados. Nos períodos seguintes foram diretamente reconhecidos em reservas os ganhos e perdas atuariais verificados nesses planos. A 31 de dezembro de 2016 foram reconhecidas perdas de 16.311 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 23.854 milhares de Euros).

Durante o ano de 2016, no âmbito de um programa de redução de efetivos, a EDP Distribuição celebrou acordos de pré-reforma e antecipação à pré-reforma com 34 trabalhadores com saída prevista em 2017. Este acréscimo das responsabilidades com benefícios de empregados foi mensurado e reconhecido em resultados do período de 2016 no valor de 10.517 milhares de Euros (ver Nota 8).

A duração média ponderada das responsabilidades com benefícios definidos é de 11 anos.

Em dezembro de 2016, na sequência da decisão e implementação da autonomização do financiamento do Plano de Benefícios de Saúde Pós-emprego e do Plano de Benefícios por Subsídios de Morte do Grupo EDP, foi realizada uma primeira contribuição pelo Grupo EDP, cuja componente imputável à EDP Distribuição ascende a 64.070 milhares de Euros, em linha com o plano de financiamento aprovado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Este plano prevê a realização de contribuições no próximo período.

Planos de benefícios aos empregados

A EDP Distribuição atribui aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais parcialmente financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões da EDP Distribuição é gerido por entidade externa assim como a gestão dos seus ativos é subcontratada a entidades gestoras de ativos externas.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma por idade. As responsabilidades com pré-reformas não estão cobertas pelos ativos do fundo sendo adequadamente provisionadas através de provisão específica.

Nos planos de pensões em Portugal, e de acordo com a regulamentação dos Fundos de Pensões, o valor excedentário dos ativos do fundo face às responsabilidades cobertas, mediante determinadas condições, pode ser devolvido à empresa.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de participantes da EDP Distribuição abrangidos pelos planos de pensões e obrigações similares a pensões de reforma era o seguinte:

	2016	2015
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	14.457	14.502
Pessoal no ativo	3.362	2.791
	<u>17.819</u>	<u>17.293</u>

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões e obrigações similares a pensões na empresa, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e atuariais:

	dez 2016	dez 2015
Pressupostos		
Taxa de desconto	1,70%	1,90%
Taxa de crescimento dos salários	1,50% até 2019 // 1,80% a partir de 2020	2,30%
Taxa de crescimento das pensões	1,30%	1,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2017 - 0,80% // após 2017 - 1,20%	2016 - 0% // após 2016 - 1,4%
Taxa de inflação	1,30%	1,50%
Tábua de mortalidade	Nasc.< 1950 -- TV99/01 (+1) // Nasc.>= 1950 -- TV99/01	Nasc.< 1950 -- TV99/01 (+1) // Nasc.>= 1950 -- TV99/01
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50%EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	(b)

(a) 45% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho: 37 anos de serviço com pelo menos 61 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

(b) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho: 37 anos de serviço com pelo menos 61 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Os pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades associadas ao plano de benefícios definido a empregados, foram atualizados considerando as evoluções ocorridas nos mercados financeiros em 2016.

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma e respetivas coberturas são analisadas como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Provisão para Planos de Pensões		
Responsabilidades no fim do período	1.292.041	1.318.377
Ativos dos Fundos no fim do período	-767.458	-799.717
Excesso / (Défice) Financiamento do Fundo (Nota 22)	<u>48.173</u>	<u>48.785</u>
Valor da provisão no fim do período	<u>572.756</u>	<u>567.445</u>

A evolução do valor presente das obrigações para pensões e o justo valor dos ativos dos Fundos associados é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000	dez 2014 Euro'000	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Provisão para Planos de Pensões					
Responsabilidades no fim do período	1.292.041	1.318.377	1.412.232	1.439.042	1.342.074
Ativos do Fundo no fim do período	-767.458	-799.717	-818.460	-816.746	-787.088
Excesso / (Défice) Financiamento do Fundo	<u>48.173</u>	<u>48.785</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor da provisão no fim do período	<u>572.756</u>	<u>567.445</u>	<u>593.772</u>	<u>622.296</u>	<u>554.986</u>

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos atuariais e aquilo que realmente ocorreu) para o Plano de Pensões da EDP Distribuição são apresentados como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000	dez 2014 Euro'000	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	38.769	-18.852	-2.853	30.824	32.579
Ajustamentos de experiência para os ativos do Plano	5.193	17.720	31.215	-55.766	-48.422

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades por serviços passados associadas a estes planos de pensões eram as seguintes:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	1.318.377	1.412.232
Custo dos serviços correntes	5.229	5.858
Juro líquido sobre o passivo do plano de pensões	23.657	25.411
Benefícios pagos	-160.215	-163.032
Custo do serviço passado (corte ao plano)	10.056	-
Transferências entre empresas do Grupo	66.481	-4.394
(Ganhos)/Perdas atuariais	28.456	42.302
Responsabilidades no fim do período	<u>1.292.041</u>	<u>1.318.377</u>

Os componentes do custo líquido reconhecido no período com estes planos são os seguintes:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Custo do período		
Custo dos serviços correntes	5.229	5.858
Custo do serviço passado (corte ao plano)	10.056	-
Componente operacional (Nota 8)	<u>15.285</u>	<u>5.858</u>
Juro sobre o passivo líquido do plano de pensões	8.987	10.374
Componente financeira (Nota 12)	<u>8.987</u>	<u>10.374</u>
Custo líquido do período	<u>24.272</u>	<u>16.232</u>

A evolução dos ativos dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Fundos de Pensões		
Valor dos ativos no início do período	799.717	818.460
Pensões pagas no período	-52.122	-51.500
Juro sobre o ativo do plano de pensões	14.670	15.037
Ganhos / (Perdas) atuariais	5.193	17.720
Valor dos ativos fim do período	<u>767.458</u>	<u>799.717</u>

A composição verificada na carteira do fundo de pensões, atos médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	Liquidez	Obrigações	Ações	Imóveis	Outros	Total
31 de dezembro de 2016	2,17%	43,80%	35,55%	9,69%	8,79%	100,00%
31 de dezembro de 2015*	1,84%	45,66%	33,54%	9,96%	9,00%	100,00%

* Não aplicável ao fundo de atos médicos e outros benefícios

As ações e obrigações da carteira têm peso de mercado cotado num mercado ativo. A rubrica imóveis inclui imóveis registados na demonstrações financeiras do Fundo e utilizadas pelas empresas do Grupo EDP. A rubrica de obrigações inclui obrigações emitidas pela EDP Finance B.V. e pela EDP, S.A.

Pressupostos relativos à taxa de desconto

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões foram selecionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações "corporate" de alta qualidade. Foram selecionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

A taxa de retorno real dos ativos do fundo de pensões em 2016 foi positiva em 2,02% (2015: positiva em 3,51%).

Em 2016, o valor das pensões pagas pelo Fundo imputável à EDP Distribuição ascendeu a 52.122 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 51.500 milhares de Euros).

Em 2016 e 2015 não foram efetuadas contribuições para o Fundo de Pensões.

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A EDP Distribuição dispõe de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores da empresa, do tipo Contribuição Definida, efetuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

A empresa dispõe de um Plano de Cuidados Médicos e Subsídio de Morte do tipo benefício definido, parcialmente suportado através de um Fundo fechado e complementado por provisão específica. Relativamente aos restantes planos do tipo de benefício definido, as responsabilidades encontram-se totalmente suportadas através de uma provisão contabilística.

Adicionalmente, a empresa concede outros benefícios, suportando encargos decorrentes de responsabilidades com complementos de pensões por invalidez, de sobrevivência, de seguro de vida, prémios de antiguidade e de passagem à reforma, desconto na tarifa de energia elétrica e de gás, entre outros, os quais são suportados através de uma provisão contabilística que cobre a totalidade das responsabilidades.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios são apresentados como segue:

	dez 2016	dez 2015
Pressupostos		
Taxa de desconto	1,70%	1,90%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	2,50%	3,50%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	242 €/ano	238 €/ano
	Nasc.<1950 --	Nasc.<1950 --
	TV99/01 (+1) //	TV99/01 (+1)//
	Nasc.>=1950 --	Nasc.>=1950 --
	TV99/01	TV99 /01
	50% EKV 80	50% EKV 80
Tábua de mortalidade		
Tábua de invalidez		
% expetável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)	b)

(a) 45% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho: 37 anos de serviço com pelo menos 61 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

(b) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho: 37 anos de serviço com pelo menos 61 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de participantes da EDP Distribuição abrangidos pelos planos de cuidados médicos e outros benefícios era o seguinte:

	2016	2015
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	14.444	14.502
Pessoal no ativo	3.362	2.791
	17.806	17.293

O total de colaboradores abrangidos pelos benefícios de prémio de passagem à reforma e prémio de antiguidade é de 3848 colaboradores.

A evolução do valor presente das obrigações para cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000	dez 2014 Euro'000	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Provisão para cuidados médicos e outros benefícios					
Responsabilidades no fim do período	633.402	609.917	627.837	623.372	643.944
Ativo do fundo	-64.063	-	-	-	-
Valor da provisão no fim do período	569.339	609.917	627.837	623.372	643.944

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) para as responsabilidades de cuidados médicos e outros benefícios da EDP Distribuição são apresentados como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000	dez 2014 Euro'000	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	-7.363	728	-812	-34.948	-27.766

A evolução das responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	609.917	627.837
Custo dos serviços correntes	4.062	4.779
Juro líquido sobre o passivo líquido do plano de cuidados médicos e outros benefícios	11.425	11.776
Benefícios pagos	-29.475	-29.918
Custo do serviço passado (corte ao plano)	461	-
Transferências entre empresas do Grupo	41.473	-6.306
(Ganhos) / Perdas atuariais	-6.959	-728
Outras variações (mútua)	2.498	2.477
Responsabilidades no fim do período	633.402	609.917

As responsabilidades com o plano de cuidados médicos e outros benefícios estão reconhecidas nas contas da empresa através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

Os componentes do custo líquido reconhecido no período com estes planos de cuidados médicos e outros benefícios são os seguintes:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Custo do período		
Custo dos serviços correntes	4.062	4.779
Custo do serviço passado (corte ao plano)	461	-
Componente operacional (Nota 8)	4.523	4.779
Juro sobre o passivo do plano de cuidados médicos e outros benefícios	11.425	11.776
Componente financeira (Nota 12)	11.425	11.776
Custo líquido do período	15.948	16.555

A evolução dos ativos dos fundos dos planos de cuidados médicos e subsídio de morte foi a seguinte:

	dez 2016 Euro'000
Fundos	
Contribuições para o fundo	-64.070
Ganhos / (Perdas) atuariais	7
Valor dos ativos fim do período	-64.063

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a EDP Distribuição reconhece como um custo operacional, na sua demonstração de resultados, o custo do serviço corrente e o efeito das reformas antecipadas. O custo dos juros é reconhecido como resultado financeiro.

29. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Não Corrente		
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	15.160	17.023
Provisão para outros riscos e encargos	246	34.275
	15.406	51.298
Corrente		
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	2.932	1.440
Provisão para outros riscos e encargos	342	202
	3.274	1.642

O movimento da **Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências** é analisado como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Saldo no início do período	18.463	16.982
Dotação do período (Nota 10)	4.244	4.709
Redução da provisão (Nota 10)	-2.554	-3.228
Utilização da provisão	-2.061	-
Saldo no final do período	18.092	18.463

A rubrica **Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências**, no montante de 18.092 milhares de Euros, refere-se a provisões para processos judiciais em curso e outras contingências laborais.

A administração da EDP Distribuição com base na informação prestada pelos seus assessores jurídicos e na sua análise dos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

Os processos judiciais em curso dizem essencialmente respeito a taxas de ocupação do espaço público, indemnizações por incêndios, por interrupção do fornecimento de energia, bem como outros danos causados.

O movimento da **Provisão para outros riscos e encargos** é analisado como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Saldo no início do período	34.477	28.690
Dotação do período (Nota 10)	423	6.809
Redução da provisão (Nota 6 e 10)	-34.311	-1.027
Outras variações	-1	5
Saldo no final do período	588	34.477

No decurso normal da atividade da EDP Distribuição, existem litígios e contingências de natureza administrativa, cível, fiscal, laboral e outras cujo risco é graduado como possível, podendo estas ações envolver diversas entidades. Na opinião da EDP Distribuição e dos seus assessores legais, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a sua posição financeira. Os processos desta natureza cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados. Em 31 de dezembro de 2016 o detalhe das contingências possíveis é analisado como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Administrativo e cível	36.061	39.982
Fiscal	-	12.667
	36.061	52.649

No decorrer do período de 2013, a ERSE emitiu a Diretiva 7-A/2013 de 15 de maio, que determinou o pagamento de uma compensação financeira pela EDP Distribuição aos consumidores multitarifa, no valor estimado de 6,9 milhões de Euros. A EDP Distribuição discorda da decisão da entidade reguladora pelo que a impugnou judicialmente, tendo para tal enteposto uma ação judicial para que seja apreciada pela instância competente a legalidade da referida Diretiva. Adicionalmente, a empresa apresentou uma providência cautelar solicitando a suspensão do pagamento das compensações determinadas pela ERSE. Durante o mês de outubro de 2013, o Tribunal decidiu favoravelmente quanto à providência cautelar apresentada pela EDP Distribuição, decretando a suspensão da eficácia do disposto na Diretiva da ERSE na parte em que esta impunha a dever de pagamento imediato da referida compensação.

Na EDP Distribuição existe uma contingência relacionada com a responsabilidade pelos encargos das empreitadas para fornecimento e montagem das redes de distribuição de energia elétrica, incluindo iluminação pública, na área de intervenção e reconversão urbanística da Parque Expo 98. Neste contexto, a Parque Expo 98 alega que, entre 1996 e 2014, suportou custos no montante de 26.519 milhares de Euros que seriam da responsabilidade da EDP Distribuição. Em novembro de 2015, a Parque Expo 98 dirigiu à EDP Distribuição uma notificação judicial avulsa, tendo em vista interromper o prazo de prescrição (que ocorreria 20 anos sobre a data do referido Protocolo).

No decorrer do mês de abril de 2015, a ERSE notificou a EDP Distribuição da decisão de abertura de um processo de contraordenação, no quadro do Regime Sancionatório do Setor Energético (RSSE) solicitando informação diversa (não tendo, até ao momento, ocorrido desenvolvimentos neste processo). Com referência a 31 de dezembro de 2016, é entendimento dos assessores jurídicos e da Administração que esta contingência afigura-se como possível, contudo tendo em consideração a fase instrutória do processo e a ausência de jurisprudência da matéria, objeto do mesmo, o respectivo valor de risco é indeterminado a esta data.

O Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de Novembro, aprovou um regime excecional de regularização de dívidas de natureza fiscal e de dívidas de natureza contributiva à segurança social (PERES). A adesão a este regime mediante o pagamento integral das dívidas permite, entre outros benefícios, a dispensa de pagamento dos juros compensatórios e dos juros de mora. Por outro lado, encontra-se salvaguardado que a adesão a este regime não implica, juridicamente, a aceitação da legalidade da dívida fiscal pelo sujeito passivo, nem prejudica a manutenção do contencioso fiscal, que seguirá o seu curso normal. Após uma análise detalhada, o Grupo EDP optou por aderir a este regime excecional, mediante um pagamento total de cerca de 20,4 milhões de Euros, o que implicou uma redução das contingências fiscais classificadas como possíveis em cerca de 10 milhões de Euros (as quais incluíam o cálculo dos juros compensatórios e juros de mora).

30. Credores e outros passivos de atividades comerciais

A rubrica de Credores e outros passivos de atividades comerciais é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Corrente:		
Fornecedores	266.508	293.344
Fornecedores de imobilizado	1.569	7.970
Adiantamentos de clientes (i)	50.045	54.646
Férias, subsídios férias e outros encargos	36.696	36.291
Acréscimos de custos	14.332	20.542
Outros credores		
- Colaboradores	-	1.020
- Rendas de concessão	2.400	2.314
Valores a pagar por securitizações de défices tarifários e sobrecustos da EDP Serviço Universal	112.900	88.682
Especialização de CMEC a liquidar à REN	90.243	46.247
Outros credores e operações diversas (ii)	20.232	55.969
	594.925	607.025
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Não corrente:		
Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	-	43
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	793	671
Fornecedores de imobilizado	1.920	2.000
	2.713	2.714
	597.638	609.739

(i) O valor registado na rubrica Adiantamentos de Clientes respeita ao valor entregue pela EDP Serviço Universal à EDP Distribuição relativamente aos acessos cobrados pela EDP SU aos clientes de conta certa, cuja facturação por parte da EDP Distribuição se encontra pendente, nos termos dos planos comerciais, a 31 de dezembro de 2016.

(ii) Em 2015, a rubrica "Outros credores e operações diversas" incluía 41.220 milhares de Euros a liquidar à EDP, S.A. no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades decorrente maioritariamente da apresentação de declarações do Modelo 22 de substituição relativos aos períodos de 2011 a 2014, tal como referido na Nota 13, e 1.453 milhares de Euros de donativos atribuídos à Fundação EDP, já pagos pela EDPSA por conta da EDP Distribuição. Em 2016, está incluído nesta rubrica um recebimento de fundos europeus no valor de 5.472 milhares de Euros referente ao projeto INTEGRID em que a EDP Distribuição atua como coordenadora.

31. Outros credores e outros passivos

A rubrica de **Outros credores e outros passivos** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Credores e outros passivos - Corrente:		
Sistema Financeiro do Grupo (i)	249.345	244.022
IRC a pagar à EDP, S.A. (consolidado fiscal)	47.255	47.320
Outros credores e operações diversas (ii)	-	25.327
	296.600	316.669

(i) A rubrica "Empresas do Grupo" respeita ao montante a pagar às empresas do Grupo EDP, relativo à utilização do Sistema Financeiro do Grupo EDP (Cashpooling) (Nota 34).

(ii) A rubrica "Outros credores e operações diversas" em 2015 respeita aos montantes recebidos da REN para aplicação no mecanismo de desconto de tarifa social, montantes estes transferidos para os comercializadores em 2016, já que em 2015 estes descontos foram inferiores aos montantes previstos no documento de tarifas e preços emitido pela ERSE.

32. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Estado e outros entes públicos - Corrente:		
- Retenções na fonte	6.481	6.513
- Contribuições para a Segurança Social	4.595	4.669
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	32.444	28.585
- Tributação autónoma especial sobre reavaliações	13.548	-
- Outras tributações	3.437	4.181
	60.505	43.948
Estado e outros entes públicos - Não Corrente:		
- Tributação autónoma especial sobre reavaliações	13.548	-
	13.548	-

33. Compromissos

Os compromissos assumidos pela empresa que não figuram no balanço, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, referentes a garantias recebidas e prestadas, são analisados como segue:

Tipo	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Garantias recebidas		
De clientes	416.735	363.726
De fornecedores	31.609	29.418
	448.344	393.144
Garantias prestadas de caráter operacional		
A outras entidades	13.962	13.619
Total	462.306	406.763

As garantias recebidas de clientes respeitam a garantias prestadas a título de cauções dos comercializadores externos do mercado livre. As garantias de clientes incluem 163.561 milhares de Euros de garantias bancárias e 253.174 milhares de Euros de garantias emitidas pela EDP S.A., em nome da EDP Comercial.

No final do período encontravam-se por satisfazer encomendas relativas a aquisições de imobilizado e serviços conexos nos seguintes montantes, cuja maturidade é inferior a um ano:

Tipo	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
De materiais	47.133	46.617
De serviços	23.404	29.687
Total	70.537	76.304

Os compromissos com rendas de locações financeiras estão apresentados na Nota 15. As responsabilidades assumidas pela EDP Distribuição relativos aos planos de pensões, cuidados médicos e outros benefícios estão apresentados na Nota 28.

34. Partes relacionadas

Principais acionistas

A única acionista da EDP Distribuição, S.A., com referência a 31 de dezembro de 2016, é a EDP S.A.:

	N.º ações	% Capital	% Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A.	40.000.000	100,00%	100,00%
	40.000.000	100,0%	100,0%

Remunerações a órgãos sociais

As remunerações a órgãos sociais no período resumem-se como segue:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Conselho de Administração (Nota 8)	561	524
Fiscal Único/ROC	130	134
	691	658

No desenvolvimento normal da sua atividade, a EDP Distribuição celebra negócios e realiza operações com diversas entidades, entre as quais se incluem sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a EDP Distribuição. Estas operações são realizadas em condições normais de mercado para operações similares, independentemente da sua relevância e fazem parte da atividade corrente da EDP Distribuição.

Saldos e transações com empresas do Grupo

Os créditos detidos sobre empresas do Grupo e outras partes relacionadas a 31 de dezembro de 2016, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos e juros a receber de empresas do Grupo	Outros Créditos	Total
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	213.996	213.996
EDP MOP	590	-	208	798
EDP Produção	-	-	880	880
EDP Serviço Universal	-	304.479	121.283	425.762
EDP Soluções Comerciais	-	-	2.979	2.979
EDP, S.A.	136.565	-	12.957	149.522
EME2	-	-	136	136
Fundação EDP	-	-	1.210	1.210
O&M Serviços	-	-	304	304
Sávida	-	-	4.251	4.251
SGORME	791	-	-	791
Outras	951	-	352	1.303
	<u>138.897</u>	<u>304.479</u>	<u>358.556</u>	<u>801.932</u>

Os créditos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2015, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos e juros a receber de empresas do Grupo	Outros Créditos	Total
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	150.829	150.829
EDP MOP	864	-	106	970
EDP Produção	-	-	806	806
EDP Serviço Universal	179.160	904.805	167.685	1.251.650
EDP Soluções Comerciais	50	-	2.978	3.028
EDP, S.A.	-	-	10.281	10.281
EME2	-	-	1.068	1.068
Labelec	-	-	115	115
O&M Serviços	-	-	304	304
Sávida	-	-	2.337	2.337
SGORME	762	-	-	762
Outras	-	-	488	488
	<u>180.836</u>	<u>904.805</u>	<u>336.997</u>	<u>1.422.638</u>

Os débitos detidos sobre empresas do Grupo e outras partes relacionadas a 31 de dezembro de 2016, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos e juros a pagar a empresas do Grupo	Outros Débitos	Total
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	4.361	4.361
EDP Estudos e Consultoria	-	-	1.783	1.783
EDP Imobiliária e Participações	-	-	2.632	2.632
EDP Serviço Universal	248.866	-	92.318	341.184
EDP Soluções Comerciais	479	-	8.447	8.926
EDP Valor	-	-	10.309	10.309
EDP, S.A.	-	1.697.252	78.365	1.775.617
Fundação EDP	-	-	3.294	3.294
Labelec	-	-	3.640	3.640
O&M Serviços	-	-	3.507	3.507
Sávida	-	-	11.124	11.124
Outras	-	-	1.053	1.053
	<u>249.345</u>	<u>1.697.252</u>	<u>220.833</u>	<u>2.167.430</u>

Os débitos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2015 são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos e juros a pagar a empresas do Grupo	Outros Débitos	Total
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	3.919	3.919
EDP Estudos e Consultoria	-	-	2.247	2.247
EDP Serviço Universal	-	-	129.113	129.113
EDP Soluções Comerciais	-	-	22.945	22.945
EDP Valor	-	-	11.096	11.096
EDP, S.A.	244.021	2.297.781	124.064	2.665.866
EME2	-	-	1.252	1.252
Labelec	-	-	3.561	3.561
O&M Serviços	-	-	6.573	6.573
Sávida	-	-	7.223	7.223
Outras	1	-	1.990	1.991
	<u>244.022</u>	<u>2.297.781</u>	<u>313.983</u>	<u>2.855.786</u>

As transações em rubricas de custos com empresas do Grupo e outras partes relacionadas a 31 de dezembro de 2016, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Obtidos	Outros Custos	Total
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Empresas				
EDP Estudos e Consultoria	-	-	7.828	7.828
EDP Imobiliária e Participações	-	-	2.442	2.442
EDP Serviço Universal	22	-	165.064	165.086
EDP Soluções Comerciais	-	-	52.675	52.675
EDP Valor	-	-	19.668	19.668
EDP, S.A.	881	149.390	39.986	190.257
Fundação EDP	-	-	6.160	6.160
Labelec	-	-	5.536	5.536
Sávida	-	-	21.630	21.630
Outras	-	-	1.815	1.815
	<u>903</u>	<u>149.390</u>	<u>322.804</u>	<u>473.097</u>

As transações em rubricas de custos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2015 são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Obtidos	Outros Custos	Total
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Empresas				
EDP Estudos e Consultoria	-	-	10.793	10.793
EDP Serviço Universal	-	-	493.065	493.065
EDP Soluções Comerciais	-	-	55.734	55.734
EDP Valor	-	-	22.536	22.536
EDP, S.A.	2.214	172.829	37.397	212.440
EME2	-	-	1.495	1.495
Labelec	-	-	4.991	4.991
O&M Serviços	-	-	1.788	1.788
Sávida	-	-	21.952	21.952
Outras	-	-	1.481	1.481
	<u>2.214</u>	<u>172.829</u>	<u>651.232</u>	<u>826.275</u>

As transações em rubricas de proveitos com empresas do Grupo e outras partes relacionadas a 31 de dezembro de 2016 são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Proveitos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	1.797.347	1.797.347
EDP MOP	9	-	418	427
EDP Produção	-	-	674	674
EDP Serviço Universal	1.137	86.533	534.156	621.826
EDP Soluções Comerciais	-	-	1.134	1.134
EDP, S.A.	24	-	613	637
Sgorme	9	-	-	9
Outras	-	-	754	754
	<u>1.179</u>	<u>86.533</u>	<u>2.335.096</u>	<u>2.422.808</u>

As transações em rubricas de proveitos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2015 são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Proveitos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	1.566.713	1.566.713
EDP MOP	15	-	439	454
EDP Serviço Universal	5.245	86.620	700.571	792.436
EDP Soluções Comerciais	-	-	1.874	1.874
EDP, S.A.	824	-	6.857	7.681
Sgorme	11	-	-	11
Outras	-	-	1.733	1.733
	<u>6.095</u>	<u>86.620</u>	<u>2.278.187</u>	<u>2.370.902</u>

35. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações emitidas efetivas para a empresa

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que a EDP Distribuição aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

- IFRS 10 (Alterada), IFRS 12 (Alterada) e IAS 28 (Alterada) - Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação;
- IFRS 11 (Alterada) - Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas;
- IAS 1 (Alterada) - Iniciativa de divulgação;
- IAS 16 (Alterada) e IAS 38 (Alterada) - Esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e de amortização;
- IAS 19 (Alterada) - Benefícios aos Empregados: Benefício definido - Contribuições dos empregados;
- IAS 27 (Alterada) - Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais. A EDP Distribuição não alterou o método de mensuração das suas participações financeiras (ver nota 2d));
- "Annual Improvement Project (2010-2012)";
- "Annual Improvement Project (2012-2014)".

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a empresa

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a empresa, cujo impacto está a ser avaliado, podem ser analisadas como segue:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de janeiro de 2018, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma, que foi alterada em julho de 2014, não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma insere-se no projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;

- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do período;

- a exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9; e

- as alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados devem ser reconhecidos na demonstração do rendimento integral do exercício. As restantes variações de justo valor associados a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados no rendimento integral do período nunca poderão ser transferidos para resultados.

- **IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2014, a IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de janeiro de 2018, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta nova norma estabelece os princípios que uma entidade deverá aplicar no reporte de informação útil, aos utilizadores das demonstrações financeiras, sobre a natureza, montante, prazo e incerteza do rêdito e fluxos de caixa provenientes de um contrato com um cliente.

O princípio fundamental da IFRS 15 é que uma entidade reconheça o rêdito para refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante que reflita a consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo construído em 5 fases.

O modelo das 5 fases é composto pelas seguintes etapas: (i) identificação do(s) contrato(s) com um cliente; (ii) identificação das obrigações contratuais; (iii) determinação do preço de transação; (iv) alocação do preço de transação às obrigações contratuais; e (v) reconhecimento do rêdito quando (ou na medida em que) a entidade satisfaça determinada obrigação contratual.

- **IFRS 16 - Locações**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em janeiro de 2016, a IFRS 16 - Locações, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de janeiro de 2019, sendo a sua adoção antecipada permitida para entidades que adotem também a IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma define os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 - Locações e as respetivas orientações interpretativas. O objetivo é garantir que locadores e locatários reportam informações úteis para os utilizadores das demonstrações financeiras, designadamente sobre o efeito que as locações têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.

Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- inclusão de algumas considerações de modo a distinguir locações de contratos de serviços, tendo por base a existência de controlo sobre um ativo no momento em que este fica disponível para uso do locatário; e

- introdução de um modelo único de contabilização para o locatário que exige que este reconheça os ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses, com exceção de locações de ativos de montante reduzido. O locatário deve reconhecer o direito de uso do respetivo ativo e a obrigação inerente aos pagamentos a efetuar, e reconhecer os custos financeiros e as depreciações em separado.

- **IAS 7 (Alterada) - Iniciativa de divulgação**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em janeiro de 2016, alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de janeiro de 2017, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Estas alterações exigem que uma entidade divulgue informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas obrigações que são criadas pelas atividades de financiamento da entidade, independentemente destas alterações terem, ou não, impacto nos fluxos de caixa, tais como:

- Alterações nos fluxos de caixa de financiamento;

- Alterações que surgem de uma obtenção ou perda de controlo em subsidiárias ou outras concentrações de negócios;

- O efeito de alterações nas taxas de câmbio; ou

- Variações de justo valor.

Estas divulgações poderão ser apresentadas através de uma reconciliação entre os montantes reportados em balanço, no início e no fim de cada período, para cada item classificado como associado a atividades de financiamento na demonstração de fluxos de caixa.

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a empresa, sem impactos significativos podem ser analisadas como segue:

- **IFRS 2 (Alterada) - Classificação e mensuração das transações de planos de remuneração com ações;**
- **IFRS 4 (Alterada) - Aplicação da IFRS 9 - Instrumentos financeiros com a IFRS 4 - Contratos de Seguros;**
- **IFRS 14 - Diferimento de contas regulatórias;**
- **IAS 12 (Alterada) - Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizáveis;**
- **IAS 40 (Alterada) - Transferências de propriedades de investimento;**
- **IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamentos;**
- **"Annual Improvement Project (2014-2016)".**

36. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da atividade normal da empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do período, exceto se se qualificarem para reconhecimento como um ativo, conforme determinado pelo IAS 16.

Os investimentos de carácter ambiental reconhecidos em ativos fixos durante os períodos de 2016 e 2015, na empresa, decompõem-se nos seguintes domínios:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	1.010	749
Proteção da biodiversidade e paisagem	4.460	4.379
Eficiência energética	4.081	713
Redução de ruído e vibrações	181	166
	9.732	6.007

A empresa reconheceu ainda despesas em resultados do período, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Proteção da biodiversidade e paisagem	232	889
Gestão de resíduos	168	124
Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	471	361
Redução de ruído e vibrações	38	49
Outras atividades de gestão e proteção do ambiente	808	997
Eficiência energética	68	-
Outras despesas	20	1
	1.805	2.421

Os proveitos ambientais reconhecidos no período de 2016 estão relacionados com a venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 613 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 21 milhares de Euros).

37. Cedência de ativos financeiros - Ajustamentos tarifários

Conforme referido na Nota 2, o Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de dezembro de 2006, e o Decreto-Lei n.º 165/2008 de 21 de agosto, consagraram a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento dos ajustamentos tarifários (desvios e défices) do Sistema Elétrico Nacional, através do qual, a EDP Distribuição tem realizado desde 2012 um conjunto de operações de cedência de ativos financeiros.

Na operação a seguir indicada, o ativo foi cedido para uma sociedade de titularização de créditos, tendo o respetivo financiamento sido realizado através da emissão de instrumentos de dívida registados junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM):

Em dezembro de 2014, a EDP Distribuição de Energia, S.A., cedeu de forma plena e sem recurso à Tagus o direito a recuperar a parcela de acerto da compensação dos CMEC referente a 2012 no montante de 228.826 milhares de Euros. A transação foi efetuada pelo montante de 239.832 milhares de Euros, tendo gerado uma mais valia líquida de despesas com transações de 10.711 milhares de Euros. Esta operação envolveu ainda a aquisição pela EDP Distribuição das "Expense Reserve Notes" emitidas pela Tagus, ao par, pelo montante de 317 milhares de Euros e das "Liquidity Notes" emitidas pela Tagus, ao par, pelo montante de 2.690 milhares de Euros (ambas com maturidade em 2019).

Estas "Notes" são instrumentos que tiveram apenas como objetivo constituir, respetivamente uma conta de reserva para algumas despesas administrativas e de reserva de liquidez, estando registadas nas demonstrações financeiras da empresa na rubrica de Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, pelo montante líquido de 1.837 milhares de Euros, com referência a 31 de dezembro de 2016 (a 31 de dezembro de 2015: 1.962 milhares de euros).

Nos termos da IAS 39, os ativos (ajustamentos tarifários) cedidos nas referidas operações foram desreconhecidos da Demonstração da Posição Financeira da EDP Distribuição.

38. Justo valor de ativos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, na cotação de mercado. Caso esta não exista, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam os instrumentos financeiros, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de bolsas de valores (cotações de títulos) e de fornecedores de dados financeiros (Bloomberg).

Atendendo à estrutura de ativos e passivos financeiros da EDP Distribuição registados ao custo amortizado, os quais são essencialmente de natureza de curto prazo, não foi considerado o efeito de variações de justo valor face ao valor contabilístico. No que respeita à dívida financeira, foi apurado o seu justo valor tendo em consideração as atuais condições de mercado relativamente à taxa de juro, o qual se encontra apresentado na nota 27.

Tal como referido na nota 4, a EDP Distribuição tem valores a receber de dívida protocolada cujos créditos se encontram reconhecidos através de protocolos de pagamento. Como os planos pressupõem um desfasamento temporal que origina a desvalorização dos valores, encontra-se a ser registada uma imparidade referente a esta desvalorização temporal, pelo que esta dívida já se encontra registada ao valor presente dos fluxos financeiros futuros, não existindo diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado.

O valor de mercado dos empréstimos é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data de balanço adicionadas da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida financeira, tendo por referência o seu prazo médio.

De acordo com os requisitos das IFRS 13, o Grupo EDP enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 - Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados líquidos para os activos e passivos identificados;
- Nível 2 - Justo valor calculado com base em "inputs" de mercado não incluídos no nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o ativo ou passivo, quer diretamente quer indiretamente; e
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos calculado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

	31-12-2016			31-12-2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	-	1.837	-	-	1.962
	-	-	1.837	-	-	1.962

O movimento ocorrido nos ativos financeiros enquadrados no Nível 3 é analisado como segue:

	Activos financeiros ao justo através dos resultados	
	dez 2016 Euro'000	dez 2015 Euro'000
Saldo no início do período	1.962	3.012
Variação de justo valor	-	-
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Imparidade	-	-
Outras variações	-125	-1.050
Saldo no fim do período	1.837	1.962

39. Eventos relevantes ou subsequentes

Após o termo do período, não estão identificadas ocorrências com repercussão relevante nos resultados ou na posição financeira da empresa com referência a 31 de dezembro de 2016, ou que requeiram divulgação.

ENERGY AS THE *NEW* ART

05 Anexos

Anexo I Nota Final	148
Anexo II Biografia dos Órgãos Sociais	149
Anexo III Instrumentos Financeiros Detidos por Titulares de Órgão de Gestão da EDP Distribuição	152
Anexo IV Proposta de Aplicação de Resultados	154
Anexo V Certificação Legal de Contas	155
Anexo VI Extrato da Ata da Assembleia Geral	167





HUMANITY
AS THE *NEW*ART

Anexo I Nota Final

O Conselho de Administração agradece a todos os colaboradores da Empresa que, com grande empenho e dedicação, permitiram que esta tivesse enfrentado com sucesso os desafios que o mercado lhe tem colocado.

O Conselho manifesta particular apreço ao Revisor Oficial de Contas pela inteira disponibilidade demonstrada.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2017

O Conselho de Administração

João José Saraiva Torres

Ângelo Manuel de Melo Sarmento

Carlos Alves Pereira

Anexo II Biografia dos Órgãos Sociais



João José Saraiva Torres

Data de Nascimento: 1957

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDP:

- Presidente do Conselho de Administração da EDP Distribuição
- Membro do Conselho de Administração da EDP Internacional

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Diretor da ELECPOR, associação portuguesa das empresas do setor elétrico
- Presidente da EDSO para Smart Grids, a associação europeia que representa os principais operadores de redes de distribuição de eletricidade (desde 2013)
- Membro do Directing Committee do CIRED (2005-2014)

Outras posições anteriores:

- Diversas funções em representação da EDP na Eurelectric (1998-2008)
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Valor, da Sávica e da SCS (2003-2005), empresas cuja administração integrou a partir de 2002
- Administrador da MRH, da EDP Imobiliária, da Edalpro (2002-2005)
- Administrador da EDP Serviços e Edipombal (2002-2004)
- Adjunto do Conselho de Administração da EDP (2001-2002)
- Diretor de Recursos Humanos na EDP (1998-2001)
- Diretor de Recursos Humanos na CPPE (1997-1998)
- Subdiretor da Direção de Planeamento e Comercial na CPPE (1994-1997)
- Cargos de chefia na Direção de Produção, na Central Termoelétrica do Carregado (1986-1994)
- Cargos de topo na Produção e Distribuição de eletricidade, nas áreas de Saúde, Formação e Imobiliário, tendo liderado o projeto da criação da Empresa de serviços partilhados da EDP (EDP Valor)

Formação académica:

- EDP Top Management Program no INSEAD em França (2005)
- PDE na AESE (1997)
- MBA em Gestão Industrial (1992)
- Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1979)



Ângelo Manuel de Melo Sarmento

Data de Nascimento: 1958

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Distribuição (2006)
- Membro do Conselho de Administração da EDP Inovação (2007)
- Presidente do Conselho de Administração da EDP MOP – Operação de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica (2010)
- Membro do Conselho de Administração da O&M Serviços – Operação e Manutenção Industrial, S.A. (2014)
- Membro do Conselho de Administração da EDP Gás Distribuição, S.A. (2012)
- Membro do Conselho de Administração da Hidrocantábrico Distribución Eléctrica, S.A.U.

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Presidente do Comité Português do CIRED e Membro do respetivo Directing Committee (2014)
- Representante de Portugal no DSO Committee da EURELECTRIC (2008)

Outras posições anteriores:

- Membro do Conselho de Administração da Labelec (2006-2007)
- Diretor do Despacho e Condução da EDP Distribuição (2000)
- Diretor da Direção de Exploração do Centro de Distribuição Lisboa da LTE – Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo (1998), acumulando com as mesmas funções na SLE - Eletricidade do Sul Subdiretor da Direção Técnica do Centro de Distribuição Lisboa da LTE – Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo (1996)
- Assistente no ISEL (1991)
- Responsável pelo Departamento de Exploração do Centro de Distribuição Lisboa da LTE – Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo (1989)
- Assistente Estagiário no IST (1980)

Formação académica:

- EDP Top Management Program no INSEAD em França (2005)
- PADE na AESE (2002)
- Strategic Management Programme na Universitat Seminar Der Wirtschaft Schloss Gracht (1997)
- Curso Geral de Gestão da Universidade Nova de Lisboa (1988)
- Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica (Energia e Sistemas de Potência) pelo Instituto Superior Técnico (1980)



Carlos Manuel Côrte-Real Alves Pereira

Data de Nascimento: 1965

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Distribuição – Energia, S.A.

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Presidente do Conselho Fiscal do IEP – Instituto Electrotecnico Português (2012-2015)
- Administrador não Executivo do OMIE – Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Español) S.A. (2011-2012)
- Administrador não Executivo do OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), SGMR, S.A. (2011-2012)
- Administrador não Executivo da Portsines – Terminal Multi Purpose de Sines S.A (2005-2012)
- Diretor do Negócio da UNGE - Unidade de Negócios de Gestão de Energia, da EDP – Energias de Portugal, S.A. (2005-2012)

Outras posições anteriores:

- Diretor do GAN - Gabinete de Análise de Negócios e Acompanhamento de Projetos, da EDP – Energias de Portugal, S.A. (2003-2005)
- Assessor de Administração na EDP – Energias de Portugal, S.A. (2002-2003)
- Diretor da área de Project Finance e de Corporate Finance no Banco de Negócios Argentária (atual grupo BBVA) (1996-2002)
- Subdiretor da Área Financeira e Controller na Nutrinveste - SGPS, S.A. (1994-1996)
- Analista Senior no Departamento de Corporate Finance da Incofin - Sociedade de Investimentos, S.A. (1990-1992)
- Analista Financeiro na Gestifundo – SGFIM, S.A. (1988-1990)

Formação académica:

- MBA no INSEAD, Fontainebleau – França (1993)
- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica (1988)

Anexo III Instrumentos Financeiros Detidos por Titulares de Órgão de Gestão da EDP Distribuição

Posição Acionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (Artº 447º, Nº5, do Código das Sociedades Comerciais)

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP – Energias de Portugal, S.A., Holding do Grupo no qual se integra a EDP Distribuição – Energia, S.A., e na EDP Renováveis, S.A.:

AÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO						
Anexo referido no nº 5 do Artigo 447º do CSC						
	Movimentos em 2016		Preço Médio Aquisição (€)	Preço Médio Alienação (€)	Saldo (Nº Ações) 31/12/2016	Saldo (Nº Ações) 31/12/2015
	Compras	Vendas				
Conselho de Administração						
João José Saraiva Torres	-	-	-	-	61 832	61 832
Ângelo Manuel de Melo Sarmento	514	11 800	3,00 €	2,90 €	16 312	27 598
Carlos Manuel Côrte-Real Alves Pereira	-	-	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO						
Anexo referido no nº 5 do Artigo 447º do CSC						
	Movimentos em 2016		Preço Médio Aquisição (€)	Preço Médio Alienação (€)	Saldo (Nº Obrigações) 31/12/2016	Saldo (Nº Obrigações) 31/12/2015
	Compras	Vendas				
Conselho de Administração						
João José Saraiva Torres	-	-	-	-	-	-
Ângelo Manuel de Melo Sarmento	-	-	-	-	-	-
Carlos Manuel Côrte-Real Alves Pereira	-	-	-	-	-	-
Ações da EDP Renováveis Detidas por Titulares dos Órgãos Sociais da EDP Distribuição						
Anexo referido no nº 5 do Artigo 447º do CSC						
	Movimentos em 2016		Preço Médio Aquisição (€)	Preço Médio Alienação (€)	Saldo (Nº Ações) 31/12/2016	Saldo (Nº Ações) 31/12/2015
	Compras	Vendas				
Conselho de Administração						
João José Saraiva Torres	-	-	-	-	1 200	1 200
Ângelo Manuel de Melo Sarmento	-	-	-	-	1 200	1 200
Carlos Manuel Côrte-Real Alves Pereira	-	-	-	-	-	-

Lista de Acionistas (Artº 448º, Nº 4, do Código das Sociedades Comerciais)

Acionistas que em 31 de dezembro de 2016 eram titulares do capital da EDP Distribuição – Energia, S.A.:

- EDP – Energias de Portugal, S.A., com sede na Avenida 24 de julho, 12, 1249-300, Lisboa: 100% do capital social.

Ações Próprias (Nos termos dos Artigos 66º alínea d) e 325º-A nº1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2016, a EDP Distribuição não adquiriu nem alienou ações próprias. A 31 de dezembro de 2016, a EDP Distribuição não era detentora de ações próprias.

Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus Administradores (Nos termos dos Artigos 66º alínea e) e 397º do Código das Sociedades Comerciais)

Não se registaram em 2016 autorizações a membros do Conselho de Administração da EDP Distribuição para a realização de negócios com a sociedade.

Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Anexo IV Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando a situação económica e financeira da Sociedade, tal como descrita no presente Relatório, e a prática por ela seguida de distribuir resultados aos trabalhadores como reconhecimento pelo seu contributo para os resultados da empresa e do Grupo EDP, o Conselho de Administração considera que é de manter essa prática no que respeita ao exercício de 2016. De acordo com as normas contabilísticas em vigor, o valor referente ao prémio a distribuir aos colaboradores foi especializado nas contas do período a que respeita, pelo que o Resultado Líquido do Período de 2016, no valor de 303.003.840,41 euros, já se encontra deduzido do montante de 12.135.402,08 euros, correspondente à estimativa de custo para atribuição de resultados aos trabalhadores e órgãos sociais. Assim sendo, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Período de 2016, no valor 303.003.840,41 euros, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	303 003 840,41
Resultado Líquido do Período de 2016	303 003 840,41

Anexo V Certificação Legal de Contas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP Distribuição – Energia, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da EDP Distribuição – Energia, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentados pelo Conselho de Administração da EDP Distribuição – Energia, S.A., relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2016.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do período findo em 31 de Dezembro de 2016, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem ênfases e sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços obtivemos a documentação e os esclarecimentos solicitados, concluindo que:

- As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e,
- O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2016;
- A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.



Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 31 de Março de 2017

O FISCAL ÚNICO

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vitor Manuel da Cunha Ribeiro', written over a horizontal line.

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeiro (ROC n.º 1081)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EDP Distribuição – Energia, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 4.757.188 milhares de euros e um total de capital próprio de 930.788 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 303.004 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **EDP Distribuição – Energia, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 31 de Março de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vitor Manuel da Cunha Ribeiro', written over a horizontal line.

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Vitor Manuel da Cunha Ribeiro (ROC n.º 1081)

Anexo VI Extrato da Ata da Assembleia Geral

----- **Acta n.º 1/2017** -----

No dia trinta e um de Março do ano de dois mil e dezassete, pelas dez horas reuniu na sua sede social, sita na Rua Camilo Castelo Branco, número 43, 1050-044 LISBOA, a Assembleia Geral da sociedade EDP Distribuição-Energia, S.A., (adiante designada a “Sociedade”), pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa número 504 394 029, com o capital social de € 200 000 000 (duzentos milhões de euros), dividido em 40 000 000 (quarenta milhões) de acções, com o valor nominal de € 5 (cinco euros) cada uma, estando presente a accionista única, a saber, EDP – Energias de Portugal, S.A., sociedade aberta com o capital social de € 3 656 537 715, pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa n.º 500 697 256, com sede social na Avenida 24 de Julho número 12, 1249-300 LISBOA, detentora da totalidade do capital social da Sociedade, neste acto representada pela Senhora Dra. Marta Bastos dos Santos, conforme carta de representação que se arquivava na Sociedade.-----

O Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral eleitos, a saber, Dra. Maria Teresa Isabel Pereira e a Dra. Joana Gomes da Costa Monteiro Dinis, respectivamente, verificaram encontrar-se representada a totalidade do capital social da Sociedade, tendo o Presidente da Mesa decidido não ser necessário elaborar a lista de presenças dado que a representante da accionista única iria assinar a acta da reunião. -----

Encontravam-se ainda presentes os Senhores Eng. João José Saraiva Torres, Presidente do Conselho de Administração, Eng. Ângelo Manuel de Melo Sarmiento e o Dr. Carlos Manuel Corte-Real Alves Pereira, ambos Vogais do Conselho de Administração, bem como o representante do Fiscal Único, Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho. -----

Em seguida, foi decidido pela accionista única constituir, neste acto, a assembleia geral com dispensa de formalidades prévias, nos termos da segunda parte do número um do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, para discutir e decidir sobre a seguinte ordem do dia: -----

Ponto Primeiro: Apreciação e votação do relatório de gestão e dos demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e dezasseis. -----

Ponto Segundo: Apreciação e votação da proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e dezasseis. -----

Ponto Terceiro: Apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade. -----

O Presidente da Mesa passou a ler a ordem do dia acima transcrita e deu início aos trabalhos. De seguida, no âmbito do **ponto primeiro** – “*Apreciação e votação do relatório de gestão e dos demais*

documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e dezasseis” – o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Eng. João José Saraiva Torres, fez uma exposição sobre os principais desenvolvimentos da actividade da empresa no exercício findo. Terminada a exposição, a accionista única procedeu à aprovação do relatório e demais documentos de prestação de contas de 2016.-----

Entrando no **ponto segundo** da ordem do dia – *“Apreciação e votação da proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e dezasseis”* – o Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração da Sociedade, cujo teor é o seguinte:

“Considerando a situação económica e financeira da Sociedade, tal como descrita no presente Relatório, e a prática por ela seguida de distribuir resultados aos trabalhadores como reconhecimento pelo seu contributo para os resultados da empresa e do Grupo EDP, o Conselho de Administração considera que é de manter essa prática no que respeita ao exercício de 2016. De acordo com as normas contabilísticas em vigor, o valor referente ao prémio a distribuir aos colaboradores foi especializado nas contas do exercício a que respeita, pelo que o Resultado Líquido do Período de 2016, no valor de 303 003 840,41 euros, já se encontra deduzido do montante de 12 135 402,08 euros, correspondente à estimativa de custo para atribuição de resultados aos trabalhadores e órgãos sociais. Assim sendo, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Período de 2016, no valor 303 003 840,41 euros, tenha a seguinte aplicação: -----

Resultados Transitados: 303 003 840,41 -----

Resultado Líquido do Período de 2016: 303 003 840,41.” -----

De seguida, esta proposta depois de apreciada, foi aprovada pela accionista única.-----

Passando para o **ponto terceiro** da ordem do dia – *“Apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade”* – foi decidido pela accionista única atribuir um voto de confiança ao Conselho de Administração e a cada um dos membros que o compõe, bem como ao Fiscal Único e ao seu representante, pelo seu desempenho durante o ano de dois mil e dezasseis.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, pelas dez horas e vinte minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral, bem como pela representante da accionista única. -----

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

Impresso em papel elaborado com celulose ECF – Elementary Chlorine Free, em fábricas com certificação ISO 9001 em qualidade, com gestão ambiental ISO 14001 e com certificação florestal. Papel proveniente de florestas que são objecto de um processo de gestão ambiental responsável, devidamente controlado.

Edição

EDP Distribuição - Energia S.A.
Av. Camilo Castelo Branco, 43
1050-044 Lisboa
www.edpdistribuição.pt

Conceito e Paginação

HAVAS Design Portugal, Lda.

Impressão

Bicho das Cores

Tiragem

500

Depósito Legal

257267/07

Junho 2017

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

edp distribuição